



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL

ÉVELIN LORENNNA PAIXÃO DE GOIS

**PROGRAMA MULHERES MIL: INTERFACES DE GÊNERO NA
CAPACITAÇÃO DE MULHERES PARA O MERCADO DE TRABALHO
EM PALMAS**

Palmas-TO

2016

ÉVELIN LORENNA PAIXÃO DE GOIS

**PROGRAMA MULHERES MIL: INTERFACES DE GÊNERO NA
CAPACITAÇÃO DE MULHERES PARA O MERCADO DE TRABALHO
EM PALMAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Tocantins (UFT), como requisito para obtenção do título de mestre em Desenvolvimento Regional.

Linha de pesquisa: Políticas públicas, sociedade e desenvolvimento regional.

Orientadora: Profa. Dra. Cynthia Mara Miranda.

Palmas-TO

2016

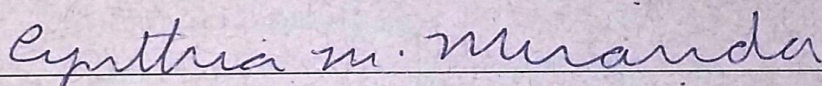
ÉVELIN LORENN PAIXÃO DE GOIS

**PROGRAMA MULHERES MIL: INTERFACES DE GÊNERO NA
CAPACITAÇÃO DE MULHERES PARA O MERCADO DE TRABALHO EM
PALMAS**

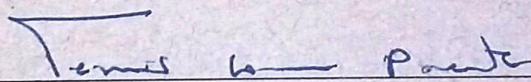
Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado
em Desenvolvimento Regional da
Universidade Federal do Tocantins para
obtenção do título de mestre.
Orientadora: Profa. Dra. Cynthia Mara
Miranda

Aprovada em 01/02/2016.

BANCA EXAMINADORA:



Profa. Dra. Cynthia Mara Miranda – UFT (Orientadora)



Profa. Dra. Temis Gomes Parente - UFT


Prof. Dr. Guilherme Bizarro Salve – IFTO

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

P149p Paixão de Gois, Evelin Lorena .

Programa Mulheres Mil: Interfaces de gênero na capacitação de mulheres para o mercado de trabalho em Palmas . / Evelin Lorena Paixão de Gois. – Palmas, TO, 2016.

145 f.

Dissertação (Mestrado Acadêmico) - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Palmas - Curso de Pós-Graduação (Mestrado) em Desenvolvimento Regional, 2016.

Orientadora : Cynthia Mara Miranda

1. Gênero. 2. Desenvolvimento. 3. Políticas Públicas. 4. Divisão Sexual do Trabalho. I. Título

CDD 338.9

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

*À minha mãe,
meu melhor exemplo de força, de fé e de resiliência.*

"Quem você pensa que é?"
perguntou pra mim de queixo em pé...
Sou forte,
fraca,
generosa,
egoísta,
angustiada,
perigosa,
infantil,
astuta,
aflita,
serena,
indecorosa,
inconstante,
persistente,
sensata e corajosa,
como é toda mulher,
poderia ter respondido,
mas não lhe dei essa colher."
Martha Medeiros

AGRADECIMENTOS

A jornada para chegar até aqui não foi nada fácil. Trabalhar oito horas por dia e fazer mestrado para muitos chega a ser impensável, e, de fato, teria sido impossível se eu não tivesse uma orientadora tão generosa. Portanto, inicio as gratulações, agradecendo à minha orientadora, Dra. Cynthia Mara Miranda, pelo profissionalismo e exemplo de alteridade.

Diante das minhas limitações de horário, minha disponibilidade para escrever estava restrita às madrugadas e aos finais de semana e feriados, e a professora Cynthia, como poucos, soube reconhecer meus esforços. Mesmo na reta final, prestes a dar à luz ela respondia a todos os meus contatos, fornecendo as contribuições necessárias para a construção deste trabalho.

Ao meu amado esposo William, companheiro no amor, na vida e nos sonhos, que me incentivou e me deu força nos momentos de desânimo, sempre com a tranquilidade necessária para eu alcançar mais esta vitória.

À minha família e amigos pelo apoio e compreensão nos momentos em que estive ausente.

Aos colegas de trabalho da Superintendência de Planejamento do SUS da Secretaria de Estado da Saúde, na pessoa de Luiza Regina Dias Noletto pelo apoio e compreensão nos momentos difíceis nesta fase de conclusão.

Ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins na pessoa de Sérgio Roberto dos Santos – diretor de Relações Empresariais e Comunitárias –, pelo apoio institucional prestado, facilitando o acesso aos dados solicitados, necessários para o amadurecimento da pesquisa.

Às mulheres egressas do Programa Mulheres Mil, bem como às gestoras que, gentilmente, dispuseram de seu tempo para participar desta pesquisa.

Aos colegas de mestrado, em especial, à Haréli, por não ter me deixado desistir.

Aos professores e professoras do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional, pelos ensinamentos.

Ao professor doutor Guilherme Bizarro e à professora doutora Temis Gomes Parente, por aceitarem participar da banca e pelas excelentes contribuições ao trabalho.

A todos, muito obrigada!

RESUMO

A pesquisa visa refletir sobre as assimetrias de gênero existentes na qualificação para o mercado de trabalho, com foco no curso Cuidador de Idoso oferecido pelo Programa Nacional Mulheres Mil (PMM), no Instituto Federal Tecnológico do Tocantins, *Campus* Palmas. Como o objetivo do Programa é capacitar mulheres para que alcancem o empoderamento e sejam capazes de desenvolver suas capacidades no campo socioeconômico, pode-se considerar a proposta do PMM, por se tratar de uma política complementar, como alternativa para combater as desigualdades de gênero no Brasil, por meio da redução da divisão sexual do trabalho. Realizou-se a pesquisa documental por meio de arquivos públicos do IFTO e fontes estatísticas apresentadas em documentos oficiais, como portarias ministeriais, relatórios de órgãos federais, estatísticas e notícias. Como instrumento para a coleta de dados, optou-se pela entrevista. Foram entrevistadas 4 gestoras e 15 egressas do curso. Verificou-se que, apesar de o Programa ser voltado para as mulheres, não se pode considerá-lo política de gênero, porque as questões de gênero não foram traduzidas nas disciplinas do curso. A partir da análise das entrevistas com as egressas da Turma Cuidador de Idoso 2014/1 do IFTO *Campus* Palmas, identificou-se que o curso ocasionou melhoria em alguns aspectos na vida das mulheres, como a da capacidade de se relacionar, estímulo à continuidade dos estudos e significativa elevação de autoestima, mas se concluiu que o curso não foi capaz de empoderá-las. Logo, o Mulheres Mil precisa avançar muito na maximização da transversalidade, que o investimento em políticas complementares é fundamental, assim como a adoção do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM) por parte da gestão pública em geral é fundamental, pois este apresenta diretrizes importantes para transversalização das questões de gênero nas políticas do Brasil.

Palavras-chave: Gênero. Desenvolvimento. Políticas Públicas. Divisão Sexual do Trabalho.

ABSTRACT

The research aims to reflect on the existing gender disparities in qualifying for the labor market, focusing on the Elderly Caregiver Course offered by the Thousand Women National Program (PMM), in the Federal Institute of Tocantins - Palmas Campus. Since the goal of the Program is to prepare women to achieve empowerment so they are able to develop their skills in the socioeconomic field, the proposal of the PMM can be considered, once it is a complementary policy, as an alternative to combat gender inequalities in Brazil, by reducing the sexual division of labor. It was held on documentary research through public files from IFTO and also statistical sources presented in official documents, such as ministerial decrees, federal agencies reports, statistics and news. As a tool for data collection, it was decided to interview 4 program managers and 15 students from the course. It was found that, although the program is aimed to women, we cannot consider it as a gender policy, because gender issues were not reflected in the course subjects. From the analysis of interviews with the students from the Class of Elderly Caregiver 2014/1 of IFTO Campus Palmas, it was identified that the course resulted in improvement in some aspects of women's lives, such as the ability to relate, encouraging continuity studies and significant elevation of self-esteem, but also it was concluded that the course has not been able to empower them. Thus, the Program needs to move much further on maximizing mainstreaming and that investing in complementary policies is critical, as the adoption of the National Plan of Policies for Women (PNPM) by the public administration in general is critical because it presents important guidelines for mainstreaming gender issues in the policies of Brazil.

Keywords: Gender. Development. Public policy. Sexual Division of Labor.

LISTA DE TABELAS

- Tabela 1 – Rendimento médio no trabalho, por sexo, razão do rendimento das mulheres em relação ao dos homens e proporção de mulheres, segundo as áreas de formação da população de 25 anos ou mais de idade – Brasil – 2010. 87
- Tabela 2 – Distribuição percentual dos trabalhadores com 16 anos ou mais de idade, por sexo, segundo a posição na ocupação – Brasil – 2000-2010. 88
- Tabela 3 – Rendimento médio real mensal, de todas as fontes, das pessoas de 10 anos ou mais de idade com rendimento, por sexo, segundo as Grandes Regiões – 2000-2010..... 91

LISTA DE GRÁFICOS

- Gráfico 1 – Progresso do Brasil ao longo dos anos no *Global Gender Gap Report (GGGP)*. 84
- Gráfico 2 – Distribuição percentual da população ocupada com 25 anos ou mais de idade, por nível de instrução, segundo o sexo e entre as mulheres – Brasil – 2010..... 86
- Gráfico 3 – Nível de ocupação das mulheres de 16 anos ou mais de idade, com filhos de 0 a 3 anos de idade, por situação do domicílio, segundo a frequência de filhos na creche – Brasil – 2010. 89

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BSM – Plano Brasil Sem Miséria

CADÚNICO – Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social

CF/88 – Constituição Federal, de 1988

EJA – Educação de Jovens e Adultos

GGGP– *Global Gender Gap Report*

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

IF – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia

IFRN – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

IFTO – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

MEC – Ministério da Educação

ONU – Organização das Nações Unidas

OIT– Organização Internacional do Trabalho

PIB – Produto Interno Bruto.

PMM – Programa Nacional Mulheres Mil

PNUD – Relatório do Desenvolvimento Humano

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

PROEJA – Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Jovens e Adultos

PBF – Programa Bolsa Família

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SINE – Sistema Nacional de Empregos

SPM– Secretaria de Políticas para as Mulheres

SETEC – Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica

UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
1. CAPÍTULO I – O PROGRAMA NACIONAL MULHERES MIL NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS SOCIAIS BRASILEIRAS	32
1.1 Histórico e Características do Programa Nacional Mulheres Mil	44
1.1.1 O Programa no âmbito do Pronatec.....	46
1.1.2 O Programa no Estado do Tocantins	49
1.1.3 O Curso Cuidador de Idosos IFTO – <i>Campus</i> Palmas 2014/1	52
1.2 Reflexões sobre a execução do Programa Nacional Mulheres Mil no IFTO	54
2. CAPÍTULO II – GÊNERO E ECONOMIA DOS CUIDADOS NO ÂMBITO DA DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO	62
2.1 Gênero enquanto conceito e perspectiva de análise.....	62
2.2 A construção da desigualdade de gênero	67
2.3 A Divisão Sexual do Trabalho.....	70
2.4 A Economia dos Cuidados.....	75
3. CAPÍTULO III – INTER-RELAÇÕES DE GÊNERO E DESENVOLVIMENTO.....	80
3.1 Desigualdades de Gênero: Um breve resumo do Cenário Mundial.....	81
3.2 Desigualdades de Gênero: Um breve resumo do Cenário Brasileiro	84
3.3 Desigualdades de Gênero: Um breve resumo do Cenário Tocantinense.....	90
3.4 Há desenvolvimento sem igualdade de gênero?	92
4. CAPÍTULO IV – O PROGRAMA MULHERES MIL: UM CAMINHO PARA A PROMOÇÃO DA AUTONOMIA DA MULHER?.....	96
4.1 O perfil socioeconômico das egressas do curso de Cuidador.....	97
4.2 Cuidadora por “vocação” ou por profissão?	99
4.2.1 A profissão de cuidadora	103
4.2.2 As circunstâncias que motivaram a participação no curso	106
4.3 As Mudanças provocadas pelo curso na voz das egressas.....	109
4.4 Um passo importante diante de uma longa caminhada.....	118
CONSIDERAÇÕES FINAIS	122
FONTES	126
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	129
5. APÊNDICES.....	138

5.1	APÊNDICE I – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO ...	138
5.2	APÊNDICE II- ROTEIRO DA ENTREVISTA	140
5.3	APÊNDICE III – ROTEIRO DAS ENTREVISTAS COM AS EGRESSAS	142

INTRODUÇÃO

A discussão central da presente pesquisa diz respeito ao desafio de se combater a divisão sexual do trabalho por meio de implementação de políticas públicas de capacitação para as mulheres. Tais políticas quando adotam uma perspectiva de gênero tem a capacidade de reduzir a desigualdade entre os gêneros no mercado de trabalho. Diante desse cenário, a dissertação pretende refletir sobre as assimetrias existentes entre homens e mulheres na qualificação para o mercado de trabalho a partir da experiência do Programa Nacional Mulheres Mil-PMM.

O Programa Nacional Mulheres Mil-PMM é uma política pública que objetiva o rompimento do ciclo de desvalorização das mulheres por meio de formação educacional, profissional e tecnológica. Saravia (2006, p.28) define política pública como “um fluxo de decisões públicas, orientado a manter o equilíbrio social ou introduzir desequilíbrios destinados a modificar essa realidade”. Segundo Souza (2006, p. 26):

Pode-se então, resumir política pública como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente).

Souza (2006) afirma ainda que são várias as interpretações encontradas na literatura sobre o conceito de políticas públicas, e alega que as definições assumem, em geral, uma visão holística do tema. Acredita-se que, a partir do momento em que o Estado reconhece a sua responsabilidade na redistribuição de riqueza entre regiões, classes, raças e etnias, entre mulheres e homens, ele assume o papel de combater as desigualdades sociais. Nesse contexto, o PMM é um programa do governo federal e pode ser compreendido como um dos instrumentos operacionais das políticas públicas.

De maneira mais específica, pode-se dizer que um programa é um conjunto sistêmico de ações programadas e articuladas entre si, com objetivo de atender a uma demanda pública específica, encampada na agenda de prioridades de políticas públicas do Estado ou governo. Assim, um programa é a soma de atividades direcionadas para solucionar um problema vivenciado pela sociedade (BRASIL, 2013).

No âmbito desta pesquisa, entende-se que um dos principais fatores responsáveis pelo agravamento da desigualdade social é o da desigualdade de gênero. Conforme afirma Reygadas (2004, pp. 9-10):

Gênero tem sido um dos fatores centrais na construção das desigualdades. São estruturadas distinções sociais e culturais entre homens e mulheres para converter as diferenças sexuais biológicas em hierarquias de poder, status e renda. A medição e avaliação de habilidades individuais quase sempre passa pelo crivo do gênero, bem como a distribuição dos encargos e benefícios derivados dessa avaliação.¹

Quando se reflete sobre a medição e avaliação de habilidades a partir do olhar de gênero, torna-se imprescindível dizer que o determinismo biológico², por séculos, foi usado como justificativa para desqualificar as mulheres, corporal, intelectual e moralmente, inferiorizando as mulheres a partir de um discurso fundamentado na biologia para subalternizá-la. A partir da diferença sexual, buscou-se traçar o destino de desvalorização das mulheres em distintas sociedades.

Conforme dito acima, as diferenças entre homens e mulheres e os papéis pertencentes a cada um são construídos social e culturalmente ao longo dos tempos a partir das diferenças sexuais (GAMBA, 2008; SCOTT, 2012; FARIA; NOBRE, 2008; SOARES 2004; CARLOTO, 2012). Para que avanços na garantia dos direitos das mulheres fossem possíveis, a posição estratégica dos movimentos feministas foi importante. Sobre esse assunto, Farah (2004, p. 130) afirma que “o movimento feminista e os movimentos sociais, ao incorporarem temas específicos à vivência das mulheres, contribuíram para a inclusão da questão de gênero na agenda política, como uma das desigualdades a serem superadas por um regime democrático”.

Nesse sentido, os movimentos têm sido responsáveis por colocar nos espaços públicos as temáticas relacionadas aos problemas enfrentados pelas mulheres, propondo transformações na ação do Estado (MIRANDA, 2014; FARAH, 1999) para mudar a sua ordem patriarcal e seu poder regulador. Ao se analisar a trajetória das mulheres ao longo

¹ El género ha sido uno de los factores centrales en la construcción de desigualdades. Se han estructurado distinciones sociales y culturales entre los hombres y las mujeres para convertir las diferencias biológicas del sexo en jerarquías de poder, de *status* y de ingresos. La medición y valoración de las capacidades individuales casi siempre pasa por el tamiz del género, lo mismo que la distribución de cargas y recompensas que se deriva de esa valoración (Reygadas, 2004, tradução nossa).

² Entende-se por determinismo biológico “o conjunto de teorias segundo as quais a posição ocupada por diferentes grupos nas sociedades ou comportamentos e variações das habilidades, capacidades, padrões cognitivos e sexualidade humanos derivam de limites ou privilégios inscritos na constituição biológica.” (Citeli, 2001).

desse tempo, é possível notar que elas vêm buscando ocupar novos espaços graças às articulações dos movimentos feministas (PINTO, 2003).

Os movimentos feministas são reconhecidos pelas transformações profundas que causaram e ainda causam nas sociedades, pois foram os principais responsáveis pela criação de condições de debates políticos (FARAH, 1999; PINTO, 2003) relativos à subalternização das mulheres, como acontece nas arenas da ONU³, a exemplo, as Conferências Mundiais de Mulheres. Assim, a influência dos movimentos feministas pode ser notada ao redor do mundo pelo surgimento de ações reivindicadas por esses movimentos de estratégias (como a Plataforma Beijing), para melhorar a condição de vida das mulheres em vários países visando à promoção da igualdade entre os gêneros.

Segundo Bandeira (2005), falar da igualdade de gênero é romper com um universo restrito do não reconhecimento da alteridade, do outro, da diferença, no sentido de caminhar em direção ao espaço de equidade, pois as mulheres se redefinem com base na cultura, na história, nas relações de trabalho e nas formas de inserção no mundo político. Dessa maneira, este estudo compreende a igualdade de gênero como sendo a possibilidade de as mulheres poderem usufruir de seus direitos estando asseguradas das mesmas oportunidades que os homens.

Nesse sentido, para esta pesquisa, adota-se o entendimento de que o feminino e o masculino não se referem apenas ao sexo das pessoas, tratam-se de construções culturais, valores, comportamentos e condutas, que vão sendo classificadas ao longo do tempo como masculinas ou femininas pela sociedade, ocasionando uma desvalorização do gênero feminino.

Ainda nos dias atuais, a mulher com qualificação igual ou superior à do homem, ganha menos, apesar de ocupar o mesmo cargo que ele dentro da instituição em que trabalha, pelo simples fato de ser mulher. A avaliação de habilidades individuais baseadas em questões de gênero é comum (REYGADAS, 2004), e isso se traduz na divisão sexual do trabalho. Além da diferença salarial, soma-se a dificuldade de ingressar em carreiras não vinculadas aos cuidados domésticos e da família, isso ocorre porque a responsabilidade, muitas vezes assumida pelas mulheres com os cuidados, é resultado de uma construção cultural que a

³ Organização das Nações Unidas.

destinou à esfera privada, e o homem à esfera pública (ZELIZER, 2009; FARIA, 2010; SOARES, 2010; CARLOTO, 2012).

Baseado no escrito por Gurovitz (2003), entende-se que a questão da divisão sexual do trabalho consiste num dos principais eixos da desigualdade entre homens e mulheres, e ao mesmo tempo apresenta-se como diretriz fundamental nas políticas públicas para as mulheres, conforme preconiza o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres 2013-2015.

O Plano (2013-2015) é resultado das conferências nacionais de políticas para as mulheres, realizadas desde 2003, e das quais participam mulheres de todos os estados do País, representando as demandas dos três níveis do Poder Executivo (municipal, estadual e federal). A importância da igualdade entre homens e mulheres no mercado de trabalho e a autonomia das mulheres são abordadas no primeiro capítulo do Plano. O documento aponta que as ações governamentais devem objetivar a eliminação da divisão sexual do trabalho, tendo como foco a erradicação da pobreza e a garantia de participação das mulheres no desenvolvimento do Brasil.

Logo, para que haja mudança nesse cenário, é preciso empoderar as mulheres. A noção de empoderamento adotada aqui se aproxima à ideia de autonomia, pois ambas se referem à capacidade de os indivíduos e grupos poderem decidir sobre as questões que lhes dizem respeito, nas esferas política, econômica, cultural, psicológica e outras (HOROCHOVSKI; MEIRELLES, 2007).

O termo empoderamento é motivo de debate por diversos autores (ZAPATA, 2003; ZAPATA, 2014; PARENTE, 2012; PARENTE; GUERREIRO, 2014; OLIVEIRA; PARENTE, 2015; DEERE; LEÓN, 2002; DUFLO, 2012). Dessa forma, é importante esclarecer que, para o desenvolvimento desta pesquisa, adotou-se a perspectiva dos teóricos do desenvolvimento; assim, a ideia de empoderamento empregada descreve-o como sendo um conjunto de possibilidades de as mulheres terem acesso à saúde, educação, reais oportunidades de ganho, direitos e participação política garantidos (DUFLO, 2012, p.1.053)⁴.

De acordo com Sen (2010), há cinco aspectos que apresentam uma contribuição no sentido de fortalecer a voz ativa e a condição de agente da mulher, conferindo-lhe

⁴ There is a bidirectional relationship between economic development and women's empowerment defined as improving the ability of women to access the constituents of development—in particular health, education, earning opportunities, rights, and political participation (Duflo, 2012).

independência e ganho de poder, estes aspectos são: a) potencial para auferir uma renda independente; b) encontrar emprego fora de casa; c) ter direitos de propriedade; d) serem alfabetizadas; e) participar das decisões na família e na sociedade.

Conforme enumera Soares (2004), a condição de desigualdade se constitui diariamente em alguns eixos centrais, como a falta de autonomia pessoal e econômica, a desigualdade na divisão sexual do trabalho, na família, a autonomia do corpo e a sexualidade, o racismo e os preconceitos, o desafio de romper com o silêncio e a invisibilidade das vozes das mulheres.

Atos discriminatórios de todo tipo podem tornar o ser humano mais vulnerável impactando diretamente no crescimento econômico de uma região. De maneira que, quando ocorre o contrário e há aumento de oportunidades iguais, não apenas a sociedade se torna mais justa e mais inclusiva, como também auxilia no processo de desenvolvimento geral de uma nação (SEN, 2010).

No cenário brasileiro, as políticas públicas direcionadas à diminuição das desigualdades sociais ainda enfrentam muitos desafios para serem implementadas e interiorizadas nas regiões do País, esse é o caso das políticas públicas como o Programa Nacional Mulheres Mil que objetiva reduzir as desigualdades de gênero.

O Plano Nacional de Políticas para as Mulheres aponta o PMM como um programa que tem a possibilidade de garantir a autonomia econômica das mulheres por meio da oferta de cursos de capacitação. Nesse sentido, a pesquisa orienta-se pela questão de até que ponto o Programa pode garantir essa autonomia. Quando se pensa em políticas públicas para mulheres no Brasil, o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres pode ser considerado como diretriz básica para qualquer ação governamental (MOMO *et al*, 2013), nesse sentido, e, por isso, o Programa Nacional Mulheres Mil não poderia deixar de estar nivelado a ele.

A presente pesquisa vincula-se especialmente ao primeiro eixo: “igualdade no mundo do trabalho e a autonomia econômica” e a Linha de Ação 1.1 do Plano (2013-2015, p. 15) que defende a

Promoção da inserção e da permanência das mulheres em relações formais de trabalho não discriminatórias em razão de sexo, origem, raça, etnia, classe social, idade, orientação sexual, identidade de gênero ou deficiência, com igualdade de rendimentos e fomento à ascensão e à permanência em cargos de direção.

A última edição do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres 2013- 2015 destaca o Programa Nacional Mulheres Mil no Brasil como fundamental no enfrentamento da desigualdade de gênero no País, pois combate a desigual divisão sexual do trabalho e auxilia na diminuição da pobreza, promovendo maior participação feminina no desenvolvimento nacional.

Ao trazer a discussão para o campo das políticas públicas, Duflo (2012, p.1.063) pontua que “as políticas para as mulheres que buscam favorecê-las explicitamente precisam ser justificadas, não apenas em termos da necessidade da promoção da igualdade de gênero, mas em termos de provar que igualdade de gênero em si é desejável, vale o custo que isso implica.”⁵. Nesse contexto, é preciso "trabalhar com políticas públicas, programas e projetos que objetivam reduzir as brechas de equidade de gênero demanda a aplicação do enfoque de gênero em todas as ações direcionadas para o desenvolvimento" (LISBOA; LUSA, 2010, p. 876).

No primeiro eixo do PNPM (2013-2015) ficou estabelecida como uma das metas para o País a redução da taxa de desigualdade de rendimento entre mulheres e homens. A comparação da razão entre o rendimento médio das mulheres e o rendimento médio dos homens entre 2000 e 2010 indicou uma pequena redução na desigualdade entre ambos. Entretanto, nas Regiões Norte e Nordeste, a desigualdade de rendimentos por sexo aumentou.

Portanto, para que o País possa avançar na incorporação da perspectiva de gênero nas políticas, legislações e programas governamentais, faz-se necessário transversalizar o debate sobre o tema, uma vez que não cabe apenas ao organismo de políticas para as mulheres promover a igualdade de gênero, mas a todos os órgãos dos três níveis federativos. Pois “as ações do governo não podem ser vistas como atos isolados, mas, sim, devem estar coerentes com um projeto geral de mudança, onde a perspectiva de superação das desigualdades de gênero seja um dos seus componentes indispensáveis” (GODINHO, 2004, p. 56).

Nesse cenário, a Secretaria de Políticas para as Mulheres apresenta-se com a proposta de coordenar horizontalmente os trabalhos funcionando como articuladora dos órgãos, acompanhando e avaliando os resultados. Segundo o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres 2013-2015, para que os espaços estatais sejam transformados, é preciso adotar a

⁵ Thus, policies that explicitly favor women need to be justified, not just in terms of being necessary to bring about gender equality, but in terms of gender equality itself being desirable and worth the cost it implies.

transversalidade ao se fazer política pública. Assim, a transversalidade das políticas de gênero é, ao mesmo tempo, um construto teórico e um conjunto de ações e de práticas políticas e governamentais (BRASIL, 2013).

Enquanto construto teórico-orientador, a transversalidade das políticas de gênero consiste em ressignificar os conceitos-chave que possibilitam entendimento mais amplo e adequado das estruturas e dinâmicas sociais que se mobilizam – na produção de desigualdades de gênero, raciais, geracionais, de classe, entre outras (BRASIL, 2013).

Nesse contexto, ao apresentar-se sensível às demandas das mulheres, o Estado demonstra o reconhecimento da diversidade do público-alvo que compõe intensa parcela da sociedade e rompe com o padrão de políticas públicas dirigidas a um cidadão genérico, no caso, masculino; até mesmo é importante que os implementadores de políticas públicas aceitem os programas que afetam mulheres e homens de maneira diferente (FARAH, 2004).

O Programa Mulheres Mil-PMM foi instituído pela Portaria nº 1.015, de 21 de julho de 2011 (Brasil, 2011a), e tem como principais diretrizes: a) possibilitar o acesso à educação; b) contribuir para a redução de desigualdades sociais e econômicas de mulheres; c) promover a inclusão social; d) defender a igualdade de gênero; e, por fim, e) combater a violência contra a mulher.

O PMM oferece várias modalidades de curso, e para esta pesquisa optou-se por trabalhar o curso “Cuidador de Idoso 2014/1” por acreditar que há uma responsabilização social atribuída às mulheres com relação às atividades relacionadas aos cuidados. Assim, a discussão do tema apresenta-se como mais relevante para tratar da desigualdade de gênero no mundo do trabalho, porque um dos principais problemas da desigualdade de gênero no País é no âmbito do mercado de trabalho. Diante disso, indaga-se se um curso como o de Cuidador de Idoso não reforça a divisão sexual do trabalho.

Partindo-se do pressuposto que o Programa Nacional Mulheres Mil foi feito para mulheres, algumas indagações foram feitas para compreendê-lo como um todo: O Programa Nacional Mulheres Mil pode ser considerado uma política pública de gênero? Ele promove o empoderamento das mulheres? Qual a relação da capacitação de mulheres com a redução das desigualdades de gênero? Qual a relação do aumento das desigualdades de gênero e o

desenvolvimento? O curso de Cuidador oferecido pelo PMM empodera as mulheres? O curso foi pensado a partir da perspectiva de gênero?

Movido por esses questionamentos, busca-se identificar a existência de mudanças na vida das mulheres beneficiadas pelo Programa Nacional Mulheres Mil, especificamente às egressas do curso de Cuidador de Idoso 2014/1.

PERCURSO METODOLÓGICO

Para responder aos questionamentos sobre a influência do PMM na vida das alunas do curso de Cuidador de Idoso em Palmas-TO, o presente estudo utiliza como instrumentos metodológicos a pesquisa documental, a pesquisa bibliográfica e a entrevista estruturada. Trata-se, portanto, de pesquisa de natureza qualitativa.

O tema de estudo da presente pesquisa está situado na área de estudos de gênero. Para Gamba (2008, pp. 2-3) ⁶, a incorporação de estudos sobre as mulheres como um novo paradigma representa um avanço nas ciências sociais. De forma que adotar essa perspectiva na pesquisa científica implica reconhecer que existem relações de poder entre os sexos, e que estas relações têm sido construídas social e historicamente em favor dos homens. Implica também reconhecer todo o tecido social e sua articulação de relações, como classe, etnia, idade, orientação sexual e religião.

Segundo Gil (2008), a pesquisa bibliográfica proporciona um sentido mais amplo para os dados que se pretende analisar, pois ocorre uma ligação dos conhecimentos disponíveis, cuja origem é principalmente teórica, o autor ressalta que essa ligação precisa ser estabelecida de forma harmônica. Ainda sobre a pesquisa bibliográfica, Marconi e Lakatos (2007, p. 158) afirmam que "a pesquisa bibliográfica é um apanhado geral sobre os principais trabalhos já realizados, revestidos de importância, por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes relacionados com o tema".

⁶ La "perspectiva de género", en referencia a los marcos teóricos adoptados para una investigación, capacitación o desarrollo de políticas o programas, implica) reconocer las relaciones de poder que se dan entre los géneros, en general favorables a los varones como grupo social y discriminatorias para las mujeres;
b) que dichas relaciones han sido constituidas social e históricamente y son constitutivas de las personas;
c) que las mismas atraviesan todo el entramado social y se articulan con otras relaciones sociales, como las de clase, etnia, edad, preferencia sexual y religión.

Assim, antes de iniciar a pesquisa, vale ressaltar que fora feito um apanhado sobre os principais trabalhos já realizados sobre o Programa. Os estudos⁷ de outros estados do País sobre o PMM revelam de maneira geral um potencial de empoderamento das mulheres, pois elas passam a ter condições de tomar decisões sobre seu cotidiano; mesmo que seja na esfera privada, já pode ser visto como um avanço. Eles demonstram que a transferência de renda para as beneficiárias e o incentivo financeiro, por meio de bolsa, possibilitam que elas se tornarem menos dependentes de seus companheiros, de modo a aumentar a autoestima e o grau de emancipação delas.

A pesquisa bibliográfica ofereceu a fundamentação teórica adequada para compreensão da desigualdade entre os gêneros em geral, e no mercado de trabalho em particular. Autoras como Machado (2000), Scott (2012), Louis (2006), Saffioti (2010) Bourdieu (2012), Beauvoir (1967) permitiram visualizar a forma como a desigualdade entre os gêneros foi construída ao longo da história. Já autores como Sen (2010), Duflo (2012), Garcia (2012) Gurovitz (2003) permitiram estabelecer a conexão entre a igualdade e o desenvolvimento.

No que se refere à discussão da desigualdade nas profissões e no mercado de trabalho, as autoras Filipe (2010), Bravo (2010) e Vasconcelos (2010) contribuiram com o retrato

⁷ Avaliação do Programa Nacional Mulheres Mil no IFTO 2013/2: Trabalhador Doméstico (2015).

Programa Mulheres Mil: um convite à inclusão social, econômica e ambiental – IFSC. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina – *Campus* Gaspar-SC, (2012).

O Programa Mulheres Mil: avanço ou retrocesso no enfrentamento da questão social – IFPB-Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) *Campus* Campina Grande, (2014).

Políticas Públicas de Gênero e empoderamento das mulheres de classe popular: A experiência do Programa Mulheres Mil no IF Baiano *Campus* Valença-BA. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia – *Campus* Valença-BA, (2013).

Projeto Mulheres Mil e Gênero: Comercialização das Pequenas Produções das Mulheres no Setor Santa Bárbara em Palmas-TO, Universidade federal do Rio de Janeiro, (2011).

O Mulheres Mil como política pública e sua implementação pelo IFMA. Universidade Federal do Maranhão, (2013).

“Palmas para Mulheres Mil” em comunidades Quilombolas: a participação do IFPR – *Campus* Palmas, no Programa Nacional de Inclusão Social. Universidade Tecnológica Federal do Paraná, (2014).

Programa Mulheres Mil: Histórias De Vida – Instituto Federal Farroupilha – *Campus* São Borja, (2013).

Projeto Mulheres Mil: Desafios em Busca de Dias Melhores. Uma Experiência no *Campus* de Morada Nova – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado do Ceará, (2013).

Política Pública de Gênero e equidade: programa nacional mulheres mil. Rondônia (2014)

Moda e Artesanato: Inclusão no Programa Social Mulheres Mil– Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Estado do Piauí, (2012).

A Qualificação Profissional e Cidadã: Um Estudo do Programa Mulheres Mil, a Partir da Experiência do Instituto Federal de Goiás, *Campus* Luziânia. Faculdade de Educação da Universidade de Brasília-UnB, (2013).

Programa Mulheres Mil: A experiência do IF Catarinense – *Campus* Luzerna – Instituto Federal Catarinense – *Campus* Luzerna, (2014).

É Mais Interessante falar o Desconto em Porcentagem: Fazeres e Saberes Matemáticos no Programa Nacional Mulheres Mil – Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Estado do Espírito Santo, (2013).

Análise do Programa Nacional Mulheres Mil (2014).

dessas desigualdades em outros países, e Zelizer (2009) aborda a divisão sexual do trabalho com a economia de cuidados. Farah (2004), Miranda (2014), Pinto (2003) Lisboa e Lusa (2010) ajudaram a compreender o papel de articulação dos movimentos sociais na conquista de direitos para as mulheres; Esping-Andersen (1991), Souza (2006), Höfling (2001) Pereira e Silva (2008) e Godinho (2004) explicaram sobre a relação do Estado e a elaboração e implementação de políticas públicas, em especial as políticas sociais; Sacchet (2014), Bandeira (2005) e Matos (2008) deixam clara a necessidade de políticas complementares e da transversalização.

É de praxe que o processo de investigação das ciências sociais seja balizado por uma preocupação com a autenticidade da pesquisa, uma vez que os conhecimentos nesta área são construídos e apoiados pela observação de fatos concretos (MARCONI; LAKATOS, 2007, p. 158). Dessa maneira, o desenvolvimento do presente estudo foi balizado pela fidedignidade aos documentos analisados e pelo compromisso com a verdade revelada pelos dados coletados nas entrevistas.

A respeito da natureza da pesquisa qualitativa escolhida como mais adequada para o estudo sobre a influência do PMM na vida das mulheres, Prodanov e Freitas (2013, p.70) afirmam que:

A pesquisa qualitativa considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa. Esta não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. O ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave. Tal pesquisa é descritiva. Os pesquisadores tendem a analisar seus dados indutivamente.

A pesquisa também adotou a análise documental na fase de coleta de dados quando se teve acesso aos arquivos disponibilizados pelas gestoras: planilhas eletrônicas, com as informações básicas das alunas e o Projeto Pedagógico do Curso (PPC). Segundo Gil (2008, p. 51), a pesquisa documental refere-se a materiais que ainda não receberam nenhuma espécie de tratamento analítico e que podem ser refeitos de acordo com os objetivos da pesquisa.

(...) o primeiro passo consiste na exploração das fontes documentais, que são em grande número. Existem, de um lado, os documentos de primeira mão, que não receberam qualquer tratamento analítico, tais como: documentos oficiais, reportagens de jornal, cartas, contratos, diários, filmes, fotografias, gravações etc. De outro lado, existem os documentos de segunda mão, que de alguma forma já foram analisados, tais como: relatórios de pesquisa, relatórios de empresas, tabelas estatísticas etc.

Antes de ir a campo, fez-se necessário analisar cuidadosamente as fontes de documentos para que a investigação fosse devidamente embasada. Dessa forma, a pesquisa documental estabeleceu-se por meio de arquivos públicos do IFTO e fontes estatísticas apresentadas em documentos oficiais (BRASIL, 2011), como portarias ministeriais (BRASIL, 2011a), relatórios de órgãos federais, estatísticas e notícias.

Os dados das mulheres, relativos à escolaridade, estado civil, idade, quantidade de filhos, renda e vínculo empregatício, foram tabulados por meio de planilhas eletrônicas. A análise estatística foi embasada no emprego de técnicas simples como somas, médias e percentuais, apresentados em forma de gráfico. Os aspectos analisados foram: vida pessoal, vida profissional e vida financeira (ROCHA; BERRO, 2008). No aspecto da vida pessoal, procurou-se identificar como se dão as relações de gênero dela em casa, para tentar identificar possíveis mudanças provocadas no relacionamento familiar, aumento da confiança em si própria e em seu potencial. A respeito da vida profissional, buscou-se conhecer possíveis mudanças provocadas na vida profissional após a participação no curso Cuidador de Idoso. E sobre a vida financeira, a pretensão foi a de verificar o aumento na renda pessoal decorrente do curso.

Assim, nos documentos disponibilizados pelo IFTO foram encontradas informações a respeito das mulheres beneficiadas pelo Programa, na turma Cuidador de Idoso 2014/1, da Região Norte de Palmas. Com esses dados foi possível construir um perfil das cursistas, a fim de contribuir para a reflexão dessa política pública no processo de melhoria de vida dessas mulheres. A prévia da pesquisa documental permitiu a definição das perguntas de ambos os roteiros de entrevista.

A desigualdade entre os gêneros pode ser mensurada de várias formas, podendo ser percebida ao se analisar indicadores como o *Global Gap Gender Report Index*⁸ que avalia a desigualdade entre os gêneros, no mundo, desde 2006. Dentro de um amplo Programa de Estatísticas de Gênero no IBGE⁹, encontra-se o Sistema Nacional de Informações de Gênero (SNIG), criado em 2006. O Sistema possibilita o acesso a um conjunto de indicadores, demonstrando, assim, informações a respeito das condições de vida das mulheres em cada um

⁸ Índice do Relatório Global de Desigualdade de Gênero.

⁹ O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) é uma entidade da administração pública federal, vinculada ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, constitui-se como principal provedor de dados e informações do País, desempenhando dentre muitas as funções de produção, análise coordenação e consolidação de informações estatísticas e geográficas, documentando e disseminando tais informações, pois sua missão é retratar o Brasil com informações necessárias ao conhecimento da sua realidade e ao exercício da cidadania.

dos municípios brasileiros. Isso possibilitou visualizar o quadro situacional das desigualdades de gênero no Tocantins.

A análise desta pesquisa realizou-se também com base nos resultados do Censo Demográfico de 2010. Os censos reúnem informações sobre os índices, internacional e nacional, de desigualdade de gênero. O SNIG 2014 traz indicadores selecionados nos temas *População, Famílias, Migração, Pessoas com Deficiência, Domicílios, Educação, Trabalho e Rendimento*, sob uma perspectiva de gênero. Os resultados são apresentados para Grandes Regiões, Unidades da Federação e municípios, considerando-se, além da desagregação por sexo em todos os indicadores, outras desagregações importantes para a análise das questões de gênero, como cor ou raça, situação do domicílio e grupos de idade.

Logo, os dados estatísticos de gênero e os indicadores (de renda, educação e qualificação profissional) foram obtidos nos sítios de instituições nacionais e internacionais, sendo eles os *sites* dos Institutos Federais, o Ministério da Educação, o Ministério do Desenvolvimento, a Secretaria de Políticas para as Mulheres, o Instituto Brasileiro de Pesquisa (IBGE), e o *Global Gender Gap Report* (publicado pelo Fórum Mundial Econômico), e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

Desta forma, as principais fontes utilizadas para esta pesquisa podem ser compreendidas como primárias e secundárias. Consideram-se como fontes primárias, as gravações de áudio e as transcrições com informações das entrevistas com as gestoras e os relatos das mulheres que fizeram o curso Cuidador de Idoso. E como fontes secundárias os relatórios nacionais e internacionais que apresentaram as disparidades de gênero, e os arquivos disponibilizados pelas gestoras do Programa no *Campus Palmas*.

Dentre os diversos instrumentos de coleta de dados disponíveis, optou-se pela entrevista por acreditar que esta permite correções e esclarecimentos na hora da coleta, o que a torna mais eficaz para as informações desejadas, principalmente as de assuntos de natureza pessoal e íntima (COUTO, 2011). A entrevista estruturada assemelha-se a um questionário; o entrevistador organiza um roteiro/questões e o segue durante a conversa com o entrevistado. Também conhecida como entrevista dirigida, segundo Richardson (1999), “desenvolve-se a partir de perguntas precisas, pré-formuladas e com uma ordem preestabelecida. O entrevistador dirige o processo evitando qualquer "desvio" do entrevistado.” (RICHARDSON, 1999 p. 210).

Assim como o objetivo da pesquisa era identificar a influência do Mulheres Mil na vida das mulheres por meio do curso Cuidador de Idosos, levar em consideração o ponto de vista delas sobre essa experiência foi fundamental. A pesquisa abordou dois públicos para as entrevistas: as gestoras do programa e as mulheres que cursaram o curso. O objetivo das entrevistas realizadas com as gestoras do Programa no *Campus* Palmas foi compreender o funcionamento do Programa, com temas relacionados à organização do curso, a seleção das participantes e o papel do curso para redução da desigualdade entre os gêneros (ver apêndice 2). Foram 4 as entrevistadas no IFTO: a atual coordenadora do PRONATEC, a coordenadora do PMM e a coordenadora do PMM *Campus* Palmas e uma ex-gestora do PMM. A entrevista realizada com a gestora do PRONATEC objetivou sanar algumas dúvidas a respeito da relação do Programa com o PRONATEC e relatar outras experiências que se apresentem relevantes para a discussão da pesquisa.

O objetivo das entrevistas realizadas com as egressas da turma foi verificar o perfil socioeconômico, a escolaridade, a opinião das cursistas a respeito da capacitação e em quais aspectos o curso modificou a condição de vida delas (ver apêndice 3). Foram 15 as entrevistas realizadas com as alunas da turma do Programa Mulheres Mil do *Campus* Palmas do IFTO: Cuidador de Idoso 2014/1.

Cabe mencionar que se optou pela transcrição autoral, ou seja, todas as entrevistas foram transcritas pela pesquisadora que as realizou. Segundo Manzini (2003), esse processo funciona como facilitador para a interpretação dos dados:

Apesar de o objetivo da transcrição ser transpor as informações orais em informações escritas, nesse processo ocorre um segundo momento de escuta, no qual podem permear impressões e hipóteses que afloram intuitivamente durante o ato de escutar e transcrever. Essas impressões e hipóteses podem ser anotadas para depois serem investigadas pelo pesquisador. Esses apontamentos, na maioria das vezes, são muito válidos para a interpretação dos dados (Manzini, 2003, p.4).

Depois de realizadas todas as transcrições, foram feitas várias leituras do material em três momentos. No primeiro momento, o objetivo era retirar as informações que respondiam as questões referentes à idade, estado civil e renda, no intuito de se obter ao final um perfil socioeconômico das alunas. Após, o objetivo era retirar as informações que respondiam as questões referentes ao Programa Mulheres Mil, visando auferir se o curso Cuidador de Idoso

causou alguma mudança na vida delas, e em que aspecto. E, por fim, buscou-se selecionar trechos¹⁰ das entrevistas que melhor expressavam essas mudanças, ou não.

Apesar de o Programa ter sido implementado em outros municípios além da capital, optou-se pela realização das entrevistas no município de Palmas, porque o foco de análise da presente pesquisa permeia a divisão sexual do trabalho a partir da vinculação das mulheres às atividades de cuidados, e Palmas foi o único município que ofertou o curso Cuidador de Idoso, excluindo assim do universo da pesquisa os demais municípios.

A Turma Cuidador de Idoso 2014/1 ofertou 30 vagas, destas, 29 foram preenchidas com mulheres devidamente matriculadas. Com a coleta de dados no IFTO, realizada no dia 28/8/2015, as gestoras do curso forneceram, por meio de arquivos digitais, uma planilha eletrônica com informações a respeito das egressas: nome, escolaridade, idade, cor, filhos, renda familiar, responsável pela renda principal e número de telefone para contato. Durante a consulta ao arquivo, não foi possível localizar o endereço das egressas do curso, apenas telefone, o que dificultou inicialmente o trabalho da pesquisadora.

Em posterior análise, a planilha estava incompleta, pois não havia dados sobre todas elas, na lista constavam 28 nomes, e não 29 como indicava o primeiro documento pesquisado. Isso ocorreu por ter havido uma desistência, ficando a turma com 28 alunas. Diante da lista com 28 egressas, constavam apenas 25 telefones destas, o que fez com que a redução da amostragem fosse reduzida. Tendo em mãos os telefones das cursistas, a pesquisadora ligou para cada uma com o objetivo de se apresentar e agendar entrevista individual com as 25 remanescentes.

O período da coleta de dados, por meio de entrevista¹¹, durou 29 dias (de 25 de agosto a 23 de setembro de 2015), desde as tentativas de contato e agendamento com as gestoras e egressas e a realização das entrevistas. Após iniciar as ligações telefônicas, observou-se que uma das egressas havia se mudado do Estado; 1 estava viajando sem previsão de retorno; e os números de telefone de 2 delas estavam desativados, restando assim 21 mulheres a serem contatadas.

¹⁰Para melhor compreensão e fácil distinção entre trecho de entrevista e citações, todos os trechos das entrevistas mencionados aqui estarão em itálico. A fim de preservar a identidade das entrevistadas, estas serão tratadas como Gestora 1, Gestora 2, assim sucessivamente. E às egressas, será seguida a mesma lógica, Egressa 1, Egressa 2 etc. Todas as entrevistadas assinaram o termo livre de consentimento para participação na pesquisa (ver apêndice 1).

¹¹ Para consultar as perguntas da entrevista, ver Apêndice III.

Dos telefones correspondentes a 21 mulheres, após três semanas de trabalho, foram realizadas 15 entrevistas com sucesso; as outras 6 não responderam às ligações por não se poder completá-las, pois acusavam caixa de mensagem, o que leva a crer que não se encontravam ou simplesmente não quiseram atender. Do total de 21 egressas que corresponderia a 100% da amostra, foram realizadas 15 entrevistas o que equivale a um alcance de 71%.

Alguns órgãos federais merecem ser destacados por sua relação direta com o objeto de pesquisa. Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializadas na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, e estão entre os órgãos instituídos responsáveis pela implantação do Programa Mulheres Mil em seus respectivos estados. Assim, essas instituições fornecem nas páginas de notícias de seus sítios informações atualizadas, possibilitando a compreensão de seus avanços, além de arquivos físicos sobre o Programa.

O Ministério da Educação (MEC), criado em 1930, é um órgão da administração federal direta e tem como principais atribuições promover educação em geral, compreendendo ensino fundamental, ensino médio, ensino superior, educação de jovens e adultos, educação profissional, educação especial e educação à distância. O MEC sempre esteve envolvido com o Programa desde o início por meio da SETEC, a Instituição Coordenadora do PMM, além disso, todas as orientações a respeito da execução do PMM são repassadas aos seus órgãos executores, no caso institutos federais de educação.

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) é também um órgão da administração federal direta criado em janeiro de 2004. Tem a missão de promover a inclusão social, a segurança alimentar, a assistência integral e uma renda mínima de cidadania às famílias que vivem em situação de pobreza. Com a criação do MDS, em 2004, o Governo Federal centralizou as iniciativas e passou a executar sua estratégia de desenvolvimento social de forma mais robusta e articulada e com maiores investimentos nas políticas públicas, que atendem dezenas de milhões de pessoas. O MDS entrou na segunda fase do PMM, em 2014, devido à parceria com o MEC, para integração ao PRONATEC.

Em articulação com os demais Ministérios, na formulação e no desenvolvimento de políticas para as mulheres, encontra-se a Secretaria de Políticas para as Mulheres da

Presidência da República (SPM-PR), criada em 2003 com o objetivo de promover a igualdade entre homens e mulheres e combater todas as formas de preconceito e discriminação herdadas de uma sociedade patriarcal e excludente.

A SPM considera a consolidação de mecanismos de gênero nos órgãos e ministérios muito importante, pois ressalta que a transversalidade das políticas públicas na questão de gênero somente se institucionaliza quando todos os órgãos do governo internalizam o olhar de gênero como uma constante em suas ações. Nesse sentido, as políticas de gênero propostas pela SPM buscam dialogar com todas as esferas governamentais, destacando-se nesse contexto os Ministérios da Educação e Desenvolvimento Social e Combate à Fome, diretamente vinculados ao Programa Nacional Mulheres Mil.

O Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM) contribui para o fortalecimento e a institucionalização da Política Nacional para as Mulheres, aprovada desde 2004, e apresenta os objetivos, metas, linhas de ação e ações estabelecidas com os demais órgãos e ministérios que compartilham responsabilidades de sua complexa implementação. Partindo desse pressuposto, o PNPM deve ser considerado estratégico no que tange às políticas públicas para as mulheres no Brasil, e por isso utilizado nesta pesquisa.

A pesquisa foi motivada pelo envolvimento da pesquisadora na fase-teste do Programa no estado do Tocantins quando cursava o curso de Gestão Pública na IFTO, em 2010. Nesse contexto, na fase de implementação do Projeto-piloto¹² no Tocantins (“Cidadania pela Arte”), no período de 2008 a 2010, a pesquisadora trabalhou como intérprete voluntária, acompanhando as visitas técnicas juntamente com os representantes canadenses.

Com o passar do tempo, as relações de pesquisa com os representantes do *New Brunswick College of Craft and Design*¹³ foram estabelecidas e resultaram, no final de 2010, em um intercâmbio para conhecer o *campus* localizado na cidade de *Fredericton*, província de *New Brunswick*, no Canadá. O intercâmbio teve duração de três meses; na ocasião foram desenvolvidas atividades relacionadas à tradução de notícias do português para o inglês (quando publicado pelo IFTO) e de inglês para português (quando publicado no *College*) desde que relacionadas ao Projeto “Cidadania pela Arte”.

¹² Antes de se tornar uma política pública nacional, o Programa passou por uma “fase-teste” em alguns estados das regiões norte e nordeste do País, na qual se intitulava “projeto-piloto”.

¹³ Faculdade de artes e *design*. A única no Canadá que fornece cursos voltados para artesanatos finos.

A dissertação estrutura-se em quatro capítulos. O primeiro apresenta o Programa Nacional Mulheres Mil-PMM enquanto política pública, contextualizando-o no cenário de ações governamentais. Apresenta-se o histórico desde o surgimento da política no estado do Tocantins com os projetos desempenhados pelo IFTO¹⁴, com algumas informações dos cursos ofertados no Estado, abordando brevemente a transição deste para o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC).

Ainda no mesmo capítulo, apresenta-se a contribuição dada pelas três gestoras, por meio de entrevista. Aborda-se, por fim, o curso Cuidador de Idoso 2014, foco de análise do recorte da pesquisa. Acredita-se que uma abordagem mais pormenorizada sobre o Programa é fundamental para o entendimento do seu papel no contexto das relações de gênero e desenvolvimento.

O segundo capítulo discutirá em seu primeiro tópico a construção da desigualdade de gênero a partir do entendimento do conceito de gênero e os papéis desiguais nas relações de gênero construídos culturalmente, e seu desdobramento na divisão sexual do trabalho. O tópico seguinte refere-se à economia dos cuidados e versa sobre o papel socialmente atribuído às mulheres como sendo as responsáveis pelos cuidados da casa, da família e dos enfermos. Assim, busca apresentar como essa tarefa repercute na dificuldade de ascensão dela no mercado de trabalho e nos espaços políticos.

O terceiro capítulo aponta alguns dados sobre a desigualdade de gênero no cenário mundial, nacional e local, e se fundamenta teoricamente na inter-relação entre igualdade de gênero e desenvolvimento, apontando o papel desempenhado pela população feminina como produtiva no processo desenvolvimentista.

E, por fim, o quarto capítulo apresenta os resultados da pesquisa de campo e discute a relação das políticas públicas de capacitação voltadas para as mulheres e para a igualdade de gênero, neste caso, o Programa Nacional Mulheres Mil. O capítulo aponta as mudanças de vida que puderam ser identificadas por meio do curso Cuidador de Idoso realizado no município de Palmas, no período de março a maio de 2014.

A partir das reflexões conceituais apresentadas por essa dissertação sobre o papel das políticas públicas de capacitação para as mulheres na redução da divisão sexual do trabalho

¹⁴Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins.

pretende-se contribuir para o debate da incorporação da perspectiva de gênero nas políticas públicas para as mulheres como forma de avançar na igualdade entre os gêneros.

1. CAPÍTULO I – O PROGRAMA NACIONAL MULHERES MIL NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS SOCIAIS BRASILEIRAS

Ainda no século XIX afirmava-se que os parlamentos eram instituições efetivas na tradução do que se esperava de poder mobilizado em reformas e políticas desejadas. Essas políticas, nomeadas pelo autor como desejadas, por almejam atender aos desejos da população podem ser compreendidas como sinônimos do que atualmente chamamos de políticas públicas. Dois séculos depois, a essência do papel dessas políticas públicas permanece a mesma: servir a população almejando a garantia do bem-estar básico dos cidadãos. (ESPING-ANDERSEN, 1991; SOUZA; 2006).

As maiores crises econômicas que atingiram o mundo, provocaram também grandes transformações políticas e sociais. Com a crise do *Welfare State*¹⁵ e do Fordismo¹⁶, surge nas décadas de 70 e 80, na Europa e América do Norte, o neoliberalismo que retoma as ideias associadas ao liberalismo econômico. No Brasil, o neoliberalismo começou a ser seguido em 1991, quando se submeteu ao Consenso de Washington¹⁷ e passou a adotar políticas neoliberais nos dois governos consecutivos do presidente Fernando Henrique Cardoso.

Os ideais liberais proclamam que a maioria dos problemas sociais decorre da intervenção Estatal na economia, como a regulamentação de preços, salários e trocas comerciais. Segundo Cisne e Gurgel (2008, p.88), "no Estado neoliberal, vivemos uma ambiguidade entre as necessidades de transformações estruturais e a lógica de redução dos investimentos sociais nas políticas". O neoliberalismo, portanto, defende a absoluta liberalização econômica de forma que o único papel do Estado esteja restrito ao de assegurar as funções básicas da organização da sociedade: a liberdade, a propriedade privada, a segurança e a justiça (SANTOS, 1993; BRESSER-PEREIRA; THEUER, 2012).

¹⁵O *Welfare State* é conhecido como Estado do Bem-Estar Social, entendido como um modo de organização em que o Estado deve garantir os padrões mínimos de educação, saúde, habitação, renda e seguridade social a todos os cidadãos. Ou seja, o Estado é o organizador da política e da economia, encarregando-se da promoção e defesa social.

¹⁶Fordismo é o nome dado ao modelo de produção automobilística em massa, instituído pelo norte-americano Henry Ford. Esse método consistia em aumentar a produção por meio do aumento de eficiência e baixar o preço do produto, resultando no aumento das vendas que, por sua vez, permitiria manter baixo o preço do produto.

¹⁷O Consenso de Washington foi como ficou popularmente reconhecido um encontro ocorrido em 1989, na capital dos Estados Unidos. Nesse encontro, realizou-se uma série de recomendações visando ao desenvolvimento e à ampliação do neoliberalismo nos países da América Latina.

Na mesma época, nesse contexto, surgia também a globalização. Principalmente conhecida pelo desenvolvimento das comunicações e da microeletrônica, fez com que o mundo vivenciasse a integração cada vez mais estreita das economias e das sociedades. A busca por mão de obra barata, aliada a essas reformas políticas, impulsionou mudanças no processo de trabalho, pois a linha de montagem fordista aumentava os lucros significativamente.

Porém, diante desse cenário aparentemente promissor para a economia mundial, outros aspectos que não estavam diretamente relacionados aos benefícios começaram a ganhar notoriedade. Segundo Turolla (2003), juntamente com o capitalismo global o qual enriquecia ainda mais os países que já eram ricos veio o aumento da pobreza e das desigualdades sociais, intensificadas nos países pobres que vêm crescendo desde então.

No âmbito desta pesquisa, entende-se que um dos principais fatores responsáveis pelo agravamento da desigualdade social é a desigualdade de gênero, que, por sua vez, teve sua base reforçada pela mudança neoliberal. A vida das mulheres foi negativamente impactada, pois a ideia neoliberalista reforçou a responsabilidade dos serviços de cuidado da casa, das crianças e dos familiares doentes para a mulher, conforme explica Garcia (2012, pp.141-142):

As responsabilidades tradicionais do Estado passam às mãos da iniciativa privada, como a agência de saúde, educação, sistema prisional, rodovias, transportes, comunicação e inúmeros serviços. Com as restrições orçamentárias à saúde, os cuidados com idosos e doentes couberam às mulheres, aumentando a sobrecarga do trabalho não pago. Na mesma época, e como resultado das políticas de ajuste, aumentam as disfuncionalidades sociais, os crimes violentos, o abuso de drogas e a violência contra a mulher.

Com base no que foi dito por Garcia (2012), a adoção de políticas neoliberais restringiu o acesso aos serviços públicos prioritários, como educação, saúde, habitação e transporte, implicou ainda redução de investimentos em políticas sociais de cunho redistributivo e passou a transferir para a sociedade a responsabilidade de o Estado atender às demandas da população.

Em decorrência desse cenário pouco otimista para o desenvolvimento das políticas sociais, a luta dos movimentos sociais brasileiros contra os governos autoritários e ditatoriais que impediam a democracia nas décadas de 70 e 80 ganhava mais força na década de 90. A população estava ainda mais insatisfeita, pois se via à margem do governo. Dentre as inúmeras reclamações, estava a limitação de direitos e oportunidades asseguradas para as

mulheres, demonstrando preocupação relativa às desigualdades entre homens e mulheres, ou seja, as desigualdades de gênero.

Dessa maneira, quando existe a convicção de que um problema social precisa ser dominado política e administrativamente, é que ele se transforma numa questão pública. Considerando o poder de o governo intervir efetivamente na vida das pessoas, as políticas públicas, principalmente aquelas em que as mulheres são beneficiárias, contribuem para os princípios de igualdade e de justiça. Uma das propostas da Quarta Conferência Mundial sobre as Mulheres de Beijing, em 1995, foi a de que as políticas de combate à pobreza e outras políticas sociais tivessem as mulheres como prioridade.

No Brasil, a Constituição de 1988 afirma que "todos são iguais perante a lei"¹⁸ e que "homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações". A redundância textual evidencia a preocupação de o legislador romper com a desigualdade entre os gêneros, garantindo direitos iguais para as mulheres. Nesse sentido, não apenas pelo artigo quinto, o texto da Carta Magna reflete a inclusão das discussões de gênero, uma vez que se passou a legislar sobre as violências sexuais e físicas contra as mulheres, dentre outros assuntos antes ignorados.

No mesmo período, em decorrência desse processo de redemocratização pelo qual o País estava passando, e ainda em resposta às pressões dos movimentos sociais, criou-se o primeiro organismo de política para mulheres: o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, em 1985.

Ao longo dos séculos, as mulheres foram excluídas de várias possibilidades no plano pessoal, econômico, político e social. A mobilização das mulheres para sair dessa realidade pode ser percebida ao longo da história, em casa, no contexto familiar, representado pelo trabalho doméstico, e no mercado de trabalho. A busca pela igualdade entre homens e mulheres tornou-se parte importante do processo histórico de lutas femininas (MACHADO, 2000; SCOTT, 2012; SAFFIOTI, 2010; BEAUVOIR, 1967; PINTO, 2003).

O processo de redemocratização trouxe à tona a necessidade de criar políticas públicas para combater a desigualdade entre os gêneros. Segundo Franco (2012, p.3):

De um modo geral, pode-se ter como conquistas decorrentes da vigilância e persistência do movimento feminista: Decreto Legislativo 26/94 que suspendeu

¹⁸ Artigo 5º, parágrafo 1º.

reservas à Convenção para a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher a lei 9278/96, que trata da união estável; a 9263/96, que estabelece cota mínima para candidaturas aos cargos dos legislativos municipais, estaduais e federal; a 9046/95 que adota berçários em prisões femininas; a 9520/97 possibilita o exercício de queixa à mulher casada independente da autorização do marido; 9799/99, que coíbe a discriminação à mulher no mercado de trabalho; 10224/2001 que criminaliza o assédio sexual.

A Assembleia Constituinte é um momento ímpar na história de participação política do movimento feminista brasileiro, dada a ausência de mulheres no espaço legislativo. Segundo Pinto (2003, p.76), "para a Câmara dos Deputados, na legislatura 1986-1990, que teve funções constituintes, foram eleitas apenas 26 mulheres, que representavam 5,7% da Casa. As regiões Norte e Nordeste foram as que mais contribuíram com as deputadas mulheres".

Oportuno mencionar que a Constituinte representou, de forma inédita na história do Brasil, a participação direta das mulheres na elaboração do texto constitucional desde a Carta de 1934. Muitas dessas alterações podem ser consideradas conquistas atribuídas ao *lobby* do batom que mobilizou movimentos feministas e deputadas em prol dos direitos das mulheres. Essa articulação exitosa resultou na “Carta das Mulheres à Assembleia Constituinte” a partir de uma grande mobilização do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, que realizou discussões e debates durante meses, por todo o País, resultando na elaboração da Carta, entregue ao Congresso Nacional, em 26 de agosto de 1986, pelas mãos de mais de mil mulheres (MIRANDA, 2012).

De acordo com a senadora do Amazonas, Vanessa Grazziotin (2013)¹⁹, o *lobby* do batom construiu forma de ação política singular, amparada em campanhas de adesão e participação popular no debate, acompanhamento e negociação política de enorme número de emendas, sempre com vistas à construção da identidade feminina, tendo 80% das emendas de sua autoria aprovadas.

Apesar de a década de 1980 ter sido próspera para os movimentos sociais no Brasil como em muitos países da América Latina, ainda hoje, apesar das melhorias crescentes na educação, as mulheres constituem um grupo em desvantagem evidente no que tange aos indicadores de renda, trabalho, saúde e representação política, e apontam para relações desiguais de poder e distribuições de recursos.

¹⁹Coluna Congresso em foco. Disponível em: <http://congressoemfoco.uol.com.br/opiniaocolumnistas/a-bancada-do-batom-e-a-constituicao-cidada/>. Acesso em 26 jan. 2015.

Há de se considerar que a relação estabelecida entre governo federal e movimentos sociais é fundamental para o controle social de políticas que combatem a desigualdade das mulheres em relação aos homens. As Conferências, por exemplo, constituem espaços importantes para a concretização do exercício do controle social (aqui compreendido como a capacidade que a sociedade tem de intervir nas políticas públicas).

No Brasil, as iniciativas para redução da desigualdade ocorrem de forma intensa, a partir de 2003, com a criação da Secretaria de Políticas para Mulheres (SPM), conforme comentado no início da dissertação deste trabalho. Assim, no período de 2003 a 2011, foram realizadas três conferências nacionais de políticas para as mulheres as quais reuniram mulheres de todos os estados da federação de vários segmentos sociais para discutir as propostas de políticas para elas.

A realização das I, II e III Conferências Nacionais de Políticas para Mulheres representa o incentivo à participação popular e à efetividade do processo democrático pelo controle social das políticas. As conferências subsidiaram a formulação e implementação dos I, II e III Planos Nacionais de Políticas para Mulheres (BRASIL, 2008; BRASIL, 2012), que são, a partir de então, considerados referência para balizar ações a serem desenvolvidas pelos governos.

O controle social pode ser realizado tanto no momento da definição das políticas que serão implementadas, quanto no momento da fiscalização, do acompanhamento e da avaliação das condições de gestão, execução das ações e aplicação dos recursos financeiros destinados à implementação de uma política pública. Nesse sentido, fortalecer a participação das mulheres nos espaços de definição de políticas é fundamental para a efetividade de políticas públicas para mulheres (SILVEIRA, 2004; SOARES, 2004).

No contexto das políticas públicas, destacam-se as sociais que, segundo Höfling (2001, pp. 31-32): “são formas de interferência do Estado, visando à manutenção das relações sociais de determinada formação social”. Logo, as políticas sociais podem ser entendidas como ações que determinam o padrão de proteção social implementado pelo Estado por meio de benefícios sociais, com o objetivo de diminuir as desigualdades estruturais advindas do desenvolvimento socioeconômico.

O Estado, portanto, não cuida apenas da qualificação de mão de obra para o mercado, como também, por meio de programas sociais, procura manter as parcelas da população não

inseridas no processo produtivo sob seu controle (HÖFLING, 2001, p. 33). Desta feita, ao adotar a perspectiva de gênero na elaboração e implementação de políticas significa atentar-se para as atitudes que as mulheres tomam e quais papéis desempenham nas famílias, no mercado e na comunidade, tanto local como estadual e nacional²⁰. Diante da interpretação do gênero enquanto categoria de análise, percebe-se sua capacidade transversal de atravessar outras relações de poder, como ocorre com as políticas públicas.

Segundo o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (2013-2015), por meio da gestão da transversalidade, é possível a reorganização de todas as políticas públicas e das instituições para incorporar a perspectiva de gênero, de modo que a ação do Estado, como um todo, seja a base da política para as mulheres. Na elaboração de todas as políticas públicas, em todas as suas fases, deve-se perguntar: Como é possível contribuir para sedimentar a igualdade de gênero?

O I Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM) completa em 2015 uma década de existência e continua sendo um marco no processo de consolidação e amadurecimento das políticas para as mulheres. O PNPM salienta a priorização da educação e capacitação profissional para as mulheres mediante a inserção da perspectiva de gênero. É resultado de diálogo entre governo e sociedade civil, e tem se demonstrado fundamental no reforço do princípio da participação social, sobretudo das mulheres, apresentando grande valia em todas as fases do ciclo das políticas públicas.

O Plano reafirma os princípios orientadores desta Política, quais sejam, autonomia das mulheres em todas as dimensões da vida; busca da igualdade efetiva entre mulheres e homens, em todos os âmbitos; respeito à diversidade e combate a todas as formas de discriminação; caráter laico do Estado; universalidade dos serviços e benefícios ofertados pelo Estado; participação ativa das mulheres em todas as fases das políticas públicas; e transversalidade como princípio orientador de todas as políticas públicas.

Diante da desigualdade entre homens e mulheres, o papel regulador do Estado – motivado e pressionado pelos movimentos de mulheres e feministas, bem como pelos espaços de Controle Social (como conselhos e conferências) –, apresenta-se como indispensável no fomento e implementação dos planos de políticas públicas que venham a contemplar a

²⁰ A atitude de adotar a perspectiva de gênero na elaboração e implementação de políticas ficou conhecida como "*Gender Mainstreaming*" ou transversalidade de gênero (Bandeira, 2005).

equidade de gênero, pois é de sua responsabilidade a redução das desigualdades sociais como um todo. Segundo Pereira e Silva (2008, p. 149),

É no aspecto das políticas públicas que são distribuídos ou redistribuídos bens e serviços sociais em resposta às demandas da sociedade. No Brasil, a inserção de gênero nas políticas públicas tem origem na manifestação constante das mulheres pela transformação social, econômica, política e ideológica da sociedade.

Nesse sentido, o acesso à educação formal e profissional tem sido um elemento na luta pelo direito das mulheres (PEREIRA E SILVA, 2008). Apesar de o Programa não ter sido resultado de reivindicação das conferências nacionais de políticas para as mulheres, a capacitação que o PMM oferece é uma demanda já levantada nos planos de políticas.

Dentre as metas dispostas no Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (2013-2015), duas, a letra D e a letra E dizem respeito à capacitação das mulheres pelo PMM. Não só as metas, mas também no Plano de Ação onde se vê na linha de ações o destaque para o Programa Mulheres Mil, conforme transcrição abaixo:

D. Atender 180 mil mulheres em cursos de profissionalização e elevação de escolaridade em processos e programas distintos e descentralizados (inclusive Mulheres Mil).

E. Capacitar 100 mil mulheres até 2014 (Mulheres Mil).

(...)

Linha de ação 1.1. Promoção da inserção e da permanência das mulheres em relações formais de trabalho não discriminatórias em razão de sexo, origem, raça, etnia, classe social, idade, orientação sexual, identidade de gênero ou deficiência, com igualdade de rendimentos e fomento à ascensão e à permanência em cargos de direção.

(...)

1.1.1. Ampliar a oferta de cursos de profissionalização articulados com o aumento da escolaridade, especialmente para mulheres em situação de vulnerabilidade social (Mulheres Mil) (BRASIL, 2013, Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres).

Dessa forma, pode-se considerar o PMM como materialização de um Plano de Políticas para as Mulheres que representa os reais anseios da população feminina brasileira, já que foi construído de forma democrática por mulheres vindas de todos os cantos do País de vários segmentos sociais. O processo de Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres foi iniciado nos municípios, passando pelos estados, para finalmente acontecer no plano federal. Isso significa que o Plano deve ser considerado como algo relativo às três dimensões do Poder Executivo (BRASIL, 2012).

O pilar do Programa constitui-se na potencialização dos saberes de mulheres pobres, adquiridos ao longo de suas vidas, aperfeiçoando seu potencial produtivo, transformando-os

em qualificação profissional e adequada inserção no mundo do trabalho. O intuito é melhorar as condições de vida dessas famílias e comunidades (BRAGA, 2011; RIBEIRO, 2013; FRANCO, 2013; ALVES; LITZ; TRENNEPOHL, 2014; SILVA, 2013; TRINDADE; SCHWENGBER, 2013; VIANA; BASTOS, 2013).

Dentre as metas do Plano atual (2013-2015), estima-se capacitar 100 mil mulheres até 2014, a partir do Mulheres Mil, e ainda atender mais 180 mil em cursos de profissionalização e elevação de escolaridade em processos e programas distintos e descentralizados que também inclui o PMM.

Diante das características do Programa apontadas no capítulo anterior, é possível perceber que o maior compromisso dessa política pública é com as mulheres que deixaram de estudar ou não estudaram ao longo de suas vidas, de forma a lhes devolver a capacidade de refletir sobre suas condições, fortalecendo-as para o processo de emancipação, que deve se tornar atrativo à medida que a aluna vislumbra a possibilidade de ingresso no mundo do trabalho.

Ter acesso a uma renda transforma a vida da mulher. Assim, o pagamento de benefício para as mulheres em situação de pobreza apresenta-se como de grande importância no processo de aumento de autonomia econômica delas, funcionando como propulsor do desenvolvimento humano e social (BERGER; LUCKMANN, 2004; INGLEHART; WELZEL, 2004; SACCHET 2014).

A respeito de políticas públicas no Brasil que têm como característica a garantia de renda monetária, destaca-se o Programa Bolsa Família (PBF), iniciativa mais abrangente de transferência de renda já realizada (CARLOTO; MARIANO, 2009). Chegou a ser apontado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD²¹ (2014, p. 89) como exemplo de política pública benéfica, associando-o a uma queda de 16% da taxa de extrema pobreza. O benefício varia de acordo com a composição familiar e é indispensável para que as famílias beneficiadas satisfaçam suas necessidades vitais, como alimentação, aluguel, luz, água, gás, medicamento e outras despesas.

²¹ O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) é a rede de desenvolvimento global da Organização das Nações Unidas. Presente em mais de 170 países e territórios, o PNUD oferece uma perspectiva global aliada à visão local do desenvolvimento humano para contribuir com o empoderamento de vidas e com a construção de nações mais fortes e resilientes. Disponível em: < <http://www.pnud.org.br/sobrepnud.aspx>>. Acesso em 11 dez. 2014.

Ao analisar essas políticas, Sacchet (2014, p.6) comenta sobre os impactos das políticas sociais no Brasil e sua contribuição no combate à pobreza e a ampliação da cidadania e da autonomia das mulheres, cita o Programa Nacional Mulheres Mil, foco do presente estudo, como uma iniciativa do Governo Federal que tem contribuído para aumentar a autonomia das mulheres:

O Mulheres Mil é um programa de capacitação exclusivo para as mulheres que objetiva a formação profissional e tecnológica, ao mesmo tempo em que eleva o nível de escolaridade delas. O projeto utiliza uma metodologia específica de ensino baseada no reconhecimento dos saberes das mulheres. De acordo com os dados da Secretaria Extraordinária para a Superação da Extrema Pobreza, 11 mil mulheres se matricularam neste programa em 2011; 12 mil em 2012; e em 2013 foram 20 mil matrículas.

O Programa Bolsa Família tem sido alvo de muitas pesquisas, e ultimamente seus resultados têm chamado à atenção (REGO; PINZANI, 2013). Um estudo publicado no dia 27 março de 2015, feito pelo MDS com base nos dados de 2003 a 2013 da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), feita pelo IBGE desconstruiu o mito daqueles que alegavam que a ajuda financeira disponibilizada pelo Governo Federal não contribuía para a redução da taxa de natalidade na camada mais pobre da população.

Segundo nota publicada²² no sítio do MDS, em dez anos, o número médio de filhos nas famílias mais pobres do País caiu mais do que o da média brasileira, o que prova que as mães beneficiárias do Programa Bolsa Família não têm mais filhos para ganhar um benefício maior. Entre 2003 e 2013, enquanto o número de filhos até 14 anos caía 10,7% no Brasil, as famílias 20% mais pobres do País – faixa da população que coincide com o público beneficiário do programa de complementação de renda – registravam uma queda mais intensa: 15,7%. Para as mães das famílias 20% mais pobres do Nordeste, a queda foi ainda maior, alcançando 26,4% no período analisado.

Os números de filhos até 14 anos por mulher, colhidos nas sucessivas edições da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do IBGE, mostram que não passa de preconceito a visão de que as mães beneficiárias do Programa Bolsa Família procuram ter mais filhos para receber mais dinheiro do governo. O pagamento por filho até 15 anos de idade é de R\$ 35,00 (trinta e cinco reais) mensais. O valor pode chegar até R\$ 77,00 (setenta e sete reais), no caso das famílias extremamente pobres, sem nenhuma renda.

²² O Bolsa Família não estimula os mais pobres a terem mais filhos. Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/o-que-e/voce-sabia/o-bolsa-familia-nao-estimula-os-mais-pobres-a-terem-mais-filhos>. Acesso em 12 ago. 2015.

Outro fator importante é o fato de que o Programa Bolsa Família propicia o aumento da autoestima das mulheres devido à sua participação no orçamento familiar já que lideram a titularidade do cartão do banco utilizado para receber o benefício. Isso ocorre porque as mulheres gastam de maneira mais eficaz os recursos repassados pelo Estado, de forma que, quando responsáveis pelo dispêndio, utilizam o dinheiro de forma a beneficiar todos os membros da família. A relação do Programa Bolsa Família (PBF) com o Programa Mulheres Mil (PMM) se dá pela existência de beneficiárias do PBF nos cursos de capacitação do PMM (BRAGA, 2011; RIBEIRO, 2013; FRANCO, 2013; SANTOS; SILVA, 2012; FREIRE, 2014; LAGOS, 2014).

Esse cenário demonstra a distinção da valoração do dinheiro, ao se afirmar que o dinheiro doméstico é pensado como sendo algo mais voltado para o seio familiar. Assim, o valor que a mulher atribui ao dinheiro, independentemente de sua origem, é completamente diferente ao valor que o homem dá ao dinheiro. Apesar do sucesso percebido no Programa Bolsa Família, políticas que têm propostas exclusivamente distributivas são insuficientes. É preciso apresentar iniciativas que ajudem essas mulheres a se desenvolverem como cidadãs, de forma que sejam capazes de se manifestar e reivindicar seus direitos quando postas em situações de desrespeito. Políticas que incentivem essas mulheres a aperfeiçoar seu poder de decisão e que as façam enxergar a importância que têm na sociedade.

Percebe-se, dessa maneira, que “os governos têm sistematicamente adotado políticas que tem sim, efetivamente, o poder de interferir direta e imediatamente na vida das pessoas, e em especial das mulheres, mas que nem sempre, infelizmente, essas ‘intenções’ estão claramente representadas” (MATOS, 2008, p. 353). Em complementação, Farah (2004) aponta que a incorporação da questão de gênero por governos tem ocorrido não só por programas dirigidos à mulher, mas também em programas de diversos setores que não têm a mulher como foco específico. Porém, essa incorporação nem sempre significa, “aderência” à agenda de gênero.

Nesse sentido, é preciso refletir se essas ações estão realmente voltadas ao rompimento do ciclo de desvalorização das mulheres, e se essas políticas visam à diminuição da desigualdade. Bandeira (2005, p. 10) é categórica ao alegar que "as políticas não são neutras para gênero e têm impactos diferenciados em homens e mulheres". Logo, acredita-se que enquanto as políticas forem elaboradas sem levar em consideração a discrepância entre homens e mulheres, a igualdade entre os gêneros estará comprometida.

Ao se atentar para o fato de que a própria agenda governamental pode acidentalmente reforçar as desigualdades, questiona-se se os cursos ofertados para a qualificação de mulheres para o mercado de trabalho foram pensados a partir da perspectiva de gênero, já que em sua maioria os cursos ofertados pelo PMM envolvem tarefas relacionadas aos cuidados: doméstica, diarista, salgadeira, merendeira, costureira, artesãs e cuidador de idosos como é o caso analisado na presente pesquisa Turma Cuidador de Idosos 2014/1.

No Brasil, apesar de muitos avanços na garantia dos direitos e oportunidades das mulheres, a igualdade entre os gêneros não foi alcançada, na última edição do GGGR, em 2014, o País ficou na posição 71^a, atrás de outros países da América do Sul, como a Bolívia 58^o e Argentina 31^o. Se comparado ao BRICS²³, a África do Sul é mais bem colocada, 18^o, depois aparecem Brasil, Rússia 75^o, China 87^o e Índia 114^o.

Assim, as políticas públicas de gênero estão num estágio inicial no País (Bandeira, 2005). São políticas de governo ainda não consolidadas como políticas de Estado, o que exige um esforço muito grande de controle social e cobrança para a manutenção destas. Os acontecimentos recentes são prova de que as políticas públicas de gênero precisam permanentemente ter sua existência justificada e disputada (GODINHO, 2004; MIRANDA, 2014; SACCHET, 2014).

Segundo Miranda (2014), não há como prever o momento exato em que as oportunidades e restrições políticas surgirão, porque sua ocorrência está diretamente influenciada por circunstâncias políticas, econômicas e culturais que podem variar em direções opostas. A soma da crise política com a econômica vivenciada no Brasil neste momento suscitou a redução de ministérios em Brasília, acarretando na fusão da SPM à Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), Secretaria de Direitos Humanos (SDH) e Secretaria de Juventude, em um único Ministério²⁴.

Diante do desafio atual de consolidar a institucionalização das políticas pela igualdade das mulheres no conjunto do governo, a supressão dessas instituições significa retrocesso no

²³BRICS é um acrônimo que se refere aos países-membros fundadores do grupo BRICS: Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.

²⁴ Ver a Nota da Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB) sobre a reforma ministerial. Disponível em: <<http://articulacaodemulheres.org.br/2015/09/28/nota-da-articulacao-de-mulheres-brasileiras-amb-sobre-os-rumos-da-reforma-ministerial-e-possivel-rebaixamento-da-secretaria-de-politicas-para-as-mulheres-seppir-e-sdh/>>. Acesso em 12 out. 2015.

que foi construído pelos movimentos sociais para dar visibilidade e efetividade às políticas de gênero.

Ao escrever sobre políticas de gênero, Bandeira (2005, p.8) afirma:

As políticas públicas, no Brasil, no geral, quando são feitas e dirigidas às mulheres não contemplam necessariamente a perspectiva de gênero. Políticas públicas de gênero são diferentes de políticas públicas para as mulheres. Estas consideram, inegavelmente, a diversidade dos processos de socialização para homens e para mulheres, cujas consequências se fazem presentes, ao longo da vida, nas relações individual e coletiva. Já as políticas públicas para as mulheres têm centralidade no feminino enquanto parte da reprodução social. Isso implica que não priorizam a importância e o significado que se estabelece no relacionamento entre os sexos; ao contrário, a centralidade posta na mulher-família reafirma a visão essencialista de que a reprodução e a sexualidade causam a diferença de gênero de modo simples e inevitável.

Assim, as políticas públicas para as mulheres não têm a pretensão de reverter a desigualdade entre os gêneros, e isso ocorre porque, no Brasil, muitos programas não foram idealizados nem têm estrutura para lidar com as especificidades das mulheres (BANDEIRA, 2005; GODINHO, 2004). A proposta de aumentar a inserção de mulheres no mercado de trabalho é boa, mas sem a pretensão de alcançar algo maior que é a redução da divisão sexual do trabalho, por exemplo, é insuficiente. Ao se formular uma política pública que tenha a mulher como público-alvo é preciso levar em consideração o tratamento desigual que lhe é dado diariamente e a sobrecarga de atividades dela. Muitas brasileiras deixam de estudar por não terem onde deixar seus filhos, por mais que seja um curso de curta duração.

O enfrentamento da desigualdade de gênero só pode ocorrer a partir do reconhecimento dessa discriminação. Refletindo sobre o direcionamento que se dá à população feminina para o mercado, é possível enxergar o incentivo para que as mulheres escolham profissões já conhecidas como femininas. Farah (2004, p.128) escreve:

É preciso um novo olhar para se poder perceber que a “desigualdade” entre homens e mulheres em nossa sociedade se reflete em pequenas (e grandes) discriminações, em pequenas (e grandes) dificuldades enfrentadas pelas mulheres em seu cotidiano, em dificuldades de inserção no mercado de trabalho, em dificuldades de acesso a serviços, em um cotidiano penoso na esfera doméstica. As ações governamentais, as políticas públicas e os programas desenvolvidos por governos podem exercer um papel importante diante deste quadro de desigualdades: podem reforçar as desigualdades, o que ocorre, em geral, pelo fato de os governos e as agências estatais não estarem “atentos” às desigualdades de gênero.

A abertura de novas oportunidades de trabalho para as mulheres ainda se concentra, em sua maioria, nos campos tradicionalmente ditos como femininos, e não há muitos

incentivos à abertura de cursos de formação em áreas onde a participação de mulheres é quase inexistente, como acontece com as áreas de tecnologia e ciências exatas, o que tende a reforçar a divisão sexual do trabalho, pois fortalece a posição subalterna delas ao se fixarem em profissões menos remuneradas e valorizadas socialmente.

1.1 Histórico e Características do Programa Nacional Mulheres Mil

A primeira ação do Programa Nacional Mulheres Mil nasceu em 2005 de uma parceria entre o Instituto Federal do Rio Grande do Norte na época Centro Federal de Educação Profissional e Tecnológica (CEFET), e os *Colleges*²⁵ canadenses.

Depois o Canadá, por meio da Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional (CIDA) e da Associação dos *Colleges* Comunitários Canadenses (ACC), e o Brasil, por intermédio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) do Ministério da Educação (MEC) e da Agência Brasileira de Cooperação (ABC/MRE), resolveram construir um projeto para ampliar a ação para outros estados brasileiros. Além do Rio Grande do Norte, o Programa foi estendido para mais doze Instituições Federais, a saber: Institutos Federais dos estados de Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Roraima, Rondônia, Sergipe e Tocantins.

Dada a abrangência e complexidade do Programa, houve o firmamento de parcerias em todas as esferas de governo como a Secretaria de Políticas para as Mulheres e a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Instituições Públicas dos Sistemas de Ensino Federal, Estadual e Municipal, Ministérios e Organizações Internacionais. Atualmente, o Programa está sob a responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). No início de 2014, o MDS e o Ministério da Educação (MEC) firmaram parceria para integrar o Programa Mulheres Mil ao Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria (PRONATEC/BSM).

No que diz respeito à organização gerencial do Programa, esta era composta por representantes das instituições mencionadas, por meio de comitês gestores, quais sejam,

²⁵ Nesse contexto entende-se *College* como sendo um estabelecimento de ensino superior, Instituição de Educação Profissional e Tecnológica, similares aos Institutos Federais.

Comitê Nacional (para tratar do planejamento estratégico, normatização e supervisão), Comitê Executivo Nacional (para acompanhamento e controle social da implementação nacional), o Centro Nacional de Referência (para formar formadores, fomentar a pesquisa, e promover o intercâmbio de experiências e disseminação), e, por último, o Comitê Executivo Local (responsável pela coordenação, implantação, monitoramento, avaliação e parcerias locais).

Para a execução das premissas do Programa, as ações estavam estruturadas em três grandes eixos: Educação, Cidadania e Desenvolvimento Sustentável. A estruturação metodológica, denominada “Metodologia Brasileira de Acesso, Permanência e Êxito”, surgiu de uma adaptação da “Metodologia Avaliação e Reconhecimento de Aprendizagem Prévia (ARAP)”, desenvolvida pelos *Community Colleges*, do Canadá (BRASIL, 2011).

A metodologia (BRASIL, 2011) destaca temas transversais para a formação cidadã, como elevação da autoestima, saúde, direitos e deveres da mulher, comportamento sustentável, cooperativismo, inclusão digital, empreendedorismo e responsabilidade ambiental, promovendo a inclusão produtiva, a mobilidade no mercado de trabalho e o pleno exercício da cidadania. (BRAGA, 2011; RIBEIRO, 2013; ALVES; LITZ; TRENNEPOHL, 2014; TRINDADE; SCHWENGBER, 2013; RIBEIRO, 2015; SANTOS; SILVA, 2012; FREIRE, 2014) O uso dessa metodologia permite às instituições envolvidas conhecerem e se integrarem às populações e comunidades historicamente não atendidas pelas políticas públicas, possibilitando a promoção da igualdade de gênero e do desenvolvimento social e econômico sustentável (BRASIL, 2014).

Em março de 2011, no IFRN²⁶, ocorreu um encontro de avaliação do PMM. Participaram do evento reitores dos Institutos Federais de todo o País, representantes do MEC, gestores e as beneficiárias do Programa. Neste evento, foram apresentadas ao Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF) as atividades desenvolvidas pelo Programa.

No mesmo ano de 2011, o Ministério da Educação (MEC) publicou o livro *Mulheres Mil: Do sonho à realidade*, em que se apresenta o relato de 27 mulheres, representantes dos treze estados onde os Projetos-Piloto foram realizados. No entanto, apesar das 27 mulheres que constam no livro estarem trabalhando e retomado os estudos, são apenas 27 das 1.450

²⁶Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte.

mulheres certificadas no período, ou seja, aproximadamente 1,86 % no universo das beneficiárias. Mas, apesar desses resultados presume-se que se o projeto não tivesse obtido bons resultados, ele não teria se transformado em uma política pública a ser implantada a nível nacional. (RIBEIRO, 2013).

O Programa passou por diversas mudanças, desde sua institucionalização, e, no início de 2014, o MDS e o MEC firmaram parceria para integrar o PMM ao Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria (PRONATEC/BSM). Ao aproximar a temática da qualificação profissional de mulheres à Rede Socioassistencial, o Pronatec/BSM Mulheres Mil amplia a oferta de qualificação profissional às mulheres mais pobres, em especial às beneficiárias do Programa Bolsa Família.

1.1.1 O Programa no âmbito do Pronatec

O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) foi criado pelo Governo Federal, em 2011, por meio da Lei nº 11.513, de 2011, e tem como objetivo expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica no País, além de contribuir para a melhoria da qualidade do ensino médio público, a fim de ampliar as oportunidades educacionais e de formação profissional qualificada aos jovens, trabalhadores e beneficiários de programas de transferência de renda²⁷.

Os cursos, financiados pelo Governo Federal, são ofertados de forma gratuita por instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e das redes estaduais, distritais e municipais de educação profissional e tecnológica. Também são ofertantes as instituições do Sistema S²⁸, como ocorre com o PMM.

O Programa Mulheres Mil, após a transição, ofertado no âmbito do Pronatec passou a ser contemplado pelas ações previstas na meta de erradicação da pobreza extrema, estabelecida no Plano Brasil Sem Miséria e constante no Plano Plurianual (PPA 2012-2015) e

²⁷O que é o Pronatec? Disponível em: <http://pronatec.mec.gov.br/institucional-90037/o-que-e-o-pronatec>. Acesso em 20 set. 2015.

²⁸ Sistema S é o nome pelo qual ficou convencionado de se chamar ao conjunto de nove instituições de interesse de categorias profissionais, estabelecidas pela Constituição Brasileira, sendo elas: SENAR, SENAC, SESC, SESCOOP, SENAI, SESI, SEST, SENAT e SEBRAE.

também no III Plano Nacional de Políticas para as Mulheres do Governo Federal (Brasil, 2008).

O Programa abrange os grupos de mulheres pertencentes a um mesmo território (vila, bairro, comunidade), marcado pela extrema pobreza (BRASIL, 2012a). Nesses territórios²⁹, é possível identificar grupos de mulheres sem nenhuma relação com o mercado de trabalho formal, mas que têm potencial para se organizarem em coletivos integrados aos arranjos produtivos sociais e culturais locais, ou se estabelecerem como microempreendedoras individuais.

No âmbito do Pronatec, a Bolsa-Formação oferece, gratuitamente, cursos técnicos para quem já concluiu e para quem ainda está cursando o Ensino Médio, bem como cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) ou de qualificação profissional. Para compreender o recorte de análise da pesquisa, torna-se oportuno explicar a FIC.

Os FICs são de curta duração e objetivam ensinar uma ocupação para quem precisa entrar logo no mercado de trabalho e aprimorar os conhecimentos de profissionais que já trabalham, pois focam nos aspectos práticos da profissão, uma vez que pretendem atender às necessidades do mercado. Os cursos FIC qualificam profissionais para todos os setores da economia, desde indústria e comércio até serviços com mais de 600 opções de cursos disponíveis. Nesse cenário, o curso Cuidador de Idoso dentro do portfólio de cursos do Pronatec está vinculado à área de abrangência Ambiente e Saúde.

Nos cursos do Pronatec, os cursistas costumam receber bolsa-auxílio no valor de R\$ 100,00 (cem reais). No entanto, as mulheres que participaram do curso Cuidador de Idosos receberam mais. Uma das gestoras informou que o valor repassado mensalmente correspondia a 30% do salário mínimo, ou seja, em torno de R\$ 217,00 (duzentos e dezessete reais).

Visando complementar as informações já coletadas, em *sites* institucionais, a respeito do funcionamento do Programa após sua incorporação pelo Pronatec, foram realizadas entrevistas com a atual coordenadora do Pronatec, a coordenadora do PMM, a coordenadora

²⁹A compreensão de território aqui se dá como lugar que possibilita o desenvolvimento de potencialidades individuais e coletivas e o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários. A perspectiva territorial presume a integração de espaços, atores sociais, mercados e políticas públicas. (BRASIL, 2014 – Cartilha Pronatec Brasil Sem Miséria Mulheres Mil).

do PMM *Campus* Palmas e uma ex-gestora do PMM, as quais possibilitaram que algumas dúvidas fossem sanadas.

A Gestora 1 destacou que *“todo processo seletivo é feito como um Pronatec normal. Tudo igual, não tem diferenciação nenhuma, a diferença que tem é o público”* (Gestora 1)³⁰. Mas antes do Mulheres Mil migrar para o Pronatec, a pessoa responsável pelo Programa no *Campus* decidia com as Coordenações dos cursos disponibilizados no *Campus* qual delas ofertaria o curso, de forma que a Coordenação que se dispusesse teria de disponibilizar seus professores e ofertar as aulas.

Na entrevista realizada com a Gestora 1, ela esclareceu que, além do IFTO, existem outros ofertantes do Pronatec: *“Atualmente nós temos o IFTO como ofertante, o Sistema S³¹ como ofertante, a Secretaria de Educação (SEDUC) como ofertante, a Agência de Ciência e Tecnologia como ofertante e a Secretaria Municipal de Educação (SEMED) como ofertante aqui no Estado do Tocantins”* (Gestora 1)³².

A operacionalização do PMM realiza-se por meio da mesma rede de atores envolvidos com o Pronatec/BSM³³ sendo eles as instituições da Rede Federal e os(as) interlocutores(as) estaduais e municipais. A articulação entre a Rede Socioassistencial³⁴, composta pelo Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP), dentre outros, com os IFs e as Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais, é importante para os resultados do Pronatec/BSM Mulheres Mil.

³⁰ Gestora 1. Entrevista realizada no dia 10 de setembro de 2015, no IFTO, Campus Palmas.

³¹ Sistema S é o nome pelo qual ficou convencionado de se chamar ao conjunto de nove instituições de interesse de categorias profissionais, estabelecidas pela Constituição Brasileira, sendo elas: SENAR, SENAC, SESC, SESCOOP, SENAI, SESI, SEST, SENAT e SEBRAE.

³² Gestora 1 (entrevista citada).

³³ A Portaria MEC Nº 168, de 2013, que dispõe sobre a oferta da Bolsa-Formação no âmbito do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) estabelece, em seu artigo 5º, § 3º, que “Os Programas de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) desenvolvidos no âmbito da Rede Federal de EPT e articulados à oferta de cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) poderão ser desenvolvidos por intermédio da Bolsa-Formação Trabalhador, conforme critérios, diretrizes e procedimentos definidos em ato do secretário da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC/MEC)” (BRASIL, 2014 – Cartilha Pronatec Brasil Sem Miséria Mulheres Mil).

³⁴ “A rede socioassistencial é um conjunto integrado de iniciativas públicas e da sociedade, que ofertam e operam benefícios, serviços, programas e projetos, o que supõe a articulação entre todas essas unidades de provisão de proteção social, sob a hierarquia de básica e especial e ainda por níveis de complexidade.” (Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social, 2005, p. 20).

A articulação da Rede Socioassistencial se destaca principalmente nas ações de busca ativa, identificação do público-alvo, mobilização, sensibilização, encaminhamento e acompanhamento da trajetória das participantes, bem como nas etapas de estruturação dos cursos e serviços de apoio. Esse diálogo com as mulheres e suas comunidades e territórios permite a compreensão mútua das demandas, das necessidades locais e das potencialidades de atendimento. O município interessado em executar o Pronatec/BSM Mulheres Mil deve aderir ao Pronatec/BSM, e a adesão é feita exclusivamente por formulário eletrônico.

O público-alvo são mulheres a partir de 16 até 60 anos, chefes de família, em situação de extrema pobreza, cadastradas ou em processo de cadastramento no CadÚnico³⁵, com as seguintes características: vulnerabilidade³⁶ e risco social, vítimas de violência física, psicológica, sexual, patrimonial e moral, com escolaridade baixa ou defasada³⁷ e, preferencialmente, ainda não atendidas pelo Pronatec/BSM.

Para que a inserção profissional seja alcançada, o Plano Brasil Sem Miséria articula um conjunto amplo de políticas públicas de trabalho e renda ofertadas às beneficiárias capacitadas pelo Pronatec/BSM Mulheres Mil. A estratégia de inclusão baseia-se na promoção do acesso ao emprego, do empreendedorismo individual e do trabalho associativo e nos casos de escolaridade inadequada ao perfil do curso, a interessada deverá ser encaminhada a ações de complementação de escolaridade, para que possa usufruir das oportunidades de formação e qualificação profissional.

1.1.2 O Programa no Estado do Tocantins

No estado do Tocantins, o Programa Mulheres Mil foi instituído pelo projeto intitulado “Cidadania pela Arte”, desenvolvido e gerenciado pelo IFTO em Palmas. O

³⁵ O Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) é um instrumento de coleta de dados e informações com o objetivo de identificar todas as famílias de baixa renda existentes no País, afim de incluí-las nos programas sociais do Governo Federal. O que é e para que serve. Disponível em: < <http://mds.gov.br/assuntos/cadastro-unico/o-que-e-e-para-que-serve>>. Acesso em 13 set. 2015.

³⁶ A vulnerabilidade social é um conceito que tem sua origem na área dos direitos humanos. Refere-se a grupos ou indivíduos fragilizados, jurídica ou politicamente, na promoção, proteção ou garantia de seu direito à cidadania.

³⁷ No caso de escolaridade inadequada ao perfil do curso, a interessada deverá ser encaminhada a ações de complementação de escolaridade, para que possa usufruir das oportunidades de formação e qualificação profissional.

Programa Mulheres Mil iniciou suas ações com mulheres localizadas ou residentes no distrito de Taquaruçu, distante a trinta e dois quilômetros do centro da capital, Palmas.

Conforme relatório do Sebrae-TO³⁸, o distrito de Taquaruçu possui sua economia solidificada na agricultura familiar, artesanato, turismo, horticultura, extrativismo e comércio. O curso para a primeira turma teve como foco a confecção e produção de peças artesanais. As matérias-primas utilizadas para a confecção de artesanatos foram palha de coco, palha do milho, palha do buriti, capim dourado, madeiras rústicas e sementes.

Dessa forma, foram oferecidos cursos em dois níveis: um para a formação inicial e continuada para as mulheres que já possuíam o ensino médio completo; outro para as que não tinham, com duração de 24 meses, com módulos práticos e teóricos. Na parte teórica, aulas de inglês, história da arte, filosofia e sociologia, entre outros conteúdos; na parte prática, cooperativismo, empreendedorismo e desenvolvimento sustentável.

As mulheres passaram por um processo de observação em que seus perfis puderam ser identificados. Tal processo constituiu-se das seguintes etapas: diagnóstico socioeconômico, para identificar os níveis de conhecimento à realidade econômica e social das mulheres; depois aconteceu a divulgação do processo de seleção, com lançamento de edital público de processo seletivo, em 2008, em que se especificaram os critérios de idade, escolaridade, renda familiar e gênero para que o ingresso das alunas atendesse às exigências legais. A seguir, iniciaram-se os trabalhos com análise da documentação entregue, a partir daí verificaram-se o perfil de cada candidata e as vagas oferecidas, para só então ocorrer a entrevista.

A segunda fase do Projeto “Cidadania pela Arte” teve início no segundo semestre de 2009; contou com 51 mulheres matriculadas do setor Santa Bárbara. O bairro é considerado um dos setores mais precários e violentos da cidade de Palmas, estando bem afastado do centro e não pertencente ao Plano-Diretor de Palmas. Diante do diagnóstico realizado pela equipe do Sebrae-TO, identificou-se forte potencial no setor, pois apresentava um ambiente favorável ao estímulo e à promoção de oportunidades de geração de renda e de trabalho, motivando a escolha das áreas de conhecimento escolhidas para se trabalhar com o público-alvo: culinária, corte e costura e artesanato.

³⁸ Este diagnóstico foi realizado no período de junho de 2006 à dezembro de 2008 pelo SEBRAE – TO. Diagnóstico sócio econômico do Bairro Santa Bárbara. Disponível em: <<http://mulheresmil.mec.gov.br/images/stories/pdf/d-santa-barbara.pdf>>. Acesso em 11 jan. 2015.

No contexto da pesquisa, ressalta-se atenção para o perfil dessas mulheres de acordo com os dados do diagnóstico³⁹ do Sebrae-TO, denominado perfil socioeconômico das mulheres de Taquaruçu: 61% das mulheres possuíam um companheiro, 46% estavam acima de 35 anos, 86% possuíam filhos, 83% das mulheres entrevistadas não estavam estudando e menos da metade havia cursado até o ensino fundamental ou não havia concluído o ensino básico, 65% das entrevistadas eram donas de casa, 35 % possuíam renda de até um salário mínimo. Quanto à participação em cursos de formação, 66% disseram nunca ter feito nenhum curso. Mas 85% das mulheres responderam que gostariam de fazer um curso de qualificação.

O Projeto Cidadania pela Arte, na segunda fase, conta com a participação de mulheres com o seguinte perfil socioeconômico: 78% das mulheres eram casadas, 35,7% com faixa etária entre 31 a 40 anos, 58,3% possuíam o primeiro grau incompleto, e quanto à participação em cursos de formação, 65,3 % das mulheres entrevistadas disseram que possuíam formação profissional, mas não tinham certificado. 98,5 % das mulheres não tinham computador em casa, 6% faziam uso de internet fora (*cyber* cafés etc.) e 94% não acessavam a rede de forma alguma. No que diz respeito à renda, 86% ganha entre um e dois salários mínimos provenientes do emprego do representante da família.

Tanto a primeira turma (Taquaruçu - Palmas) como a segunda turma (Bairro Santa Barbara - Palmas) englobou mulheres de diferentes níveis de escolaridade (Braga, 2011). Entre elas, vinte e duas já haviam concluído o ensino médio e cursavam apenas a grade de qualificação do projeto. Outras doze tinham o ensino médio incompleto e estavam no projeto para concluí-lo. As demais tinham o ensino fundamental incompleto e cursavam o EJA mais as atividades peculiares ao curso.

Na segunda turma oferecida no Setor Santa Bárbara, são mulheres com escolaridade mais baixa; a maioria possuía o ensino fundamental incompleto e algumas ainda vítimas do analfabetismo funcional. Assim, diante dos dados apresentados, é possível observar que, apesar de termos mulheres ocupando importantes e altos postos de trabalho, há ainda hoje uma situação em que a grande maioria delas está nos trabalhos mais precários, quando não estão inteiramente dedicadas aos cuidados da casa e da família.

³⁹ Este diagnóstico foi realizado no período de junho de 2006 à dezembro de 2008 pelo SEBRAE – TO. Diagnóstico sócio econômico do Bairro Santa Bárbara. Disponível em: <<http://mulheresmil.mec.gov.br/images/stories/pdf/d-santa-barbara.pdf>>. Acesso em 11 jan. 2015.

Oportuno mencionar que grades curriculares específicas foram criadas para ajudar no processo de nivelamento, fazendo com que as mulheres pudessem desenvolver habilidades e competências a partir dos temas e das áreas de conhecimento abordados, sempre relacionando esses novos conhecimentos às suas experiências cotidianas (BRAGA, 2011; RIBEIRO, 2013; SILVA, 2013; TRINDADE; SCHWENGBER, 2013; RIBEIRO, 2015; LAGOS, 2014). E para garantir a permanência em sala de aula, as mulheres do “Cidadania pela Arte” receberam bolsa-auxílio de R\$ 100,00 (cem reais), recurso este concedido pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) do Ministério da Educação.

Com a expansão do IFTO expandiu-se também e a transição do Mulheres Mil para o Pronatec, expandiu-se também o número de beneficiárias. Até 2014, o PMM/PRONATEC teve turmas nos municípios de Palmas, Porto Nacional, Paraíso, Gurupi, Araguaína, Araguatins e Colinas. Conforme dados extraídos do *site* do IBGE, em todos os municípios envolvidos no Programa, com exceção apenas do município de Araguatins, o número da população feminina nesses municípios é superior a população masculina, fato motivador de implementação de políticas desse tipo.

1.1.3 O Curso Cuidador de Idosos IFTO – *Campus Palmas 2014/1*

O curso intitulado "Cuidador de Idoso", com carga de 160 horas integra a modalidade de curso de Formação Inicial e Continuada (FIC) – presencial –, e o público-alvo diz respeito a Mulheres em situação de vulnerabilidade social, em geral com escolaridade mínima de Ensino Fundamental completo. Segundo o Guia Pronatec dos cursos FIC⁴⁰, o curso Cuidador de Idoso aborda o cuidado da higiene, conforto e alimentação do idoso, observando possíveis alterações no estado geral, zelando pela integridade física do idoso, capacita as pessoas também para prestar primeiros socorros e promover atividades de entretenimento.

⁴⁰Curso de Formação Inicial e Continuada.

De acordo com o Projeto Pedagógico do Curso (PPC)⁴¹ da Turma Cuidador de Idoso 2014/1 do IFTO, o curso objetivou não apenas a capacitação profissional conforme trecho abaixo:

O pressuposto central que orienta esta proposta educativa é o de que a formação de trabalhadores, no caso, de Cuidador de Idosos, não deve ser conduzida apenas para a ocupação de um posto no mercado de trabalho, mas, sobretudo, precisa ser encarada como uma possibilidade de transformação nas perspectivas de vida das mulheres envolvidas no processo. Para tanto, em primeiro lugar, a qualificação não pode ser confundida como mero treinamento de habilidades. (BRASIL, IFTO; PPC, 2014)

A partir da análise da proposta do Projeto Pedagógico percebe-se o intuito em oferecer uma formação que permita a possibilidade de mudança de perspectiva de vida das mulheres cursistas, de forma a contribuir com a ampliação da visão de mundo e o ensinamento da importância da participação efetiva delas nos processos sociais. Assim, segundo o Projeto Pedagógico do Curso (PPC), o objetivo geral do curso é “viabilizar o ingresso e a permanência com êxito da população feminina palmense em situação de vulnerabilidade social nas instituições de educação profissional, visando sua inclusão educativa e sua promoção social e econômica”.

O curso ofereceu trinta vagas e foi composto pelas seguintes disciplinas: Mapa da Vida, Anatomia Humana e Fisiologia do Envelhecimento, Dinâmica Recreativa com o Idoso e Qualidade de Vida e Atividade Física, Fisiopatologia do Envelhecimento e Cuidados com a Demência no Idoso, Comunicação Verbal e não verbal, Envelhecimento e Cognição, Princípios de Ergonomia e Biossegurança aplicada à Saúde do Idoso, Organização Socioeconômica, Política e Institucional, Participação do Cuidador de Idoso na Dinâmica Institucional, Alimentação do Idoso, Cuidados e Orientações Farmacológicas, Noções de Enfermagem e Primeiros Socorros e Sexualidade no Idoso.

Como pôde ser notado pelas disciplinas, embora o Plano Pedagógico expresse textualmente uma preocupação com a “transformação nas perspectivas de vida das mulheres envolvidas no processo”, com base no título das disciplinas e nas entrevistas com as gestoras não é possível considerar que essa preocupação foi traduzida na proposta dessas disciplinas.

Dentre os objetivos específicos do curso, destacam-se quatro: 1. “Ser instrumento de diálogo com a comunidade, permitindo o ingresso, de modo acolhedor e personalizado, da

⁴¹PPC fundamenta-se na Lei nº 12.513, de 26/10/2011, que instituiu o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC). O documento foi disponibilizado pelo IFTO – *Campus* Palmas em agosto de 2015.

população feminina em situação de vulnerabilidade social nas instituições de educação profissional e tecnológica”. 2. “Agregar valor ao processo de ingresso, reconhecendo a aprendizagem prévia das mulheres, respeitando sua trajetória de vida e sua construção social”. 3. “Fomentar a equidade de gênero, a emancipação e o empoderamento das mulheres por meio do acesso à educação e ao mundo do trabalho”. 4. “Promover o crescimento humano dessas mulheres, por meio da melhoria de suas condições de vida” (BRASIL, IFTO; PPC, 2014).

O curso tenta promover a inclusão de mulheres na faixa etária acima de 16 anos que, em sua maioria, têm dificuldade de acesso à educação e à qualificação profissional, considerando-se as peculiaridades e as dificuldades dessa parcela da população que costuma ter várias jornadas de trabalho. Mas não objetiva o aumento da escolaridade e nem uma possível emancipação política.

1.2 Reflexões sobre a execução do Programa Nacional Mulheres Mil no IFTO

O primeiro questionamento sobre as ofertas de cursos do PMM no contexto do IFTO foi: Por que ofertar o curso Cuidador de Idoso? Por que não outro curso? Qual foi o critério de escolha? Foi o IFTO? No trecho da entrevista abaixo a Gestora 1 fala sobre a escolha do curso, de maneira que é possível entender que a escolha do curso se deu para atender a uma demanda apontada para e não pelo IFTO.

*Como que acontece: cada ministério articula com o seu braço local a definição da demanda, não somos nós. Existem duas figuras importantes. A figura do ofertante e a figura do demandante. O instituto é ofertante, e ao instituto cabe ofertar o curso. O demandante, por exemplo, no caso do Mulheres Mil é o Ministério do Desenvolvimento Social, o MDS. O MDS tem nos estados os CRAS que são o seu braço, então os CRAS indicam os cursos que eles sentem lá que tem a demanda naquela região e são os próprios CRAS que selecionam e que inscrevem os candidatos e que fazem a pré-matrícula inclusive. Depois vem para gente a documentação e a gente confirma a matrícula, mas quem seleciona e quem pré-inscreve é o CRAS. [...] não pode ofertar nenhum curso que não esteja ali [no catálogo de cursos FIC]. Geralmente eles [os funcionários do CRAS] pegam aquela lista e vão lá na comunidade. (Gestora 1)*⁴²

⁴² Gestora 1 (entrevista citada).

A Gestora 4⁴³ resumiu: “é porque é assim, nós aqui ofertamos o curso e eles [o CRAS] são os proponentes”. A Gestora 3⁴⁴ complementou dizendo que “[são]eles [CRAS] que pediram (...) o curso. Não é agente que inventa. É o demandante, [conforme] está no catálogo”. Elas querem dizer que esse é o procedimento que deve ser adotado conforme as orientações do PRONATEC. A Gestora 4 explicou:

*No catálogo nacional de cursos de formação inicial e continuada. Eles [o CRAS] olham o eixo, por exemplo, o eixo de gestão ou de administração. Tem a parte financeira e de atendimento. Então eles selecionam o que eles gostariam[que fosse ofertado]o que o mercado estaria precisando. Eles entram em contato também com a CDL e com o pessoal do comércio. (Gestora 4)*⁴⁵

Quando questionadas sobre a forma de divulgação do curso e o preenchimento das vagas, a Gestora 3 explicou que enfrentaram dificuldades: “A gestora 4 foi à UFT e pôs cartaz nos pontos de ônibus, porque a turma estava aberta, mas não estava aparecendo aluna” (Gestora 3)⁴⁶. A Gestora 3 alegou que o papel de divulgação cabe ao Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) mas isso não aconteceu até o contato do IFTO.

*Isso não aconteceu. Não conseguimos preencher. Daí a gente foi e pediu. Fizemos um contato na prefeitura e daí eles começaram a colocar o carro de som ao redor da região lá do CRAS convidando as mulheres para uma palestra. Aí a gente foi lá, mostrou para elas o que era o programa mulheres mil e o que isso iria impactar na vida delas. (Gestora 3)*⁴⁷

É interessante apontar que o Programa, antes de se integrar ao Pronatec, visava ao aumento da escolaridade dessas mulheres, o que não acontece agora: “É, na verdade, o primeiro mulheres mil que houve aumento de escolaridade e esse não seria aumento de escolaridade seria uma formação continuada pra que elas fossem direto para o mercado de trabalho. É qualificação profissional, entendeu?” (Gestora 4)⁴⁸.

Assim, percebe-se que, com a transição do Programa Mulheres Mil para o Pronatec, ele perdeu algumas características próprias. A começar pelo conteúdo dos cursos, em sua versão anterior ao Pronatec, o PMM objetivava potencialização dos saberes adquiridos ao longo da vida, e agora os cursos são elaborados com base no catálogo FIC do Pronatec. A Gestora 4 revelou sua preocupação com relação às mudanças provocadas no Programa Mulheres Mil:

⁴³ Gestora 4. Entrevista realizada no dia 28 de agosto de 2015, no IFTO, Campus Palmas.

⁴⁴ Gestora 3. Entrevista realizada no dia 28 de agosto de 2015, no IFTO, Campus Palmas.

⁴⁵ Gestora 4 (entrevista citada).

⁴⁶ Gestora 3 (entrevista citada).

⁴⁷ Gestora 3 (entrevista citada).

⁴⁸ Gestora 4 (entrevista citada).

É assim, em 2013 eles já visualizavam trazer ele [Mulheres Mil] para o PRONATEC. Um dos medos que eu tinha era que quando trouxesse pro PRONATEC ele perdesse a essência e ele tivesse outra roupagem. (...) porque quando você fala assim, é PRONATEC, então na verdade perde a essência de tá trabalhando com aquelas mulheres com a vulnerabilidade social afetada por assim dizer: psicológica, financeira, emocional né? Porque [acontece] assim: se com tantos dias você não preencher, abre para o público. Então aí é aonde perde a essência do Programa do Mulheres Mil. (Gestora 4)⁴⁹

Acontece que, com o formato dos cursos FIC/PRONATEC, são necessárias, no mínimo, vinte mulheres matriculadas para que a turma seja “fechada” e o curso possa acontecer. Assim, quando o CRAS/IFTO não conseguem atingir esse número de interessadas, o sistema do governo federal disponibiliza a vaga para qualquer mulher que queira se inscrever. Com isso, não há garantias de que aquela mulher que se inscreveu por conta própria esteja realmente precisando do curso para arrumar um emprego e aumentar a renda da família, como acontecia inicialmente.

Os pré-requisitos para a participação nessa situação estão a critério do MEC. De acordo com a Gestora 3, a transição em 2014 acarretou outras mudanças, como o pagamento de bolsa para os professores envolvidos: *“essa turma do mulheres mil aí, ela foi diferenciada porque os professores também receberam recursos, [e] antes não [era assim], era tudo [os professores] voluntário”* (Gestora 3)⁵⁰. Questionada sobre a origem dos professores do curso Cuidador de Idoso, uma vez que a natureza do curso não está em consonância com as formações disponibilizadas pelo Instituto, ela esclareceu:

Teve que fazer edital, teve que fazer um processo seletivo, não só para o programa não. São professores específicos da área da saúde. Por exemplo, teve ioga, teve nutricionista, teve professores que nós do instituto não temos. Então o CRAS disse ‘olha, vamos fazer cuidador de idosos’ então a gente teve que abrir todo um edital específico pra profissionais relacionados, porque senão, quem ia dar aula disso? O professor de português não ia estudar fisiologia humana pra poder dar aula para elas. Tinham matérias bem específicas. (Gestora 3)⁵¹

A turma de Idosos IFTO – Campus Palmas 2014/1 – foi a última. E sobre a interrupção dos cursos, as gestoras comentaram que a suspensão das atividades do Programa ocorreu de forma drástica e que com a crise econômica que o País enfrenta

Ninguém sabe direito o que vai acontecer. É que foi assim, a primeira coisa que a reitoria sugeriu [foi que] parássemos tudo, [para] não fazer nem plantão, porque se vocês fizerem gera [gesto de dinheiro com os dedos das mãos] e vocês teriam que

⁴⁹ Gestora 4 (entrevista citada).

⁵⁰ Gestora 3 (entrevista citada).

⁵¹ Gestora 3 (entrevista citada).

estar recebendo. Então a gente fica assim, você não sabe pra que lado que anda, entendeu? (Gestora 3)⁵²

Dessa maneira, o Programa que teve auxílio financeiro do governo canadense até 2012, passou a ficar sob a responsabilidade exclusiva do governo federal em 2013. Com dificuldades financeiras para execução, já se começa a pensar em transferi-lo para o Pronatec, o que foi feito em 2014. Atualmente o Programa está parado, sem previsão para retorno devido a dificuldades financeiras.

Assim, a possibilidade de descontinuidade das atividades assombra a gestão do PMM no IFTO e de maneira geral, no que tange o aspecto administrativo do Programa, apreende-se que o mesmo carece não só de investimentos, mas também de melhorias no processo de trabalho em si. É preciso também apontar a necessidade de transversalização dessa política.

Segundo Bandeira (2005), as políticas públicas de gênero envolvem a reflexão sobre as diferentes formas de socialização do feminino e do masculino, bem como a natureza dos conflitos produzidos nas relações estabelecidas entre homens e mulheres. Porém, ao analisar a grade curricular, nenhum módulo relacionado à cidadania ou relativo às relações de gênero pôde ser identificado. As entrevistas com as gestoras também reforçam a ideia de que, apesar de, desde sua criação, a política objetivar diminuir as desigualdades entre homens e mulheres, trata-se de uma política para mulheres, não podendo ser considerada uma política pública de gênero.

A respeito da desigualdade de gênero, a divisão sexual do trabalho e a autonomia das cursistas, a Gestora 4 informou que elas tentam trabalhar esses aspectos, e diz: algumas, principalmente as mais velhas apresentam resistência, e a convivência ajuda nesse aspecto: *De repente ela não tem aceitação (...) da diferença de gênero porque também não tem conhecimento e vive ali num mundinho fechado. Então a partir do momento que ela convive com as outras, e que há aquela troca, a interação ajuda demais (Gestora 4)⁵³.*

Quando questionada sobre a relação do curso e o fortalecimento da ideia de que a mulher é responsável por atividades de cuidado, e o homem não, ela disse que até se surpreendeu com a abordagem de algumas alunas:

⁵² Gestora 3 (entrevista citada).

⁵³ Gestora 4 (entrevista citada).

Houve até mulheres que vieram assim me procurar perguntando se eu não poderia ofertar um curso assim de pintor, de pedreiro [porque] ela queria exercer a profissão. Só que assim, ela tinha um conhecimento prático, mas ela não sabia melhorar as técnicas(...),mas eu não consegui ninguém que demandasse o curso. Aí eu preciso [que] a secretaria municipal de educação sugira o curso, eu aceito e aí a gente pactua. Então tem que ter os dois entendeu? (...) O problema é que o demandante tem que ter esse olhar. Aí é que tá o problema porque nós aqui só ofertamos. Então, se ele demandar a gente tem como trabalhar. (Gestora 4)⁵⁴

Questiona-se esse tipo de oferta de curso para as mulheres uma vez que reafirma a condição das mulheres como responsáveis pelo cuidado com os idosos. Determinar a oferta desse curso para mulheres é uma forma de reforçar a construção dos cursos como tipicamente femininos. A fala da Gestora 4 abaixo não é um discurso que critica ou questiona os papéis de gênero:

Essa moça que me procurou ela já trabalha na área de construção de prédios. Ela trabalha como pedreira, ela descarrega saco de cimento normal. Então na cabeça dela ela já está um passo a frente das outras e ela é uma mulher assim de uns 35 anos. (Gestora 4)⁵⁵

O relato reflete a ausência de conhecimento das questões de gênero por parte da gestora do Programa no sentido que ela mesma não reconhece a possibilidade da mulher trabalhar na área de construção. Os profissionais que conduzem a política não foram capacitados sobre o assunto, refletindo as deficiências de transversalidade nas políticas.

Logo abaixo segue relato da experiência de uma ex-gestora do Programa no *Campus Palmas*. Ela fala um pouco sobre o comportamento e a história da vida das mulheres e de maneira geral demonstram a dura realidade e a situação de vulnerabilidade (expostas à exclusão social) que as mulheres que participaram do PMM se encontram (SOARES, 2010; SEN, 2010). Quanto à responsabilização do cuidado das crianças e da casa:

Elas diziam que não tinham com quem deixar as crianças, então você vê que o marido mesmo estando em casa, ele não é a pessoa que vai cuidar. Então se ela tiver que sair ela tem que deixar alguém. [...] eu fui numa casa que a mãe da moça se ofereceu pra cuidar. Você nunca ouvia assim: “aí, o meu marido ficou com a criança”, não. Muitas vezes também nem tem...não tem maridos. (Gestora 2)⁵⁶

Não tinha mesmo com quem deixar e às vezes o próprio marido, por exemplo, a gente nunca colocou a noite porque elas falavam que a noite o marido não iria deixar [ela participar do curso]porque [ela]tinha que [estar em casa para] fazer a janta(...) durante o dia o marido ainda estava trabalhando então elas ainda tinham uma certa liberdade pra poder tá estudando[porque]os filhos as vezes já estavam na escola ou na creche né. (Gestora 3)⁵⁷

⁵⁴ Gestora 4 (entrevista citada).

⁵⁵ Gestora 4 (entrevista citada).

⁵⁶ Gestora 2. Entrevista realizada no dia 28 de agosto de 2015, no IFTO, Campus Palmas.

⁵⁷ Gestora 3 (entrevista citada).

Esses relatos demonstram como é difícil estudar ou trabalhar fora de casa quando o companheiro não ajuda, e a mulher não tem nenhum familiar disposto a cuidar da criança. A importância do acesso às creches por essas mulheres é portanto necessária (GODINHO, 2004; SILVEIRA, 2004; CARLOTO, 2004), dada a naturalização e internalização da divisão sexual do trabalho (SCOTT, 2012; SAFFIOTI, 2010; BEAUVOIR, 1967). O homem na maioria das vezes não assume as tarefas domésticas para que a companheira possa sair, no caso, nem que seja para se dedicar aos estudos.

Como acontece em muitas famílias em que a mãe é solteira, é outra mulher da família quem precisa se dispor a ajudar, dada a responsabilização do cuidado das crianças ainda ser entendida como exclusivamente feminina (ZELIZER, 2003; 2009; CARLOTO, 2004). Mas se a política é exclusivamente para as mulheres, por que não foi prevista? Ninguém pensou que essas mulheres poderiam ter filhos pequenos? As políticas são para as mulheres, mas não levam em consideração o que é ser mulher.

Quando indagadas sobre as crianças que eram levadas pelas cursistas para o IFTO, e o que faziam quando elas levavam as crianças para a aula, as gestoras disseram que elas se viravam como podiam: “*Geralmente a gente arrumava alguns desenhos e lápis de cor.*” (Gestora 3)⁵⁸. “*É, assim, pra eles colorirem dentro de sala.*” (Gestora 4)⁵⁹. Sem estrutura física e de pessoal para lidar com a situação, as gestoras ainda têm dificuldade para efetivar a política na própria instituição:

As pessoas não veem como uma obrigação social do Instituto esses programas. Então assim, têm vários aspectos que complicam muitas vezes. Imagina, [as pessoas falam] ‘tem uma sala especial para os filhos dos alunos do mulheres mil?’, ‘uai eu sou servidora dessa instituição e eu não tenho essa opção’. Então assim, deveriam todos abraçar esse processo porque é obrigação da instituição. É obrigação social da instituição. Não é só formar o técnico ou o engenheiro né? (Gestora 3)⁶⁰

Nesse cenário, observa-se como é necessário o amadurecimento institucional da administração pública brasileira. Como o debate sobre a transversalidade de gênero na elaboração e implementação das políticas para as mulheres ainda tem muito que melhorar.

Quando questionadas sobre a opinião delas acerca da influência do curso, se foi no aspecto pessoal ou profissional. “*Acho que os dois. Às vezes até o pessoal mais próximo,*

⁵⁸ Gestora 3 (entrevista citada).

⁵⁹ Gestora 4 (entrevista citada).

⁶⁰ Gestora 3 (entrevista citada).

porque pode ter certeza que muitas delas não estão trabalhando, mas a forma como elas veem a vida, a velhice de agora pra frente com certeza mudou” (Gestora 3)⁶¹. A outra Gestora disse que “foi trabalhado mais o psicológico a autoestima, e a questão da saúde do corpo” (Gestora 4)⁶².

Apesar de o Programa objetivar a diminuição da desigualdade de gênero, e em especial o PPC do curso Cuidador de Idoso apontar como objetivo específico o “fomento a equidade de gênero a emancipação e o empoderamento das mulheres”, isso não aconteceu, principalmente no âmbito profissional porque os papéis de gênero nas profissões não foram questionados, de maneira que o papel de cuidadora permaneceu atribuído exclusivamente à mulher. Soma-se a isso o fato de que a maioria das beneficiárias está desempregada e as que estão não atuam no mercado de trabalho como cuidadora.

No entanto, as informações obtidas a partir das entrevistas realizadas com as egressas dessa turma de Cuidador de Idoso em especial é que as mulheres que estão buscando capacitação, não necessariamente estão em busca de emprego. *“Tem uma senhorinha. Era a mais velhinha do cuidador de idosos. Nossa, ela ficou triste nas últimas semanas, me dizia assim ‘o que eu vou fazer agora? Por que vai acabar? Essas mulheres aqui são minha alegria’” (Gestora 3)⁶³. Ribeiro (2013) ao escrever sobre as contribuições do Mulheres mil para a primeira turma formada pelo Programa no IFG, câmpus de Luziânia:*

Para quem vive uma vida dedicada a longas jornadas de trabalho mal remunerado e cansativo, preocupada com o sustento dos filhos e os cuidados da casa, sem tempo e nem oportunidade de dedicar-se a si mesma, ter acesso ao conhecimento, frequentar as aulas, aprender o que nunca se imaginou que existia são fatores muito especiais.

A turma Cuidador de Idoso chama a atenção também por ter tido mulheres de diferentes idades, grau de escolaridade e renda. A turma contou com mulheres com mais idade, até idosas, na faixa dos sessenta, setenta anos. Então, não é possível considerar que essas mulheres estão ali porque têm uma carreira pela frente, ou que têm filhos pequenos que dependem financeiramente delas. Percebe-se que, dentre as alunas, havia algumas que não se enquadravam no perfil do Programa, conforme apontado também por outras pesquisas sobre o Mulheres Mil (BRAGA, 2011; RIBEIRO, 2013; FERREIRA; TEIXEIRA; SCOPEL, 2013; SANTOS; SILVA, 2012). Acredita-se que isso deveria ter sido levado em consideração no

⁶¹ Gestora 3 (entrevista citada).

⁶² Gestora 4 (entrevista citada).

⁶³ Gestora 3 (entrevista citada).

momento de seleção das mulheres, uma vez que o curso destina-se a mulheres que queiram e precisam adentrar ao mercado de trabalho.

Com base nas entrevistas das egressas, chegou-se à conclusão de que outros fatores podem ter levado essas mulheres a procurar os cursos do Pronatec, como a vontade de se manterem ativas e ocupadas, a possibilidade de conhecerem pessoas e fazer amizades e o acesso a outro mundo que não o doméstico (BRAGA, 2011; RIBEIRO, 2013; FRANCO, 2013; ALVES; LITZ; TRENNEPOHL, 2014; TRINDADE; SCHWENGBER, 2013; VIANA; BASTOS, 2013; RIBEIRO, 2015 SANTOS; SILVA, 2012; LAGOS, 2014). Essa discussão será apresentada no Capítulo 4 onde as reflexões sobre o alcance do empoderamento, ou não, dessas mulheres foi alcançado a partir da fala das próprias egressas.

2. CAPÍTULO II – GÊNERO E ECONOMIA DOS CUIDADOS NO ÂMBITO DA DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO

Para compreender a complexidade do uso e interpretação do conceito de gênero, o capítulo discute seus vários usos e apresenta quais foram adotados no contexto da pesquisa. Compreendeu-se que as desigualdades de gênero são fruto de construções sociais que historicamente restringem a atuação da mulher ao âmbito doméstico, impondo-se-lhe a responsabilidade pelas tarefas de cuidados, abordando, assim, a Economia dos Cuidados no Âmbito da Divisão Sexual do Trabalho.

2.1 Gênero enquanto conceito e perspectiva de análise

O conceito de gênero emerge no âmbito das Ciências Sociais, em 1975, com a antropóloga americana Rubin Gayle, num artigo denominado "The Traffic in Women, Notes on the 'Political Economy' of Sex", no qual ela inicia a discussão da distinção de sexo e gênero apresentando elementos para a elaboração do conceito deste. A autora refere-se a sexo/gênero como sendo um conjunto de arranjos pelos quais a sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos da atividade humana.

Ao se considerar a falta de consenso entre os estudiosos a respeito de sua definição, é comum que a adoção da terminologia “gênero” gere questionamento em qualquer contexto que seja utilizada. O dicionário Aurélio da Língua Portuguesa define “gênero” como sendo um *“conjunto de espécies que apresentam certo número de caracteres comuns”*; e também como sendo sinônimo de *“classe, ordem, qualidade, modo e estilo”*, nada, porém, referente ao termo “sexo”.

Já “sexo” é definido pelo dicionário como sendo uma *“conformação particular que distingue o macho da fêmea, nos animais e vegetais, atribuindo-lhes papel determinado na geração”* como um *“conjunto dos que são do mesmo sexo”* e como *“órgãos genitais externos”*. Diante das definições, percebe-se a necessidade de desvincular o significado de uma palavra da outra para que haja desnaturalização da ligação entre sexo e gênero.

Num estudo sobre o uso da palavra “gênero” no campo político e nas pesquisas de ciências sociais, Louis (2006) demonstrou as inúmeras possibilidades de interpretação e entendimento do termo e a complexidade que estas acarretam. Dentre todos os significados⁶⁴ descritos pela autora, que efetuou um levantamento analítico de usos, ressaltam-se aqui duas possibilidades que mais se aproximam da pesquisa: gênero como categoria (perspectiva) de análise, e gênero enquanto conceito.

Ao escrever a respeito de gênero enquanto categoria, Machado (2000, p. 5) escreve:

Gênero é uma categoria engendrada para se referir ao caráter fundante da construção cultural das diferenças sexuais, a tal ponto que as definições sociais das diferenças sexuais é que são interpretadas a partir das definições culturais de gênero. Gênero é assim uma categoria classificatória que, em princípio, pode metodologicamente ser o ponto de partida para desvendar as mais diferentes e diversas formas de as sociedades estabelecerem as relações sociais entre os sexos e circunscreverem cosmologicamente a pertinência da classificação de gênero.

Dessa maneira, baseado no escrito acima, gênero enquanto categoria de análise nos faz incorporar as desigualdades de gênero existentes e conseqüentemente repensar a classificação de análise tradicionalmente utilizada. Gênero pode ser reconhecido como o primeiro modo de ressignificar as relações de poder entre os sexos. Segundo Scott (2012, p. 347),

Se pegarmos gênero como um guia não simplesmente como homens e mulheres têm sido definidos em relação ao outro, mas também que visões da ordem social estão sendo contestadas, sobrepostas, resistidas e defendidas nos termos de definições masculino/feminino, chegaremos a uma nova visão sobre as diversas sociedades, culturas, histórias e políticas que queremos investigar. Gênero se torna não um guia para categorias estatísticas de identidade sexuada, mas para a interação dinâmica da imaginação, regulação e transgressão nas sociedades e culturas que estudamos.

Gênero, portanto, ultrapassa o sentido restrito de estudo das relações entre homem e mulher, pois envolve a própria construção do gênero por meio do conjunto das relações sociais. Ao questionar o funcionamento da sociedade a partir da perspectiva de gênero, percebe-se que exerce o papel orientador para interpretação das pesquisas sociais. Segundo Machado (1998, p. 108), já é “adotado como uma nova metodologia de análise por muitos de seus usuários do campo intelectual”.

Enquanto conceito, é interessante notar que nos anos 1980, passou-se a usar palavra “gênero” no lugar de “sexo” pelo fato de que as palavras na maioria das línguas têm gênero, mas não têm sexo (PEDRO, 2005). A autora alega que se buscava reforçar a ideia de que as

⁶⁴ Ver também: “Interpretando Gênero” NICHOLSON, Linda. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/11917/11167>> Acesso em 10 out. 2014.

diferenças percebidas nos comportamentos de homens e mulheres não eram dependentes do “sexo” como questão biológica, mas definidos pelo “gênero” e, portanto, ligadas à cultura⁶⁵.

Dessa forma, refletir sobre as questões de gênero implica considerar a articulação de outras variáveis, como classe social, raça/etnia, geração, bem como o processo de construção e reprodução da identidade social das relações e das instituições. De acordo com Gamba (2008, p.2):

O feminino e o masculino se formam a partir de uma relação mútua, cultural e histórico. Gênero é uma categoria interdisciplinar, que desenvolve uma abordagem abrangente e refere-se às características de funções psicológicas e sócio-culturais que são atribuídos a cada um dos sexos em cada momento histórico e em todas as sociedades. As elaborações históricas dos gêneros são baseadas em sistemas de energia, com um discurso hegemônico e servem para explicar a existência de tantos conflitos sociais. E a problematização das relações de gênero conseguiram romper com a idéia do caráter natural das mesmas⁶⁶.

O que socialmente se denomina de masculino e de feminino, ou aquilo dito de responsabilidade da mulher ou do homem, está estritamente relacionado a uma construção cultural e social. O autor pontua que essa linha dicotômica de pensamento que envolve os sexos, (ao se determinar, por exemplo, papéis masculinos associados à força, e papéis femininos associados ao trabalho doméstico), é um sistema de poder. O autor sugere também que a problematização dessas questões e a reflexão dessa construção pode romper com a ideia de que essa classificação é natural.

Nesse cenário, pensar o desenvolvimento do ser humano como socialmente determinado significa entendê-lo em sua multiplicidade de manifestações socioculturais, pois "o ser humano em desenvolvimento não somente se correlaciona com um ambiente natural particular, mas também com uma ordem cultural e social específica" (BERGER; LUCKMANN, 2004, p. 71).

⁶⁵O conceito de cultura é complexo, e geralmente envolve conhecimento, artes, crenças, leis e costumes. Mas como esse estudo não pretende discuti-lo, é importante mencionar que se adota para esta pesquisa a compreensão de cultura como os hábitos que regem as pessoas enquanto membros de uma sociedade. Para melhor entendimento sobre o conceito de cultura recomenda-se a leitura: EAGLETON, Terry. A ideia de cultura. Tradução Sandra Castello Branco; revisão técnica Cezar Mortari. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

⁶⁶Lo femenino y lo masculino se conforman a partir de una relación mutua, cultural e histórica. El género es una categoría transdisciplinaria, que desarrolla un enfoque globalizador y remite a los rasgos y funciones psicológicos y socioculturales que se le atribuye a cada uno de los sexos en cada momento histórico y en cada sociedad. Las elaboraciones históricas de los géneros son sistemas de poder, con un discurso hegemónico y pueden dar cuenta de la existencia de los conflictos sociales. Y la problematización de las relaciones de género logró romper con la idea del carácter natural de las mismas (Gamba, 2008, tradução nossa).

Diante dessa realidade, Scott (2012, p. 333) escreveu que "gênero recusou a idéia de que a anatomia da mulher era o seu destino insistindo, ao contrário, que os papéis alocados para as mulheres eram convenções sociais, não ditames biológicos". Ou seja, gênero pode ser compreendido como a diferença entre os sexos, construída social e culturalmente, e sexo como sendo algo biologicamente determinado. Assim, enquanto o sexo é biológico, o gênero remete à construção histórica, cultural e social.

Enquanto conceito, apesar de ter sido interpretado como o caráter cultural das relações entre os sexos, o gênero nas palavras de Louis (2006, p. 722) pode significar "o conjunto de regras segundo as quais as sociedades transformam as condições biológicas da diferença em normas sociais." Depois de muitos anos de estudos e lutas das mulheres, foi sendo elaborado o conceito de gênero, buscando explicar as relações sociais entre homens e mulheres.

Como afirma Citeli (2001, p.134), muitos dos(as) cientistas sociais que discutem as limitações das diversas vertentes do determinismo biológico não estão apenas preocupados(as) com os "deslizes" propriamente científicos do determinismo, mas com as consequências sociais e políticas que advêm dessas afirmações, como as observadas nas relações hierárquicas de poder que envolvem homens e mulheres. Com o passar do tempo, a prática de produção do conhecimento e o amadurecimento das discussões teóricas sobre o assunto, "os estudos foram progressivamente desmantelando a idéia que sustentava o lado supostamente natural/biológico do par sexo/gênero" (CITELI, 2001; p. 133).

Devido à sua natureza polimorfa, a concepção de gênero está sempre vinculada a cada interpretação a ele atribuída em cada uma das inúmeras possíveis utilizações. Assim, apesar da legitimação do termo gênero, Louis (2006) ressalta que seu uso jamais deve ser adotado sem considerar o patriarcado, o sistema de dominação masculina, as relações de dominação entre os sexos, pois os consideram fatores incontestáveis.

Acerca do assunto Machado (2000, p. 6) argumenta:

O suposto deste conceito é que todas as sociedades e culturas "constroem suas concepções e relações de gênero". Ou seja, de que nada há de universal na configuração das relações de gênero, a não ser que são sempre construídas. Trata-se sempre de uma construção cultural histórica. São o resultado de um "arbitrário cultural", isto é, nada há de determinante no sexo biológico que faça com que feminino e masculino se definam ou se relacionem desta forma. As ideias mesmas da diferença sexual são engendradas no campo simbólico (cultural e social).

Partir do pressuposto que relações assimétricas entre as mulheres e os homens geram relações de dominação e opressão nas sociedades permite visualizar a forma como a desigualdade entre os gêneros tem sido construída ao longo dos tempos. Saffioti (2010), num seminário internacional realizado em São Paulo, discursou que se o homem tem mais tempo de lazer e para descanso quando não está no trabalho, "ele tem tudo isso graças ao fato da mulher se desdobrar em duas ou três jornadas de trabalho. Então é óbvio que esse homem está explorando essa mulher".

Ao se falar das relações de poder entre homem e mulher, não se pode deixar de citar os estudos de Pierre Bourdieu, que, apesar de não ter trabalhado o conceito de gênero nem a divisão sexual entre homem e mulher, contribui ricamente para a discussão. A ideia defendida pelo autor sobre o masculino e o feminino coaduna com a das autoras apresentadas. Bourdieu (2012, p. 20) escreve:

A diferença biológica entre os sexos, isto é, entre o corpo masculino e o corpo feminino, e, especificamente, a diferença anatômica entre os órgãos sexuais, pode assim ser vista como justificativa natural da diferença socialmente construída entre os gêneros e, principalmente, da divisão social do trabalho.

Logo, diante da ideia de dominação masculina, a biologia e o corpo seriam espaços onde as desigualdades entre os sexos seriam naturalizadas diante da força do homem e a fragilidade da mulher. Ainda a respeito da dicotomia existente entre o pensamento estritamente biológico ou sociológico, Scott (2012, p.333) elucida que “Não é simplesmente uma questão de biologia versus sociologia. De fato, o conhecimento atual nos diz que é difícil separar o biológico do sociológico porque cada um destes é intrinsecamente ligado ao outro”.

Ante a problemática do que representa o conceito de gênero, para compreender sua significação, faz-se necessário aceitar o caráter relacional (homem e mulher) no processo de construção da desigualdade, de forma a identificar as relações de poder que estão implícitas na sua adoção (MATOS, 2008).

A associação do feminino, como a sensibilidade, a fraqueza ou a emotividade (em contraposição à racionalidade e à força), pode reduzir as possibilidades de ação, protagonismo e autonomia das mulheres porque, com tratamento inferiorizado, elas acabam interiorizando que não são capazes de realizar seus anseios e, por isso, continuam a acatar sem questionar os papéis determinados a elas.

A construção do masculino e do feminino é marcada por uma categoria relacional oposta de forma que só se pode falar das mulheres porque existem homens chamando a atenção, como em qualquer pensamento relacional e hierárquico, um dualismo que envolve relações de poder, ou melhor, relações desiguais de poder, por mais que às vezes pareçam implícitas.

2.2 A construção da desigualdade de gênero

A desigualdade de gênero é um construto social que vai sendo delineado desde o momento da gestação do novo ser em atos simples e muitas vezes sutis, como, por exemplo, a escolha de um enxoval de bebê azul para meninos e rosa para meninas. A sociedade vai criando por meio dos papéis de socialização expectativas que estabelecem diferentes modos de pensar, agir e atuar para as mulheres e para os homens.

Partindo do pressuposto que a integração cultural e social da pessoa é inerente ao desenvolvimento humano (BERGER; LUCKMANN, 2004), compreende-se melhor o fato de que as crianças nascem com o sexo biológico feminino ou masculino, mas vão sendo criadas, educadas e moldadas segundo aquilo que a sociedade considera próprio para meninos ou meninas. Para demonstrar essa naturalização, Bandeira (2005, p. 8) chama a atenção para o uso da linguagem:

O uso do universal masculino como referência genérica acaba associando tudo o que aconteceu e o que acontece com os seres humanos, como sendo realizações masculinas exclusivas. Isso traz à tona representações sociais que colocam o homem como regra e exemplo, tornando inviáveis as demais contribuições, outros feitos, outras necessidades ou outras imagens.

Assim, ocorre o uso de expressões que caracterizam a discriminação entre mulheres e homens e até reforça estereótipos impostos culturalmente (TOLEDO, 2014). Partindo do pressuposto que a linguagem é o principal meio de reprodução dos discursos, dever-se-ia escrever e falar da maneira mais neutra possível, evitando-se a aplicação sexista da linguagem, pois, ao se generalizarem as ações como masculinas, ocultam-se as realizações femininas, como acontece com o uso do masculino na Língua Portuguesa.

O problema é que "o que não se nomeia , embora exista, passa ao terreno do invisível, do que não existe" (TOLEDO, p. 63, 2014). Historiadoras foram as primeiras a mostrar a invisibilidade das mulheres na História, recuperando as figuras femininas dentre os reis, imperadores e estudiosos (PULEO, 2004). Quanto ao processo de reconhecimento, Puleo (2004, p. 23) argumenta: “Hoje, graças ao movimento e à teoria feminista, começamos a reconhecer figuras filosóficas que têm sido desprezadas pelo fato de serem mulheres. Reconhecer as pensadoras é uma forma de acabar com a invisibilidade das mulheres”.

Assim, sobre as diferenças biológicas de sexo, vão sendo criadas desigualdades sociais que atribuem papéis desiguais para o masculino e o feminino, nos quais há sempre um desequilíbrio: O papel do homem é sempre mais valorizado do que o papel da mulher. Para Faria e Nobre (2007, p. 2):

Usamos as expressões identidades de gênero e relações de gênero para deixar bem claro que as desigualdades entre homens e mulheres são construídas pela sociedade e não determinadas pela diferença biológica entre os sexos. Elas são uma construção social, não determinada pelo sexo. [...] A partir da consolidação do capitalismo, existe a ideia de que ocorre uma divisão entre as esferas pública e privada, sendo que a esfera privada é considerada como o lugar próprio das mulheres, do doméstico, da subjetividade, do cuidado. A esfera pública é considerada como o espaço dos homens, dos iguais, da liberdade, do direito.

Dessa forma, entende-se que nomear as profissões no feminino, significa reconhecer que há mulheres que trabalham nas mais variadas profissões e que as habilidades das mulheres não têm limitações pelo fato de serem mulheres, é reconhecer que o futuro das mulheres não está limitado por seu sexo (TOLEDO, p. 64, 2014).

A desigualdade entre os gêneros tem sido uma construção cultural definida a partir da diferença entre os sexos. Beauvoir (1967), ao falar acerca da situação da mulher, do ponto de vista biológico, sociológico, psicológico e político, afirmou (1967, p. 9):

Ninguém nasce mulher, torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino.

O debate da autora remete às diferentes formas de dominação a partir da construção social e aponta com clareza que este é o fator que determina os papéis assumidos pelas mulheres. Partindo do pressuposto que gênero é uma categoria de análise relacional, já que não se pode pensar a mulher sem pensar o homem, a concepção do que é ser homem e o que é

ser mulher é entendida (FARIA; NOBRE, 2007) como a “identidade de gênero” se dá ao longo da vida e é reforçada pela cultura e pelas instituições (WOODWARD; HALL, 2007).

Apreende-se que a cultura e as instituições, como a igreja e a própria família, têm muita força na sociedade, e por assentirem a aceitação da postura inferiorizada da mulher, sempre subordinada ao homem, limitando-a a atividades domésticas e de cuidados, funcionam como interventores na construção da identidade de gênero, reforçando as desigualdades. De acordo com Parente (2012, p. 277):

Essa posição é referendada nas estruturas sociais: as mulheres são vinculadas à arena privada da casa e às relações pessoais; os homens, à arena pública do comércio, da produção e da política. Na raiz dessa situação podem-se identificar os aspectos culturais que naturalizaram e transferiram as diferenças biológicas para o campo social, construindo, assim, as condições de desigualdades vividas pelas mulheres. Trata-se de uma construção que se consolida no cotidiano, quando a elas são conferidas certas qualidades como atributos próprios para cumprir papéis sociais específicos e diferenciados – “próprios de mulheres”.

Nesse sentido, a cultura deve ser considerada responsável pela naturalização das condições desiguais vividas pelas mulheres. De acordo com Bourdieu (2012, p.18), falar da desigualdade entre os gêneros se refere principalmente a mecanismos sutis de dominação e exclusão social utilizados por indivíduos, grupos ou instituições: "a força da ordem masculina se evidencia no fato de que ela dispensa justificção: a visão androcêntrica impõe-se como neutra e não tem necessidade de se enunciar em discursos que visem a legitimá-la".

No entanto, a cada dia que passa, a sociedade tem se demonstrado inquieta com tantas disparidades. As lutas femininas têm provocado reflexões importantes a respeito do círculo de dependência e de subordinação⁶⁷, tendo em vista que as mulheres vêm questionando e buscando novos espaços.

Muita coisa mudou no último século, mas ainda há muito a fazer. Apesar dos avanços, são poucas as mulheres que conseguiram sua autonomia pessoal e financeira, e aquelas que conseguiram ainda estão sujeitas a outros tipos de discriminação. Segundo Moreira (2010, p.79), o fato de as mulheres assumirem financeiramente a subsistência da família não significa eliminação das relações de opressão, principalmente no mundo do trabalho conforme explica o tópico a seguir.

⁶⁷ Segundo Moreira (2010): “A subordinação é uma construção social que se processa com a agregação de valores religiosos, simbólicos, culturais e econômicos, os quais foram impulsionando privilégios de um sexo sobre o outro”.

2.3 A Divisão Sexual do Trabalho

A pesquisa visa refletir sobre a influência da capacitação de mulheres para o mercado de trabalho como um fator que ajuda a redução da desigualdade de gênero e auxilia um país a se desenvolver. Nesse contexto, Garcia (2012) escreve que, para entender a articulação entre gênero e desenvolvimento, é preciso levar em consideração a maneira de organização do trabalho e o efeito que ele causa na vida das pessoas. Assim, a divisão sexual do trabalho não poderia deixar de ser discutida aqui.

Segundo Gurovitz (2003), a divisão sexual representa uma das diversas formas de manifestação das desigualdades de gênero:

As desigualdades de gênero se manifestam em aspectos diversos, tais como: a) a divisão sexual do trabalho que mantém as mulheres no âmbito doméstico ou as joga em ocupações que reproduzem o modelo doméstico no ambiente de trabalho; b) a escassez de oportunidades para educação e emprego para mulheres; c) o acesso a empregos instáveis e mal pagos; d) a responsabilidade da dupla ou até tripla jornada de trabalho; e) a presença de níveis inferiores de saúde e bem-estar; f) a participação limitada no processo de decisão familiar e social e g) sua limitada autonomia pessoal. Essas desigualdades ocasionam uma série de desvantagens para as mulheres que, ao interligarem-se com outras assimetrias sociais, étnicas e geracionais, as expõe mais e as torna mais vulneráveis a situações de privação e pobreza (Gurovitz, 2003, p.54).

Como explicado acima, compreende-se que a divisão sexual do trabalho trata da separação e valoração do trabalho que homens e mulheres fazem, hierarquizando-os. A divisão sexual do trabalho está na base social da opressão e da desigualdade, construída ao longo da história, e, portanto, passível de modificações apesar de ter princípios sólidos que ajudam a entender o porquê da permanência dessa desigualdade (FARIA, 2010).

O conceito de divisão sexual do trabalho surgiu na França, no início dos anos 70, sob o impulso do movimento feminista. Hirata e Kergoat (2007, p. 599) escrevem:

A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos; mais do que isso, é um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos. Essa forma é modulada histórica e socialmente. Tem como características a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado (políticos, religiosos, militares etc.).

Para as autoras, era preciso ir além desse entendimento comum sobre divisão social do trabalho, por isso, propuseram dois princípios para a divisão sexual do trabalho. Um deles estuda a distribuição diferencial de homens e mulheres no mercado de trabalho, nos ofícios e nas profissões; o outro analisa como essa distribuição se associa à divisão desigual do trabalho. O Princípio de separação e o Princípio de hierarquia: O primeiro separa o que é trabalho de homens e de mulheres; o segundo considera que o trabalho dos homens vale mais do que o das mulheres (HIRATA E KERGOAT, 2007).

Homens e mulheres são diferentes, têm hormônios, órgãos sexuais, e capacidades biológicas diferentes já que as mulheres podem ter filhos e os homens não, pelo menos não ainda. Os homens têm testosterona e são, em geral, mais fortes fisicamente do que as mulheres. Há um pouco mais mulheres do que homens no mundo, cerca de 50% da população mundial são do sexo feminino. Mas a maioria das posições de poder e de prestígio é ocupada por homens (ADICHIE, 2013)⁶⁸.

A divisão sexual do trabalho implica práticas de discriminação, em segregação de empregos femininos em categorias mais baixas do mercado, em informalidade, e em altas taxas de desemprego. A discriminação salarial é uma prática de discriminação e implica a exclusão das mulheres nas posições que pagam melhor ou até a não consideração destas para posições de chefia, comumente ocupadas por homens (SOARES, 2010). A cultura machista, construída ao longo da história, determinou o espaço político de decisão como um espaço masculino, podendo ser percebido não apenas nas empresas, como também no serviço público (COSTA, 2010).

O trabalho doméstico dificulta ainda mais a participação feminina na distribuição dos recursos econômicos, uma vez que a mulher depende de tempo para sua execução e não recebe por isso. Como será visto no Capítulo 4, as cursistas do PMM são mulheres que têm os afazeres domésticos como atividades rotineiras no dia a dia, e que e não enxergam o quanto são exploradas ao cuidarda casa e dos familiares (SAFFIOTI, 2010).

⁶⁸(...) men and women are different. We have different hormones, we have different sexual organs, we have different biological abilities; women can have babies, men can't, at least not yet. Men have testosterone, and are in general physically stronger than women. There are slightly more women than men in the world, about 52% of the world's population is female. But most of the positions of power and prestige are occupied by men. (Transcrição e tradução nossa).

Trecho de palestra concedida a TEDx Talks. "We should all be feminists", 2013. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=hg3umXU_qWc Acesso em 22 jul. 2015.

Isso acontece porque o trabalho doméstico não é considerado atividade econômica. Antes do capitalismo, o conjunto das atividades humanas necessárias para a existência era considerado trabalho, mas hoje em dia é considerado produtivo só aquilo que gera troca no mercado (FARIA, 2010). Esse conceito de trabalho passou a ser questionado na década de 70 pelas teóricas feministas. A reestruturação do conceito capaz de abarcar as duas esferas só foi possível a partir do amadurecimento de um processo político e do movimento feminista. Assim, o trabalho reprodutivo ou doméstico que não era considerado produtivo pelas ciências sociais e pela economia passou a ser (ÁVILA, 2013). Apesar de historicamente a sociedade ter instituído a divisão sexual do trabalho baseado nessa hierarquia, na realidade enquanto os homens se mantiveram na esfera pública, vinculados às atividades produtivas, as mulheres sempre estiveram tanto na esfera da produção como na de reprodução (MATOS, 2008; ÁVILA, 2013).

Segundo Guedes (2010), “a desnaturalização do papel tradicionalmente feminino de cuidadora dos demais membros da família é um processo mais lento que a aceitação de que o provimento do sustento do lar não é um atributo exclusivo dos homens.” Ou seja, a divisão sexual do trabalho está na base social da opressão e da desigualdade, porque se aceita com mais facilidade que a mulher trabalhe fora do que o homem (marido, cônjuge) ajudar em casa com a divisão das tarefas domésticas.

Assim, quando as egressas autodenominaram-se como “do lar” e são questionadas sobre a posição de mercado que exercem: “Você trabalha com o quê?” Elas respondem: “Não, eu não trabalho, eu fico só em casa”. Há ainda mulheres que trabalham fora de casa e acumulam ambas as funções, em jornadas triplas, enquanto tentam se capacitar para melhorar a condição de vida da família.

Essas mulheres que trabalham fora, estudam e cuidam da casa e dos filhos sofrem também com a discriminação salarial no trabalho. De acordo com Soares (2010), existe o reconhecimento da diferença salarial entre homens e mulheres, mas apenas o reconhecimento não contribui para a mitigação das disparidades. A autora aponta que as justificativas ignoram tanto a existência da divisão sexual do trabalho como a existência de segmentação do mercado como fator preponderante para a desigualdade.

Os argumentos conservadores consideram que as mulheres são uma mão de obra mais cara por faltarem mais, serem mães, e, portanto, mais ausentes no trabalho. Os empresários

também alegam que a funcionária, quando engravidada, tem de sair de licença maternidade, se ausentando por um longo período e que é preciso realizar nova contratação para ocupar a vaga em aberto, implicando custos extras. Nesse contexto, faz-se necessário pensar e desenvolver políticas públicas e ações para que as responsabilidades familiares não sejam impedimento a qualquer uma das etapas do trabalho, seja no acesso à formação ou ao emprego.

A divisão do trabalho doméstico precisa ser revista para redução das múltiplas jornadas de trabalho das mulheres. Nesse sentido, o trabalho da OIT⁶⁹, quanto ao avanço sobre a promoção da igualdade de oportunidades e tratamento de gênero e raça, contribui uma vez que a discriminação salarial em relação às mulheres é algo mais comum do que se imagina.

O construto cultural que colocou a mulher como a única responsável pelas tarefas do lar e do cuidado com as crianças deve ser objeto de reflexão já que, por muito tempo, as atividades das mulheres não foram comentadas e permaneceram invisíveis (SOARES, 2004). Ao se questionar uma dona de casa sobre seu trabalho, é comum ouvi-la dizer que não trabalha, que é apenas dona de casa. Este posicionamento reflete o tratamento dado a ela durante décadas, cujos trabalhos remunerados eram fundamentalmente ocupados por homens (TOLEDO, 2014).

Somam-se às atividades domésticas as responsabilidades com familiares que se apresentam como obstáculos para inserção das mulheres no mercado e na jornada de trabalho. Nesse sentido, Filipe (2010, p. 36), durante o processo de avaliação em postos de trabalho, constatou que

(...) A maioria dos trabalhadores fazia o dobro de atividades do que constava nos descritivos funcionais dos contratos. Outro: que, muitas vezes, as mulheres não valorizavam o que faziam. O que faziam no restaurante era o mesmo que faziam em casa, e assim não elencavam essas atividades entre suas funções. Ou seja, muitas vezes as mulheres, porque estão habituadas a fazer e estão habituadas a serem desvalorizadas, não valorizavam este mesmo posto de trabalho.

É óbvio que as características do trabalho feminino são tão importantes quanto as características do trabalho masculino, mas infelizmente não ganham a mesma visibilidade, nem por parte do empregador(a) nem do empregado(a). Parente (2012) escreve a respeito da

⁶⁹A Organização Internacional do Trabalho (OIT) é a agência das Nações Unidas que tem por missão promover oportunidades para que homens e mulheres possam ter acesso a um trabalho decente e produtivo, em condições de liberdade, equidade, segurança e dignidade. Disponível em: <<http://www.oitbrasil.org.br/content/apresenta%C3%A7%C3%A3o>>. Acesso em 16 maio 2015.

maneira como as mulheres se exprimem e explica que as falas das mulheres reassentadas refletem os papéis de gênero, principalmente quando se trata de trabalho, porque elas não consideram atividades na roça (e outras fora do ambiente doméstico) como trabalho, uma vez que o sustento da família deve ser provido pelo homem da casa.

Essa divisão incide sobre a valoração atribuída ao trabalho do homem e da mulher, e pode ser percebida com a valorização do trabalho desempenhado pelo homem e a desvalorização do trabalho desempenhado pela mulher. Dessa maneira, as profissões ou atividades ligadas aos cuidados tanto da casa como de familiares têm menor reconhecimento e remuneração. Tradicionalmente, as profissões associadas às mulheres referem-se aos cuidados de membros da família (crianças, idosos e incapacitados), afazeres domésticos e às áreas de licenciatura, enquanto os homens têm assumido mais as atividades ligadas a exatas e tecnologia, atividades mais reconhecidas e mais bem remuneradas.

Diante do preconceito existente, que favorece a subvalorização dos trabalhos considerados femininos, percebe-se a relevância do aporte econômico das mulheres à renda dos domicílios para a superação da situação de desigualdade. Aos poucos, mesmo que de forma isolada, iniciativas tanto do setor privado quanto do Estado modificam essa realidade ao redor do mundo.

Na Espanha, com vistas a responder demandas sociais e sindicais por um marco regulatório que garantisse de forma ampla e efetiva os direitos constitucionais de igualdade de gênero, nasceu a Lei de Igualdade. A Lei Orgânica nº 3, de 22 de março de 2007, afirma o direito ao trabalho em igualdade de oportunidades e prevê medidas que o garanta no acesso ao emprego, na formação, nas promoções e condições de trabalho, apresentando uma definição legal dos conceitos de ação afirmativa, discriminação direta e indireta, de assédio sexual e assédio em razão do gênero. E determina a elaboração de Planos de Igualdade nos processos de negociação coletiva nas empresas (BRAVO, 2010; p. 46).

A experiência vivida na província de Quebec, no Canadá, com a criação de um Comitê de Equidade Salarial e um Programa de Equidade Salarial, com vistas a resgatar a aplicação da Lei de Equiparação Salarial, de 1986, foi descrita por Carroll (2010, p. 51). A Lei visa reconhecer o valor do trabalho realizado em categorias de emprego predominantemente femininas e tenta eliminar as diferenças salariais discriminatórias entre categorias predominantemente femininas e masculinas. Apesar das dificuldades encontradas nos

resultados apresentados, percebe-se que atitudes como essa estimulam a necessidade do real reconhecimento do trabalho das mulheres.

No Brasil ainda não existe lei de igualdade ou de equiparação salarial, o mais próximo disso seria o Programa Pró-Equidade⁷⁰, que, embora de limitada abrangência, combate a divisão sexual do trabalho, disseminando novas concepções na gestão de pessoas e na cultura organizacional em empresas de médio e grande porte, públicas e privadas, com personalidade jurídica própria. Mas nem se compara com países como a Espanha e o Canadá, até mesmo porque a adesão ao Programa Pró-Equidade é voluntária.

Conforme relata Costa (2010) – ao abordar a experiência da Prefeitura de Quixadá, localizado no sertão Cearense –, apesar de todos os servidores iniciarem no serviço público com salário igual, a diferença pode ser percebida nas gratificações e na ascensão da carreira. No estado do Ceará, as mulheres ganham 30% menos que os homens. Mas melhorias foram alcançadas, como a sensibilização dos servidores por meio de seminários, e a criação do Comitê Municipal de Equidade de Gênero que se tornou lei.

Ao abordar sobre divisão sexual do trabalho, Brown (1970) comenta sobre a relação entre as atividades econômicas das mulheres e suas responsabilidades nos cuidados dos filhos, ressaltando que ambas são absolutamente compatíveis, mesmo que o cuidado com filhos seja esporádico. A autora demonstra preocupação com as sociedades que ainda não disponibilizam escolas ou creches para as mães que trabalham, pois elas poderiam aproveitar o potencial feminino, só não o fazem porque não oferecem opções de trabalho para as mulheres que têm possibilidades de cuidar das crianças de forma simultânea.

2.4 A Economia dos Cuidados

A economia dos cuidados diz respeito às atividades cruciais na sociedade por manterem as pessoas vivas e promoverem o bem-estar. São os chamados cuidados pessoais pagos para babás, enfermeiras, parteiras, domésticas, fisioterapeutas e muitos outros. Ao se

⁷⁰ Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça - 6ª Edição. Disponível em: [http://www.spm.gov.br/assuntos/mulher-e-trabalho/programa-pro-equidade-de-genero-e-raca] Acesso em 15 out. 2015.

refletir sobre o conteúdo desses trabalhos, percebe-se que são atividades que têm baixo prestígio como trabalho, sendo tipicamente não regulamentados no mercado, escassos ou sem nenhum pagamento (ZELIZER, 2009).

Devido a essa falta de compreensão e conseqüente desvalorização dos trabalhos relacionados aos cuidados pessoais pagos, as mulheres acabam sendo as principais vítimas, já que os cuidados com crianças, idosos e doentes são de responsabilidade delas. É comum, com exceção para casos extremos e complexos que precisam de cuidados intensivos, os cuidados profissionais ficarem à margem da colaboração eficaz e gratuita de familiares. A verdade é que, quando se trata de cuidado, as pessoas têm receio em pagar, caracterizando-o como um trabalho marginalizado (ZELIZER, 2009). Essa situação pode ser facilmente percebida, principalmente pela postura adotada pela maioria das mulheres, pois elas não consideram trabalho as atividades que realizam fora do mercado formal, encarando como ordem natural das coisas.

Após reflexão acerca da divisão dicotômica do mundo social, conclui Zelizer (2009 p.252): “a suposta divisão entre os mundos do sentimento e da racionalidade; do mercado e da esfera doméstica; do masculino e do feminino, fomenta um trabalho de poder e de exclusão, mas não acrescenta nada à análise dos processos econômicos”. Assim, homens e mulheres tendem a ter interpretações diversas, ou seja, a atribuir valorações distintas para as coisas, e com o dinheiro não seria diferente. Existem diversas interpretações dadas ao dinheiro no mundo social e no mundo simbólico.

Para os economistas, o dinheiro se traduz em utilidades. Para os sociólogos, o dinheiro é cultural e social, logo vem de uma transformação. Para os antropólogos, seu significado é explicado com base nos aspectos primitivos, podendo possuir qualidades especiais e valores distintos independentes da quantidade. Diante desse cenário, Zelizer (2003) aponta que os valores e os sentimentos tidos corrompem o dinheiro investindo-o de significados morais e religiosos.

O dinheiro adquirido pelo homem tem valoração maior do que o adquirido pela mulher. O "dinheiro de mercado" é diferente do "dinheiro doméstico". O dinheiro de mercado tem influência econômica e o dinheiro doméstico é pensado como sendo algo mais voltado para o seio familiar como o "dinheiro do pão". (ZELIZER, 2003; p.135).

Diante da discussão da desigualdade de gênero, o valor atribuído ao dinheiro simboliza as relações de poder, e representa, de forma clara, a subordinação da mulher ao homem. Uma mulher que se dedica a cuidar da casa e da família propicia as condições necessárias para que seu companheiro desempenhe um bom trabalho e, com isso, possa garantir a renda do lar. Nessa situação, a mulher considera parte do dinheiro recebido pelo homem como sendo seu? Provavelmente não.

Com o estabelecimento da cultura do consumo, instituiu-se o historicamente conhecido papel de administradora da mulher. Ainda hoje é possível perceber essa atitude por parte da população mais carente ou até mesmo pelos moradores do campo. Tal prática propõe a entrega do valor integral do salário dos homens da casa para que a mulher gereencie o orçamento doméstico de acordo com as necessidades da família. Curioso observar, no entanto, que uma parte muito pequena, quando não inexistente, dessa renda é destinada aos gastos pessoais da mulher, até porque todo esse gerenciamento se dá sob a supervisão do companheiro.

Dessa forma, a cultura e a estrutura social impõem limites ao processo de dinheirização, de forma que fatores extraeconômicos constroem e moldam de forma sistemática, vinculando o uso do dinheiro para coisas específicas, designando pessoas distintas para lidar com tipos específicos de dinheiro, estabelecendo formas de controle para cada tipo de dinheiro e associando as diferentes origens para utilizações específicas. (ZELIZER, 2003).

Assim como o dinheiro, a divisão sexual do trabalho dá significado às relações de poder e à organização simbólica da vida social. Para Bourdieu (2012), a dominação masculina, principalmente como é imposta e vivenciada, é resultante de uma espécie de violência simbólica. Nas palavras do autor:

(...) Resultante daquilo que eu chamo de violência simbólica, violência suave, insensível, invisível a suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento ou, em última instância, do sentimento.

Compreende-se dessa maneira que a dominação masculina é resultante do sentimento de subalternidade da mulher ao homem que se estabelece de forma natural e sutil, pois está mascarado nas relações cotidianas e perpassa o pensamento e a concepção de mundo de cada um.

Bourdieu (2012) enfatiza que essas concepções “invisíveis” apresentadas às pessoas as induzem a criar esquemas de pensamentos de aplicação universal, que não foram realmente pensados. Ou seja, quando se acredita na liberdade de pensamento, não se pode ignorar que o processo da construção do pensamento está marcado por preconceitos e opiniões alheias inerentes a própria característica do ser social. Bourdieu (2012, pp.17 e 18):

A divisão entre os sexos parece estar "na ordem das coisas", como se diz por vezes para falar do que é normal, natural, a ponto de ser inevitável: ela está presente, ao mesmo tempo, em estado objetivado nas coisas (na casa, por exemplo, cujas partes são todas "sexuadas"), em todo o mundo social e, em estado incorporado, nos corpos e nos hábitos dos agentes, funcionando como sistemas de esquemas de percepção, de pensamento e de ação.

(...)

A ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual se alicerça: é a divisão social do trabalho, distribuição bastante estrita das atividades atribuídas a cada um dos dois sexos, de seu local, seu momento, seus instrumentos; é a estrutura do espaço, opondo o lugar de assembleia ou de mercado, reservados aos homens, e a casa, reservada às mulheres; ou, no interior desta, entre a parte masculina, com o salão, e a parte feminina, com o estábulo, a água e os vegetais; é a estrutura do tempo, a jornada, o ano agrário, ou o ciclo de vida, com momentos de ruptura, masculinos, e longos períodos de gestação, femininos.

O modo de pensar pautado pelas dicotomias e oposições apenas pode ser entendido dentro do contexto de todas as oposições do pensamento ocidental, que não se restringe ao masculino/feminino, mas conforme Bourdieu abrange o alto/baixo, rico/pobre, claro/escuro etc.

Diante da constatação de que a dominação masculina está arraigada no inconsciente de cada um devido à sua construção social, quando se questiona o que se pode fazer para acabar com tal mazela humana acredita-se que tentar se desprender dessa lógica dualista seja um primeiro grande passo individual e também por parte estratégica do Estado.

No que diz respeito à autonomia e redivisão das tarefas de cuidado, acredita-se que, por meio da intervenção do Estado, é possível garantir autonomia e independência econômica, por exemplo, com o aumento dos períodos escolares, oferta de vagas em educação infantil (creches) e restaurantes populares (SILVEIRA, 2004).

O resultado dos investimentos sociais é a maximização da possibilidade de escolha por parte das mulheres que, ao se sentirem apoiadas socialmente, poderiam optar por dedicar mais tempo ao desenvolvimento profissional ou utilizar o tempo livre na construção da cidadania, tanto nos aspectos de cultura e lazer como de participação política (GODINHO, 2004).

Nesse contexto, os Programas que objetivam a qualificação das mulheres para o mercado de trabalho, como é o caso do PMM, devem levar em consideração a situação de vulnerabilidade dessas mulheres e os eixos/aspectos que a levam a se empoderar, partindo do pressuposto que a ausência da divisão do trabalho doméstico e a responsabilidade pelo cuidado dos filhos ou com outros membros da família sejam fatores dominantes. Diante da contextualização e conceitualização sobre o cuidado, questiona-se: Os cursos voltados para os cuidados, de fato são capazes de empoderar as mulheres tendo em vista que historicamente essas atividades foram destinadas a elas sem serem remuneradas por isso?

Logo, estudar uma política pública de capacitação de mulheres para o mercado de trabalho, como o caso do Programa Nacional Mulheres Mil, contribui para visualização da divisão sexual do trabalho representada pela desigualdade de gênero no mercado de trabalho.

3. CAPÍTULO III – INTER-RELAÇÕES DE GÊNERO E DESENVOLVIMENTO

Dado o acirrado debate acadêmico sobre a complexidade do conceito de desenvolvimento, principalmente quanto à distinção entre este e crescimento econômico – que não cabe analisar aqui –, faz-se oportuno comentar de forma objetiva sobre a perspectiva adotada do desenvolvimento para o presente estudo, no intuito de contextualizar a pesquisa nesse cenário controverso.

Sumariamente, há duas formas de ver o desenvolvimento: uma encara o crescimento como sinônimo do desenvolvimento, e outra enxerga o crescimento como condição para o desenvolvimento, percebendo, assim, o desenvolvimento como mudança qualitativa, e não apenas quantitativa. O crescimento sozinho estaria vinculado ao aumento da renda *per capita* enquanto que o desenvolvimento envolveria transformações sociais.

Para esta pesquisa, desenvolvimento, independentemente da concepção, deve resultar do crescimento econômico acompanhado da melhoria da qualidade de vida da população. Dessa forma, as pessoas são tanto os meios como o fim do desenvolvimento. Pensar como as pessoas são afetadas pelo processo de crescimento significa refletir sobre o próprio desenvolvimento humano (BERGER; LUCKMANN, 2004; WOODWARD E HALL, 2007; SEN, 2010; LISBOA E LUSA, 2010). Essa abordagem ganhou força na década de 90, com o Relatório Mundial de Desenvolvimento Humano (RDH), publicado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), suscitando uma série de debates acerca da eficiência das políticas públicas para o desenvolvimento humano e social (OLIVEIRA, 2002).

O desenvolvimento humano é, portanto, entendido aqui como a realização pessoal de uma nação, considerando-se, além do viés econômico, outras características sociais, culturais e políticas que influenciam a qualidade da vida humana. É nessa perspectiva que os teóricos de desenvolvimento utilizados apontam a necessidade de inclusão das mulheres, para que, por meio de seu desenvolvimento enquanto pessoa possam contribuir para a redução da desigualdade de gênero.

A posição de subalternidade da mulher não é estática, tampouco é vivida da mesma forma por todas as mulheres. Elas precisam desafiar a falta de equidade entre os gêneros e as limitações impostas ao seu potencial enquanto seres humanos. Esse potencial deve ser

considerado tanto pela análise de gênero quanto pelos planejadores e executores das políticas de desenvolvimento (GARCIA, 2012).

A desigualdade entre os gêneros persiste em distintas sociedades do mundo, colocando as mulheres em situações de vulnerabilidade e fazendo com que elas não possam exercer plenamente suas capacidades. Neste capítulo contextualiza-se a situação da desigualdade a partir de dados secundários, de forma a explicitar a relação da desigualdade de gênero para os projetos de desenvolvimento.

3.1 Desigualdades de Gênero: Um breve resumo do Cenário Mundial

O último Relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) (2014, p. 40) apresentou dados coletados em todo o mundo os quais chamam a atenção para as disparidades existentes entre homens e mulheres, a começar pelo valor do IDH para o gênero feminino que é em média 8% mais baixo do que o valor do IDH masculino. Dados do Relatório de Desenvolvimento Humano (2014) confirmam que são as mulheres que representam a maioria da população mundial que vive em situação de miséria absoluta, que são elas que acabam trabalhando exaustivamente mais que os homens, devido ao acúmulo das atividades domésticas com a jornada de trabalho fora, ou no trabalho informal.

De acordo com Gurovitz (2003), quando se constatou que as antigas políticas de combate à pobreza (neutras sob uma perspectiva de gênero) perpetuavam a discriminação e causavam impactos negativos em seus resultados, começou-se a buscar respostas inovadoras que combinassem a luta contra a pobreza e a discriminação de gênero. “Apesar da pobreza das mulheres não ser um fenômeno novo, a preocupação social com as implicações das desigualdades entre homens e mulheres o é” (GUROVITZ, 2003, p. 51).

Apesar da iniciativa de muitos países em aplicar políticas públicas e medidas especiais no combate à discriminação entre os gêneros, as mulheres continuam vivenciando situações de discriminação ao longo de suas vidas em distintas sociedades. Nenhum país do globo possui igualdade total entre homens e mulheres, e, de acordo com relatórios de órgãos internacionais, a Islândia ocupa o topo do *ranking*, seguida pelos países nórdicos.

A preocupação com esse cenário é crescente, pois a redução da desigualdade entre os gêneros é um dos principais critérios para mensurar o desenvolvimento em muitos países (PNUD, 2014). Sen (2010, p.261) destaca que "a participação econômica das mulheres é tanto uma recompensa em si (com a redução associada do viés contra o sexo feminino na tomada de decisões familiares) como uma grande influência para a mudança social em geral".

A análise situacional de mais de 160 países pelo *Equality Now (2011)*⁷¹ aponta que as leis de um país podem ser explicitamente discriminatórias contra as mulheres em matéria de família, casamento, direitos econômicos, e violência. Isso ocorre porque as leis consuetudinárias⁷² e religiosas prevalecem sobre leis civis que, supostamente, protegem os direitos humanos das mulheres.

Segundo Beauvoir (1970, p.14), em quase nenhum país, seu estatuto legal é idêntico ao do homem e muitas vezes este último a prejudica consideravelmente. Mesmo quando os direitos lhe são abstratamente reconhecidos, um longo hábito impede que encontrem nos costumes sua expressão concreta.

A influência das instituições e da cultura na posição subalterna das mulheres chama a atenção em muitos países, conforme dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2014, p.76). Há países, por exemplo, que exigem o consentimento do cônjuge para que a mulher tenha acesso à contracepção ou ao planejamento familiar. Acontece em vários países, mais comuns no sul da Ásia e na África Subsaariana, o casamento precoce. Segundo matéria⁷³ publicada pela Unicef, mais de 700 milhões de mulheres vivas até hoje foram obrigadas a se casar quando ainda eram crianças, e há uma previsão de que mais de 100 milhões de meninas poderão ser vítimas de casamentos forçados durante a próxima década.

As mulheres podem sofrer ainda com discriminação no trabalho. Ao abordar a discriminação salarial em Portugal, Filipe (2010) aponta que em média as portuguesas

⁷¹Trata-se de uma organização internacional de direitos humanos que trabalha para proteger e promover os direitos das mulheres e meninas em todo o mundo, no que diz respeito à discriminação na lei, violência sexual, mutilação genital feminina e tráfico. Foi uma das primeiras organizações internacionais a desenvolver campanhas de defesa e proteção dos direitos fundamentais das mulheres e meninas.

⁷²Entende-se por direito consuetudinário aquele sistema normativo que se fundamenta no costume, cujas disposições vão conformando, de acordo com a prática constante do comportamento e condutas de um grupo social determinado, no pleito normativo.

⁷³Cerca de uma em cada quatro adolescentes sofre violência física. Disponível em: <http://www.unicef.org.br/>. Acesso em 15 jul. 2015.

ganham 19% menos que os homens e, no caso de profissões de qualificação mais elevada, as diferenças salariais chegam a 30%. Ela considera a discriminação salarial indireta, pois, na maioria das profissões, as mulheres desempenham as mesmas tarefas que os homens, mas recebem menos devido à nomenclatura do cargo. Filipe (2010, p.34) exemplifica: "No setor automobilístico, por exemplo, as operadoras de máquinas de estofamentos, que são mulheres, ganham 541 euros; os operadores de manutenção, que são homens, ganham de 900 a 1.200 euros".

O cenário espanhol não é muito diferente, pois a discriminação salarial é crescente. Segundo Bravo (2010, p.47), a diferença salarial encontra-se entre 22 e 24%, podendo chegar a 32% se considerados os trabalhadores temporários ou que trabalham meio período, que, como no Brasil, são desempenhados em grande parte pelas mulheres.

Após identificar grande desigualdade de remuneração em um de seus relatórios, a OIT elaborou um guia de promoção de igualdade salarial livre da discriminação de gênero. Dentre seus apontamentos, ficou determinado que nenhum(a) trabalhador(a), com responsabilidades familiares, deve ser discriminado(a) por isso, e que a igualdade de remuneração é uma pré-condição para se alcançar a igualdade de gênero e superação da pobreza. (Vasconcelos, 2010, p.28).

Esses dados ilustram como as instituições sociais, as normas, e outros fatores influenciam na configuração das capacidades e das escolhas proporcionadas aos indivíduos de uma sociedade. As liberdades de que as pessoas gozam podem ser consideravelmente limitadas se o acesso às oportunidades é reduzido ao longo de suas vidas (SEN, 2010; WOODWARD; HALL, 2007; INGLEHART; WELZEL, 2004).

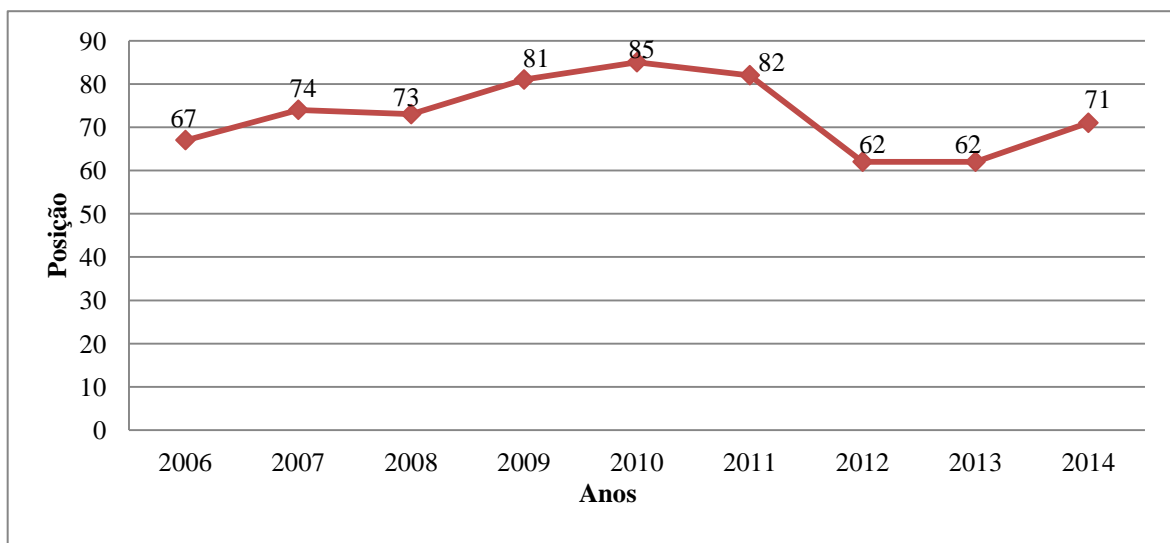
Assim, quando a mulher, muitas vezes, não tem direito de escolha sobre quando ter ou não ter filhos em razão de uma pressão social pela reprodução, ou respaldo em leis que combatam à violência sexual e doméstica, ou políticas públicas para tratar da saúde, ou que garantam remunerações iguais na carreira, elas sofrem privação de liberdade que as impedem de se desenvolverem e se empoderarem.

3.2 Desigualdades de Gênero: Um breve resumo do Cenário Brasileiro

O Fórum Econômico Mundial inclui o Brasil em uma lista de oito países (ao lado de Bahamas, Belize, França, Guiana, Letônia, Namíbia e Filipinas), que encerraram a diferença entre gêneros nos quesitos educação e saúde, mas não superaram as desigualdades relativas à participação econômica nem política. Apesar de ter mantido a igualdade entre homens e mulheres nas áreas de saúde e educação, o Brasil perdeu posições nos índices que medem a participação feminina na economia e na política.

Os índices internacionais de medição da igualdade de gênero no mundo, como o *Global Gender Gap Report*⁷⁴, que é realizado desde 2006, apontam transformações na sociedade brasileira. Atualmente, o Brasil ocupa no *ranking* do GGGP, de 2014, a 71ª posição, no gráfico abaixo é possível acompanhar o percurso do País na oferta das estratégias de igualdade de gênero no período de realização da pesquisa:

Gráfico 1 – Progresso do Brasil ao longo dos anos no *Global Gender Gap Report* (GGGP).



Fonte: Adaptação da autora a partir de dados coletados no *Global Gender Gap Report* (2014).

Conforme pode ser visto no Gráfico 1, o desempenho geral do Brasil no Índice de *Gap Global Gender*, de 2006 a 2014, tem passado por momentos de avanço e também de recaídas

⁷⁴GGGR pode ser traduzido como o Relatório Global de Gênero, elaborado pelo Fórum Econômico Mundial. Neste relatório quantifica-se a magnitude das desigualdades com base no gênero e acompanha o seu progresso ao longo do tempo, tendo como objetivo mensurar as lacunas entre homens e mulheres, apresentando as diferenças existentes entre homens e mulheres nos países a partir da avaliação de quatro áreas: participação e oportunidade econômica, nível de escolaridade, saúde e sobrevivência e empoderamento político. Disponível em: < <http://reports.weforum.org/global-gender-gap-report-2014/>>. Acesso em 3 abr. 2015.

de posições no índice. Em 2006, ano da primeira edição do *ranking*, quando foram avaliados 115 países, o Brasil apareceu em 67º lugar, nos anos seguintes, o número de países pesquisados aumentou para 142 e o Brasil caiu no *ranking*, até em 2010 ocupar a posição 85º. A partir de então, o País teve três anos consecutivos de significativas melhoras na redução das desigualdades de gênero, contudo apresentou queda em relação à pesquisa anterior.

Apesar da boa colocação nas áreas de nível de escolaridade, de saúde e sobrevivência, apresentadas pelo *Global Gender Gap Report* (2014), o cenário brasileiro demonstra que os pontos mais problemáticos continuam a ser a oportunidade profissional e econômica e a participação na política, de forma que, no que tange ao empoderamento político, participação e oportunidade econômica, a posição cai drasticamente para 74º e 81º respectivamente.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é utilizado pela Organização das Nações Unidas (ONU) para analisar a qualidade de vida de determinada população. O Índice de Desenvolvimento Humano varia de 0 a 1, e quanto mais se aproxima de 1, maior o IDH de um local. São três os critérios utilizados para calcular o IDH: grau de escolaridade, renda e nível de saúde⁷⁵.

Segundo dados divulgados no *ranking* mundial de Desenvolvimento Humano no Relatório do PNUD (2014, p.167), o Brasil apresenta IDH de 0,744, valor considerado alto. Apesar de existirem grandes disparidades sociais e econômicas no País, ocupa atualmente a 79ª posição. A cada ano o Brasil tem conseguido elevar o seu IDH, mas para que seja possível alcançar posições mais elevadas precisa minimizar diversos problemas, fatores como o aumento da expectativa de vida da população e a diminuição da desigualdade entre os gêneros.

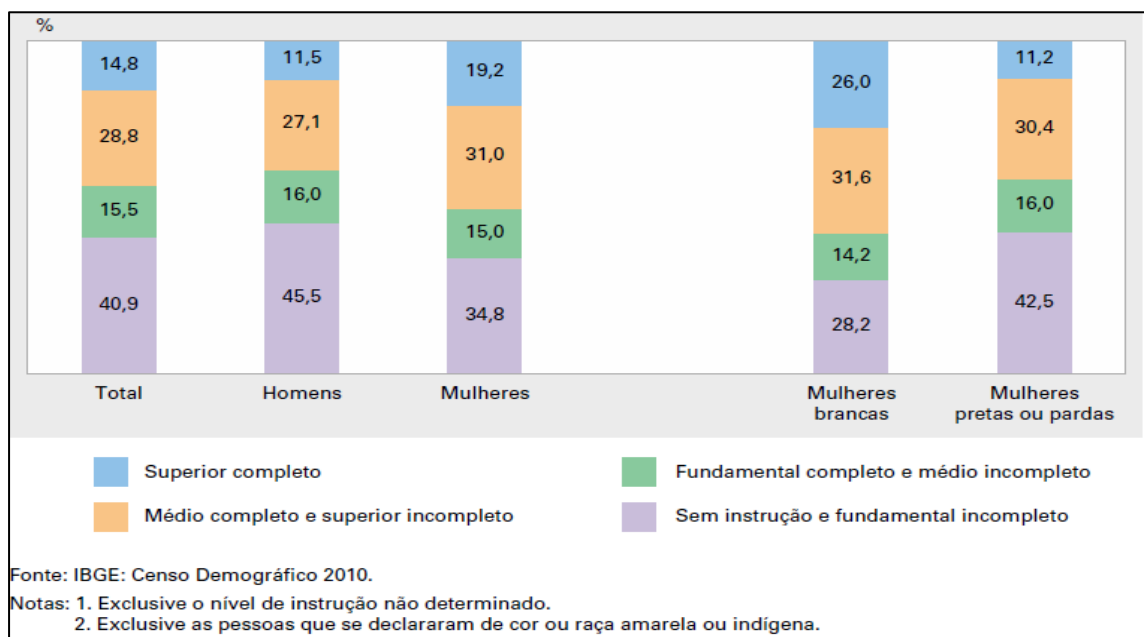
O último Relatório de Desenvolvimento Humano do PNUD aponta acentuada desigualdade de gênero no mercado de trabalho brasileiro, porque, apesar de a população feminina, com 25 anos ou mais, possuir mais qualificação – 51,9% –, se comparado aos 49% dos homens, eles representam maior participação na força de trabalho do País somando 80,9%

⁷⁵O nível de escolaridade pode ser a média de anos de estudo da população adulta ou tempo que uma criança ficará matriculada. A renda, ou melhor, a Renda Nacional Bruta (RNB) *per capita*, é baseada na igualdade de poder de compra dos habitantes. Esse item tinha por base o PIB75 (Produto Interno Bruto) *per capita*, no entanto, a partir de 2010, ele foi substituído pela Renda Nacional Bruta (RNB) *per capita*, que avalia praticamente os mesmos aspectos que o PIB, no entanto, a RNB também considera os recursos financeiros oriundos do exterior. O nível de saúde reflete as condições de saúde e dos serviços de saneamento ambiental sendo baseado na expectativa de vida da população. Disponível em: < <http://www.pnud.org.br/arquivos/RDH2014pt.pdf>> Acesso em 25 jan. 2015.

contra 59,5% das mulheres (PNUD, 2014) ⁷⁶. Segundo informações do PNPM (2013-2015), 7 em cada 10 homens na população economicamente ativa trabalham ou procuram emprego, e menos de 5 em cada 10 mulheres estão na mesma situação.

O Gráfico 2 (abaixo) mostra ainda que o nível de instrução das mulheres ocupadas é superior ao dos homens, que apresentam, por sua vez, maior proporção de ocupados sem instrução e ensino fundamental incompleto:

Gráfico 2 – Distribuição percentual da população ocupada com 25 anos ou mais de idade, por nível de instrução, segundo o sexo e entre as mulheres – Brasil – 2010.



Fonte: Adaptação da autora a partir de dados coletados no IBGE 2014.

Como se pode observar no Gráfico 2, o nível de instrução das mulheres ocupadas é superior ao dos homens, que apresentam, por sua vez, maior proporção de ocupados sem instrução e ensino fundamental incompleto. Apesar de, neste caso as mulheres apresentarem maior escolaridade, a inserção das mulheres em ocupações com carteira de trabalho assinada ainda é inferior à dos homens.

Esses dados refletem a prática de discriminação salarial no contexto da divisão sexual do trabalho onde as mulheres ocupam as categorias mais baixas do mercado, quando não permanecem na informalidade. Autores como (SOARES, 2010; COSTA, 2010; INGLEHART; WELZEL, 2004) destacam a importância da participação das mulheres no

⁷⁶ Tabela 4 – no Índice de Desigualdade de Gênero (IDG), Relatório de Desenvolvimento Humano do PNUD, página 179 do relatório.

mercado de trabalho para a redução da desigualdade de gênero. Ao pesquisar sobre a situação das mulheres beneficiadas pelo Mulheres Mil em Luziânia-DF, Ribeiro (2013) escreveu que “maioria das mulheres encontra-se inserida em postos precarizados e de baixa remuneração”.

A situação é pior do que aparenta ser, porque a depender de sua classe social, cor, credo, geração, orientação sexual e situação domiciliar as desigualdades podem se estender entre as próprias mulheres. Isso ocorre porque as mulheres pardas ou pretas⁷⁷ são, na maioria, trabalhadoras domésticas, enquanto as mulheres brancas trabalham com carteira assinada. De acordo com o Relatório de Estatísticas de Gênero (IBGE 2014) outro desafio no mundo do trabalho diz respeito aos salários das mulheres que, se comparados aos dos homens, apresentam-se muito baixos, conforme demonstrado na tabela a seguir:

Tabela 1 – Rendimento médio no trabalho, por sexo, razão do rendimento das mulheres em relação aos homens e proporção de mulheres, segundo as áreas de formação da população de 25 anos ou mais de idade – Brasil – 2010.

Áreas gerais de formação da população de 25 anos ou mais de idade	Rendimento médio no trabalho principal (R\$) (1)			Razão do rendimento das mulheres em relação aos homens (1)	Total de pessoas	Proporção de mulheres
	Total	Sexo				
		Homens	Mulheres			
Educação	1 810,5	2 340,7	1 687,4	72,1	2 429 763	83,0
Humanidades e artes	2 223,9	2 629,9	2 064,3	78,5	894 700	74,2
Ciências sociais, negócios e direito	3 912,1	4 650,9	3 081,4	66,3	4 495 191	49,4
Ciências, matemática e computação	3 038,6	3 578,2	2 339,6	65,4	839 887	47,0
Engenharia, produção e construção	5 565,1	5 985,6	3 976,1	66,4	859 659	21,9
Agricultura e veterinária	4 310,6	4 756,2	2 972,0	62,5	202 332	27,4
Saúde e bem estar social	3 774,3	5 341,7	2 972,2	55,6	1 441 648	68,1
Serviços	3 067,0	4 078,0	2 171,2	53,2	217 755	54,8

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.
(1) Pessoas ocupadas na semana de referência, excluindo as pessoas sem declaração de rendimento e pessoas com rendimento nulo.

Fonte: Adaptação da autora a partir de dados coletados no IBGE 2014.

Conforme aponta a Tabela 1, as áreas gerais de formação nas quais as mulheres de 25 anos ou mais de idade estão em maior proporção são as da Educação (83,0%); Humanidades e Artes (74,2%), justamente aquelas que registram os menores rendimentos médios mensais entre as pessoas ocupadas (R\$ 1.810,50 e R\$ 2.223,90, respectivamente), independentemente do setor onde essas pessoas trabalhem. Como a concepção de gênero influencia nas atitudes e pensamentos, os percentuais coadunam para o entendimento de que as mulheres na posição

⁷⁷A cor preta é uma das cinco nomenclaturas utilizadas nas pesquisas do Censo feitas pelo IBGE. Ver Nota Técnica: Histórico da investigação sobre cor ou raça nas pesquisas domiciliares do IBGE. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/caracteristicas_raciais/notas_tecnicas.pdf> Acesso em 3 set. 2015.

menos privilegiada entre masculino e feminino, sofrem as maiores restrições com relação à escolha profissional (TAVARES, 2014).

Ademais, o rendimento feminino não se iguala ao do masculino em nenhuma das áreas gerais, conforme evidencia a razão entre o rendimento das mulheres e o rendimento dos homens. Esse diferencial se mantém mesmo quando a proporção de mulheres se torna equivalente à dos homens, como na área de Ciências Sociais, Negócios e Direito, em que as mulheres recebiam apenas 66,3% do rendimento dos homens. Segundo Tavares (2014) o debate entre avanços e permanências na condição das mulheres com relação à educação e carreira é bastante pertinente porque a tendência é que as mulheres permaneçam em profissões historicamente consideradas femininas.

A respeito do trabalho informal, o Relatório de Estatísticas de Gênero (IBGE, 2014) apresenta dados da inserção das mulheres em ocupações cuja relação salarial seja marcada pela posse da carteira de trabalho assinada ainda é inferior à dos homens, bem como a participação feminina no mercado de trabalho não remunerado é maior conforme demonstra a Tabela 3 abaixo:

Tabela 2 – Distribuição percentual dos trabalhadores com 16 anos ou mais de idade, por sexo, segundo a posição na ocupação – Brasil – 2000-2010.

Posição na ocupação	Distribuição percentual dos trabalhadores com 16 anos ou mais de idade (%)					
	2000			2010		
	Total	Sexo		Total	Sexo	
		Homens	Mulheres		Homens	Mulheres
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Empregado com carteira de trabalho assinada	35,1	36,5	32,7	43,7	46,5	39,8
Empregado sem carteira de trabalho assinada	18,3	20,9	14,1	15,4	17,1	13,1
Trabalhador doméstico com carteira	2,3	0,4	5,5	2,4	0,4	5,1
Trabalhador doméstico sem carteira	5,2	0,5	13,0	4,5	0,5	10,0
Militares e funcionários públicos	5,8	4,4	8,1	5,5	4,2	7,2
Conta própria	23,8	28,2	16,7	21,6	24,7	17,3
Empregador	3,0	3,6	2,0	2,0	2,4	1,5
Não remunerado	3,5	2,4	5,5	1,3	0,7	2,1
Trabalhador na produção para o próprio consumo	2,9	3,3	2,4	3,7	3,6	3,8

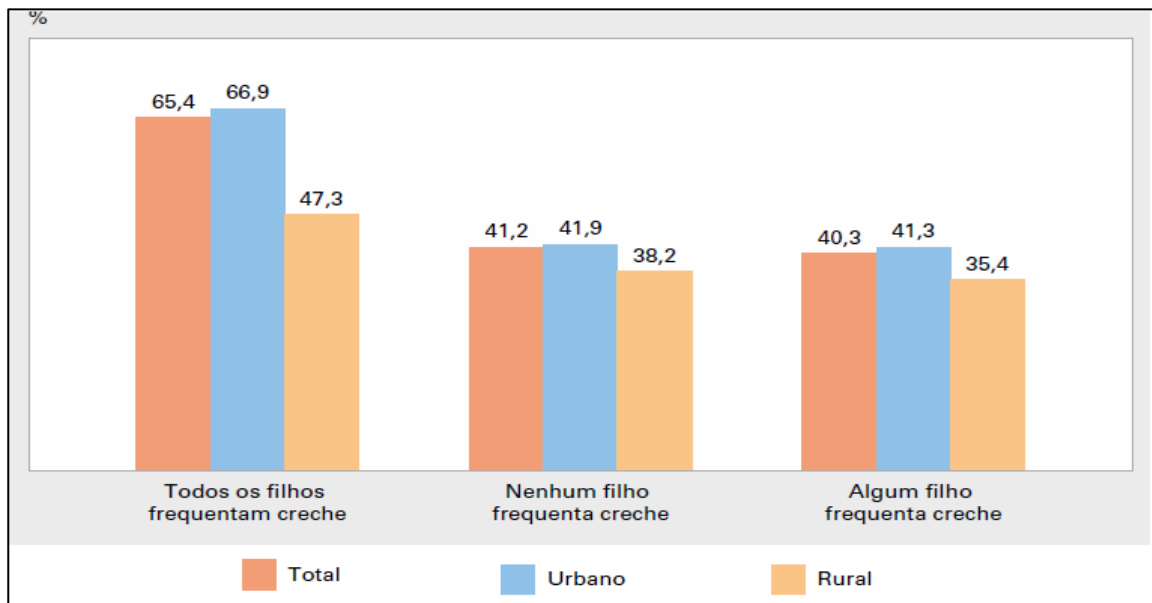
Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000/2010.

Fonte: Adaptação da autora a partir de dados coletados no IBGE 2014.

É reconhecido que uma política de ampliação da oferta de creches é transversal tanto às questões educacionais (foco nas crianças) quanto às questões de gênero, e impacta diretamente na autonomia das mulheres e suas possibilidades de inserção no mercado de

trabalho. Uma forma de avaliar essa questão é por meio da relação entre a ocupação das mulheres e a existência de filhos pequenos, por condição de frequência à creche (Gráfico 3).

Gráfico 3 – Nível de ocupação das mulheres de 16 anos ou mais de idade, com filhos de 0 a 3 anos de idade, por situação do domicílio, segundo a frequência de filhos na creche – Brasil – 2010.



Fonte: Adaptação da autora a partir de dados coletados no IBGE 2014.

O Gráfico 3 mostra que, em 2010, o nível de ocupação das mulheres de 16 anos ou mais de idade com filhos de 0 a 3 anos que frequentam creche (65,4%) é bem superior ao daquelas cujos filhos não frequentam (41,2%) ou apenas algum filho frequenta creche (40,3%). Nesse sentido, entende-se que não basta ter um ou dois filhos frequentando a creche se ainda sobrar a responsabilidade pelo cuidado dos demais que não conseguiram vaga.

Logo, ainda existem muitos desafios a serem superados, como a obtenção de igualdade salarial e melhoria na legislação trabalhista, de forma que as relações de trabalho entre mulheres e homens sejam alteradas, para a garantia dos direitos das mulheres, como aconteceu recentemente com a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) das Domésticas a qual amplia os direitos dessas trabalhadoras. Acredita-se que proposições dessa natureza, bem como propostas de lei sobre licença-maternidade, a agenda de trabalho decente e a ampliação da oferta de vagas em creches são algumas das medidas que promovem a igualdade no mundo do trabalho e ampliam a autonomia econômica das mulheres.

A participação política das mulheres brasileiras, segundo o relatório *Global Gender Gap Report* (GGGP), encontra-se em desvantagem também quando se trata de representação na política nacional, pois, em se tratando de média global, a presença feminina não ultrapassa

os 15% em nenhuma das legislaturas. No que diz respeito à educação, em média 60% das mulheres, a partir dos 25 anos de idade, concluíram pelo menos algum nível de ensino secundário, comparativamente a 67% dos homens. No mercado de trabalho, elas representam apenas 51% em comparação a 77% dos homens. A desvalorização da mulher em relação ao homem se encontra mascarada nas relações sociais cotidianas (BOURDIEU, 2012; MATOS, 2008) e isso impacta diretamente na redução de suas oportunidades.

A respeito da centralidade da mulher no cotidiano das relações sociais, Martins (1998) aponta que independentemente do lugar e da classe social, ainda hoje é comum ouvir a afirmação depreciativa de que “fulana não presta” para designar a “mulher à-toa”, a mulher livre, e sexualmente ativa embora não seja casada nem viúva e que, portanto, não está sujeita a vínculos.

Segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2014, p. 107), os esforços do Brasil para reduzir as suas desigualdades de longa data, por meio de redistribuição de rendimentos, e o acesso universal à educação, saúde, abastecimento de água e serviços de saneamento são perceptíveis. No entanto, à luz dos dados apresentados acima, percebe-se que o Brasil ainda tem muito a fazer para conquistar a igualdade entre os gêneros. Apesar das estratégias governamentais por meio de políticas públicas que visam à promoção de igualdade entre os gêneros, as mulheres enfrentam ainda grandes desafios, principalmente nessas regiões Norte e Nordeste, onde o nível de pobreza é maior do que nas outras regiões do País. Soma-se a isso a cultura organizacional de desigualdade arraigada nas instituições, com a dificuldade de se reconhecerem as diferenças entre homens e mulheres quando da elaboração e implementação de políticas públicas (FARAH, 2004).

3.3 Desigualdades de Gênero: Um breve resumo do Cenário Tocantinense

Segundo Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil⁷⁸ as dez cidades mais desenvolvidas do Tocantins se classificam por nível⁷⁹ de IDH da seguinte maneira: Palmas: 0,788; Paraíso do Tocantins: 0,764; Gurupi: 0,759; Araguaína: 0,752; Guaraí: 0,741; Porto

⁷⁸ Disponível em <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/>>. Acesso em Ago. 2015.

⁷⁹ Os níveis de classificação variam de 0 a 1 de forma que de 0 a 0,499 significa Muito Baixo; de 0,5 a 0,599, baixo; de 0,6 a 0,699, médio; de 0,7 a 0,799, alto; de 0,8 a 1, muito alto.

Nacional: 0,740; Pedro Afonso: 0,732; Alvorada: 0,708; Colinas do Tocantins: 0,701 e Dianópolis: 0,701. De forma que, ao se interpretar o valor correspondente a cada município, identifica-se que todos se enquadram com alto nível de desenvolvimento humano, com exceção do município de Araguatins que nem aparece no *ranking*.

Planejada para ser a capital do Tocantins, Palmas foi criada em 20 de maio de 1989. Sua área territorial corresponde a 2.218, 943km² sendo a maior cidade do Estado. Segundo o censo 2014 do IBGE, a população total estimada é de 228.332 residentes, destes, 112.848 são homens e 115.484 mulheres. O índice de desenvolvimento humano municipal – (IDHM)⁸⁰ 2010 – era de 0,788. Com PIB *per capita* de R\$ 17.065,21 (dezesete mil sessenta e cinco reais e vinte e um centavos), em 2012. O valor do rendimento médio mensal *per capita* dos domicílios da área rural é de R\$ 370,00 (trezentos e setenta reais), enquanto que o da área urbana é de R\$ 625,00 (seiscentos e vinte e cinco reais).

O Tocantins é o estado mais jovem do País e está localizado na região Norte que enfrenta sérios problemas de desigualdades sociais e regionais. De acordo com o Relatório de Estatísticas de Gênero (IBGE, 2014), além da valorização do salário mínimo, houve um aumento real do rendimento médio das mulheres na comparação das duas últimas décadas.

Tabela 3 – Rendimento médio real mensal, de todas as fontes, das pessoas de 10 anos ou mais de idade com rendimento, por sexo, segundo as Grandes Regiões – 2000-2010.

Grandes Regiões	Rendimento médio real mensal, de todas as fontes, das pessoas de 10 anos ou mais de idade com rendimento (R\$)					
	2000 (1)			2010		
	Total	Sexo		Total	Sexo	
Homens		Mulheres	Homens		Mulheres	
Brasil	1 253	1 471	959	1 340	1 587	1 074
Norte	973	1 092	776	1 048	1 221	846
Nordeste	760	864	623	881	1 053	716
Sudeste	1 514	1 792	1 147	1 575	1 847	1 271
Sul	1 293	1 550	947	1 431	1 693	1 142
Centro-Oeste	1 392	1 621	1 059	1 586	1 835	1 293

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000/2010.
(1) Valores inflacionados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC de julho de 2010.

Fonte: Adaptação da autora a partir de dados coletados no Relatório de Estatísticas de Gênero (2014).

⁸⁰ O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal é uma medida composta de indicadores de três dimensões do desenvolvimento humano: longevidade, educação e renda. O índice varia de 0 a 1. Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano.

A tabela acima mostra que, O crescimento do rendimento feminino reduziu um pouco as disparidades entre os sexos, mas este não foi uniforme em todo o País e ainda, ao se comparar o rendimento médio das mulheres com o rendimento médio dos homens entre 2000 e 2010, há uma pequena redução na desigualdade entre ambos.

Entretanto, nas Regiões Norte e Nordeste, a desigualdade de rendimentos por sexo aumentou, uma vez que, em 2000, elas ganhavam R\$ 973,00 (novecentos e setenta e três reais) e R\$ 760,00 (setecentos e sessenta reais) respectivamente, e em 2010 passaram a ganhar R\$ 846,00 (oitocentos e quarenta e seis reais) e R\$ 716,00 (setecentos e dezesseis reais). A perda mais significativa foi da Região Norte, apresentando uma diferença de R\$ 127,00 (cento e vinte e sete reais) a menos, enquanto que na Região Nordeste foi de apenas R\$ 44,00 (quarenta e quatro reais).

A Região Norte também apresenta o segundo maior nível de pobreza em comparação com as outras regiões do País; perde apenas para a Região Nordeste. Em comparação dos rendimentos da Região Norte com a Região Sul percebe-se que as mulheres da Região Norte ganham muito menos que as mulheres da Região Sul. Entende-se que essas desigualdades devem ser levadas em consideração ao se pensarem as políticas públicas, dada sua influência para o desenvolvimento regional do norte do País e, portanto, do estado do Tocantins.

3.4 Há desenvolvimento sem igualdade de gênero?

As mulheres vivem em condições desiguais as dos homens e ao serem impedidas de desenvolver suas capacidades, veem-se impossibilitadas de desempenhar seu papel na sociedade, afetando sobremaneira o processo de desenvolvimento de uma nação (DUFLO, 2012). Segundo outro teórico de desenvolvimento, Sen (2010, p.263):

O grande alcance da condição de agente das mulheres é uma das áreas mais negligenciadas nos estudos sobre o desenvolvimento e requer correção urgente. Pode-se dizer que nada atualmente é tão importante na economia política do desenvolvimento quanto um reconhecimento adequado da participação e da liderança política, econômica e social das mulheres.

Conforme apontado na Plataforma Beijing⁸¹, existe uma relação muito próxima entre gênero e pobreza, pois o acesso desigual das mulheres aos recursos econômicos e financeiros impacta negativamente não apenas em seu bem-estar, mas também suas famílias e comunidades, afetando, por consequência, o crescimento econômico e o desenvolvimento em geral. Segue trecho da Declaração de Beijing (1995, p. 2, tradução nossa):

A erradicação da pobreza com base em um crescimento econômico sustentado, o desenvolvimento social, proteção ambiental e justiça social exige a participação da mulher no desenvolvimento econômico e social e da igualdade de oportunidades e participação plena em pés de igualdade entre mulheres e homens como agentes e beneficiários do desenvolvimento sustentável, centrado na pessoa⁸².

O desenvolvimento econômico e social, dessa maneira, depende da promoção da autonomia das mulheres, que só é possível a partir do desenvolvimento humano. A respeito disso, Lisboa e Lusa (2010, p. 873) escrevem:

(...) o paradigma do 'desenvolvimento humano', apoiado em seus princípios de sustentabilidade, equidade, produtividade e empoderamento, teria como objetivo atender as necessidades básicas das pessoas e, para tanto, requer uma cobrança do Estado, em relação às políticas públicas que venham ao encontro das carências e privações das mulheres que, na maioria das situações, são as responsáveis pelo sustento das unidades domésticas.

A equidade de gênero propicia o desenvolvimento da força de trabalho, o que contribui para a melhoria dos resultados do campo econômico, além de, no aspecto social, contribuir para melhoria da renda das mulheres, e, por consequência, ajuda a reduzir a pobreza. Duflo (2012)⁸³ alega que, enquanto o desenvolvimento sozinho pode reduzir a desigualdade entre homens e mulheres, a continuidade da discriminação contra as mulheres pode impedir o desenvolvimento.

Dessa maneira, a busca da redução das taxas de desigualdade entre homens e mulheres não é uma preocupação mundial, principalmente para os países considerados como subdesenvolvidos ou em desenvolvimento como o Brasil. Importantes organizações internacionais e a literatura sobre desenvolvimento defendem que o avanço de uma região e o

⁸¹ A Resolução da Quarta Conferência Mundial sobre a Mulher realizada em Beijing 1995 é dividida em duas partes principais, sendo: Declaração de Beijing e Plataforma de ação de Beijing, anexos 1 e 2, respectivamente.

⁸² La erradicación de la pobreza basada en el crecimiento económico sostenido, el desarrollo social, la protección del medio ambiente y la justicia social exige la participación de la mujer en el desarrollo económico y social e igualdad de oportunidades, y la participación plena y en pie de igualdad de mujeres y hombres en calidad de agentes y de beneficiarios de un desarrollo sostenible centrado en la persona (Anexo I - Declaración de Beijing, tradução nossa).

⁸³ In one direction, development alone can play a major role in driving down inequality between men and women; in the other direction, continuing discrimination against women can, as Sen has forcefully argued, hinder development. Empowerment can, in other words, accelerate development.

progresso das mulheres caminham de mãos dadas, de maneira que, enquanto a desigualdade de gênero não for combatida, o desenvolvimento pleno de uma nação estará seriamente comprometido.

De acordo com Sen (2010, p. 249):

Trabalhar fora de casa se auferir uma renda independente tende a produzir um impacto claro sobre a melhora da posição social da mulher em sua casa e na sociedade. Sua contribuição para a prosperidade da família, nesse caso, é mais visível, e a mulher também ganha mais voz ativa, pois depende menos de outros. Além disso, com frequência o emprego fora de casa tem efeitos "educativos", expondo a mulher ao mundo fora de sua casa, aumentando a eficácia de sua condição de agente. Analogamente, a instrução da mulher reforça sua condição de agente e tende a torná-la mais bem informada e qualificada. A propriedade de bens também pode tornar a mulher mais poderosa nas decisões familiares.

Nesse sentido, Esther Duflo (2012), ao comentar a relação do desenvolvimento com o empoderamento feminino, alega que há uma relação bidirecional entre o desenvolvimento econômico e o empoderamento das mulheres (DUFLO, 2012, p. 1.050). Segundo Sen (2010), o processo de desenvolvimento é condicionado pela melhora da qualidade de vida e a garantia das liberdades individuais de sua população, ao passo que uma sociedade que restringe o usufruto dessas liberdades e despreza a capacidade das mulheres está fadada à estabilização ou ao declínio, pois é fundamental que a economia política desenvolvimentista de um país reconheça o grande alcance da condição de agente das mulheres.

Os autores Inglehart e Welzel (2004) expandiram o conceito de desenvolvimento humano de Sen (2010) ao incluírem cultura, pois esta fornece o elemento essencial entre desenvolvimento e liberdade democrática. A escolha não é apenas uma questão de fatores objetivos como recursos e direitos como disse Sen (2010), ela também envolve os valores das pessoas. De acordo com Inglehart e Welzel (2004), as forças sociais emancipadoras resultantes da ênfase de massa nos valores de autoexpressão parecem desempenhar o papel mais importante na produção da igualdade de gênero. As pessoas podem ter vastos recursos e direitos jurídicos, mas se vivem numa cultura que enfatiza a sobrevivência acima de qualquer outra coisa, a liberdade de escolha não é priorizada.

Assim, quando discorrem Inglehart e Welzel (2004) sobre a influência dos regimes para a redução da desigualdade de gênero, eles apontam que, apesar de as mulheres ainda hoje permanecerem excluídas da política em algumas sociedades, é preciso crer que democracia é um conceito em evolução com tendência para se tornar mais inclusiva e humanística.

Enquanto a sobrevivência parecer incerta, essas aspirações tenderão a ser ofuscadas por preocupações com a sobrevivência. Mas, tendo em vista que as restrições externas à escolha humana desaparecerem, as aspirações humanas universais se tornarão mais evidentes.

Diante do que foi dito, empreende-se que as políticas públicas têm papel fundamental na materialização das condições necessárias para a satisfação das necessidades humanas básicas e para ampliação da liberdade dos cidadãos, e para isso é preciso que haja a garantia de uma renda monetária. Assim, o desenvolvimento socioeconômico promove a ascensão de segurança existencial a qual contribui para o surgimento dos valores de autoexpressão, e o surgimento desses valores transforma a modernização num processo de desenvolvimento humano (INGLEHART E WELZEL, 2004).

Conforme apontado anteriormente, as mulheres continuam a receber salários menores, sofreram e ainda sofrem mais violência e têm seus direitos fundamentais violados com mais frequência que os homens.

Nesse sentido, acredita-se na capacidade de mudança de ações do Estado a partir de políticas públicas, como o Programa Bolsa Família, as quais objetivam a superação da pobreza, mas este deve ser complementado por outras políticas que, depois de minimizadas as preocupações com a sobrevivência, sejam capazes de despertar e promover a promoção de liberdades como um todo para as mulheres.

O Pronatec⁸⁴ e o PMM podem ser considerados como exemplos de iniciativas complementares às políticas de transferência de renda como o Programa Bolsa Família, uma vez que promovem a capacitação para o desempenho de funções mais rentáveis e consequentemente a autonomia das beneficiárias. Diante disso, entende-se que a decisão de se adotar a ideia de complementaridade de políticas públicas (como os programas Bolsa Família e Mulheres Mil) pode ser um fator acelerador da diminuição da desigualdade de gênero no Brasil desde que essas políticas não reforcem os papéis de gênero.

⁸⁴Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego.

4. CAPÍTULO IV – O PROGRAMA MULHERES MIL: UM CAMINHO PARA A PROMOÇÃO DA AUTONOMIA DA MULHER?

Conforme visto ao longo da pesquisa, as mulheres têm mais probabilidade de sentir insegurança pessoal, ameaças de violência e a limitação de recursos para sobrevivência (SEN, 2010; GARCIA, 2012; GUROVITZ, 2003). Em períodos de recessão econômica, por exemplo, as mulheres são as primeiras a ter a carga de trabalho reduzida ou mesmo perder os postos de trabalho (WOODWARD; HALL, 2007; PNUD, 2014). Soma-se a isso a responsabilização do cuidado com os filhos ou outros familiares que, muitas vezes, precisa ser harmonizado à vida profissional e educacional da mulher, aumentando assim sua jornada de trabalho de forma intensa. Todas essas situações representam o cenário desigual no qual as mulheres se encontram hoje no Brasil.

As múltiplas jornadas de trabalho das mulheres são um dos fatores responsáveis pelas condições desiguais entre mulheres e homens no mundo do trabalho (GUROVITZ, 2003). Assim, o presente estudo aborda a desigualdade entre os gêneros no âmbito do trabalho, e busca refletir a respeito do papel do PMM. Outros estudos sobre o Mulheres Mil realizados pelo Brasil (BRAGA, 2011; RIBEIRO, 2013; FRANCO, 2013; ALVES; LITZ; TRENNEPOHL, 2014; TRINDADE; SCHWENGBER, 2013; VIANA; BASTOS, 2013; RIBEIRO, 2015; SANTOS; SILVA, 2012; FREIRE, 2014; LAGOS, 2014) reconhecem-no como uma política pública que visa promover a autonomia pessoal e financeira de mulheres em situação de vulnerabilidade.

Tendo em vista que o objetivo de uma investigação é responder à pergunta de partida (Quivy; Campenhoudt, 2005), retomam-se os questionamentos orientadores desta pesquisa: O Programa Nacional Mulheres Mil pode ser considerado uma política pública de gênero? Ele promove o empoderamento das mulheres? Qual a relação da capacitação de mulheres com a redução das desigualdades de gênero? Qual a relação entre desigualdades de gênero e desenvolvimento? O curso oferecido pelo PMM empodera as mulheres? O curso ofertado para a qualificação de mulheres para o mercado de trabalho foi pensado a partir da perspectiva de gênero? Esses questionamentos serão respondidos neste capítulo.

4.1 O perfil socioeconômico das egressas do curso de Cuidador

Com relação à outros trabalhos acerca do Programa Nacional Mulheres Mil, percebeu-se que o perfil das mulheres tendem a seguir uma certa padronização nacional. São geralmente mulheres casadas ou com companheiros, a maioria absoluta possui filhos, com idades variadas e baixo grau de escolaridade (BRAGA, 2011; RIBEIRO, 2013; FRANCO, 2013; TRINDADE; SCHWENGBER, 2013; RIBEIRO, 2015; SANTOS; MORAES, 2014; FREIRE, 2014).

Estudos demonstraram que a maioria das beneficiárias se dedicam a área de cuidados como: doméstica, diarista ,babá; e alimentação: salgadeira, merendeira, costureira ou artesãs (BRAGA, 2011; RIBEIRO, 2013; FRANCO, 2013; ALVES; LITZ; TRENNEPOHL, 2014; TRINDADE; SCHWENGBER, 2013; VIANA; BASTOS, 2013; RIBEIRO, 2015; PAUL; ALMEIDA; NEVES, 2012; HENTZ; BIAZOTTO, 2014; SANTOS; MORAES, 2014; SANTOS; SILVA, 2012; LAGOS, 2014).

No caso desta pesquisa, o perfil etário das egressas do curso de cuidador foi distribuído da seguinte maneira: uma com idade até 28 anos; oito com idade entre 29 e 39 anos; uma com idade de 40 a 50 anos; e cinco com mais de 60 anos. A respeito do Grau de Escolaridade das quinze entrevistadas destaca-se a seguinte composição: uma participante com nível fundamental incompleto; uma participante com nível fundamental completo; onze participantes com nível médio completo; e duas participantes com nível superior completo.

No que tange ao estado civil, cinco participantes eram casadas ou possuíam união estável; cinco participantes solteiras; quatro divorciadas; e uma é viúva. O fato da maioria das alunas serem casadas e possuírem pelo menos um filho, pode ser visto como motivador delas para trabalhar porque precisam contribuir com o sustento da família.

Todas as mulheres entrevistadas têm filhos, sendo que duas das egressas alegaram ter um filho apenas; quatro mulheres têm dois filhos; seis mulheres têm três filhos; e as outras três mulheres têm mais de três filhos. Quando questionadas se esses filhos eram menores de idade e financeiramente dependentes delas, oito entrevistadas afirmaram que todos os filhos eram dependentes ou que há pelo menos um dependente; e as outras sete disseram não possuir dependentes.

Com relação aos filhos e à incompatibilidade de horário para participação do curso, observou-se que nessa turma, especificamente, havia poucas mães com filhos pequenos. Teve casos de mulheres que, apesar de terem filhos, não moram com eles, conforme relato da Egressa 8: “Eles não moram aqui, eles moram em Macapá e eu moro aqui com a minha irmã”.

No caso das mulheres que tinham crianças que moravam aqui com elas, a participação dessas mães foi favorecida pelos horários e pelos dias em que o curso foi disponibilizado. Identificou-se que as crianças iam para a escola ou creche, e, quando necessário, ficavam na casa de outro familiar, como pai ou avó, conforme relatos:

Eu fazia o curso dia de sábado e domingo à tarde, aí eu deixava com o pai deles e ia (Egressa 9)⁸⁵.

O meu é grande já, o meu tem 12 anos, ele vai pra escola. Então, [ele] não me atrapalha muito (Egressa 5)⁸⁶.

Eles estudam todos de manhã aqui no Vinicius de Moraes, e meu mais velho no IFTO também. Ele fica o dia todo lá então, eu ficava tranquila (Egressa 13)⁸⁷.

A respeito da renda familiar⁸⁸, seis mulheres disseram receber até um salário mínimo⁸⁹. Uma mulher alegou receber de um a dois salários; cinco mulheres recebem de dois a três salários; uma mulher recebe de três a quatro salários; de maneira que somente duas entre as entrevistadas recebem mais de quatro salários mínimos. A partir das entrevistas, foi possível notar que as beneficiárias são em sua maioria são mulheres buscam qualificação com a expectativa de melhorar sua condição de vida.

Nesse sentido, pesquisas realizadas em outras localidades como Luziânia-DF, Valença-BA, Santa Rosa-RS, São Borja-RS, Morada Nova-CE e Palmas-PR chegaram a mesma conclusão (RIBEIRO, 2013; FRANCO, 2013; ALVES; LITZ; TRENNEPOHL, 2014; TRINDADE; SCHWENGBER, 2013; VIANA; BASTOS, 2013; LAGOS, 2014).

Quando questionadas a respeito do recebimento de benefícios do governo, das quinze mulheres entrevistadas, doze afirmaram não receber nenhum tipo de benefício, logo, apenas

⁸⁵ Egressa 9. Entrevista realizada no dia 14 de setembro de 2015, na residência da entrevistada.

⁸⁶ Egressa 5. Entrevista realizada no dia 12 de setembro de 2015, na residência da entrevistada.

⁸⁷ Egressa 13. Entrevista realizada no dia 15 de setembro de 2015, na residência da entrevistada.

⁸⁸ Compreende-se como renda familiar a soma total da renda bruta, no mês, de todos aqueles que compõem a família, levando em consideração benefícios do governo.

⁸⁹ Tem-se como referência o salário mínimo, no valor de R\$ 788,00 (setecentos e oitenta e oito reais), vigente desde 1º/1/2015.

três recebem benefício do governo. Das três mulheres que recebem benefício, duas participam do Bolsa Família e uma recebe BPC⁹⁰.

Quando questionadas a respeito de quem é o principal responsável pelo sustento da família, seis mulheres disseram ser elas as principais responsáveis pela renda familiar; cinco afirmaram ser o companheiro o responsável pela renda; e dentre as outras quatro entrevistadas, duas dividem de forma equivalente as despesas de casa com os demais parentes e duas consideram outro familiar como responsável.

4.2 Cuidadora por “vocação” ou por profissão?

Durante a realização das entrevistas, identificou-se que nenhuma das egressas desempenha a função de Cuidadora de Idoso e este fato chamou a atenção, haja vista que a busca de qualificação tem como um dos objetivos a inserção profissional na área em questão. A partir dessa constatação, levantaram-se as seguintes questões: Por que isso aconteceu? O curso não lhes possibilitou inserção nessa área de trabalho? Ou elas fizeram o curso com outro objetivo que não o profissional? Para responder a essas perguntas, optou-se por apresentar os dados coletados nas entrevistas de forma quantitativa e qualitativa.

Quando questionadas se exerciam alguma atividade remunerada antes de participar do curso Cuidador de Idoso, verificou-se que dez mulheres disseram já ter trabalhado de forma remunerada, e cinco afirmaram nunca ter trabalhado de forma remunerada, dedicando-se sempre à esfera doméstica.

Quanto à responsabilização pelos cuidados das crianças e/ou idosos em casa, cinco mulheres disseram não conviver com crianças nem com idosos em casa atualmente. Das dez mulheres restantes, nove reconheceram serem as únicas responsáveis pelos cuidados das crianças e dos idosos familiares; apenas uma afirmou ser ajudada pelo esposo. Ou seja, do grupo de mulheres da turma que moram com criança ou idoso, 90% delas são as únicas encarregadas pelo cuidado desses.

⁹⁰ BPC – Prestação Continuada da Assistência Social. O valor do BPC é de um salário mínimo, pago por mês às pessoas idosas e/ou com deficiência que não podem garantir a sua sobrevivência, por conta própria ou com o apoio da família.

Ao longo da história, os homens construíram uma estrutura de poder extremamente machista; passaram a oprimir a mulher e os filhos de forma que a dominação masculina, perceptível na autoridade familiar e doméstica (MACHADO, 2000; SCOTT, 2012; LOUIS, 2006; SAFFIOTI, 2010; BOURDIEU, 1998; BEAUVOIR, 1967), acabou implicando em uma espécie de divisão sexual do trabalho, na qual a mulher não deveria trabalhar fora para se dedicar exclusivamente a casa e aos filhos. O homem seria o responsável pelo sustento da família. Assim, a ideia de que o trabalho masculino é produtivo e o feminino é reprodutivo tem perdurado nos dias atuais.

A partir das entrevistas, nota-se no cotidiano dessas mulheres, o reflexo da construção social que destina a mulher à esfera privada (BEAUVOIR, 1967), em que as atividades domésticas não são divididas com o companheiro. Como a maior parte do tempo delas é dedicada à tarefa de cuidados, entende-se que essa realidade reforça a desigualdade entre os gêneros porque dificulta e até impede inserção das mulheres no mercado (ZELIZER, 2009).

Quando questionadas a respeito da incumbência pelos afazeres domésticos, treze mulheres disseram serem as únicas responsáveis pelos cuidados de limpeza e organização da casa. E somente duas alegaram receber ajuda do marido ou de outro familiar. Isso significa que 87% das mulheres entrevistadas são as únicas responsáveis pelo cuidado da casa, conforme os relatos: *“Sou eu quem lavo, passo, cozinho, faço tudo”* (Egressa 1)⁹¹.

Dessa forma, foi possível perceber nas falas, nos tons de voz delas, que elas consideram a sua obrigação com os cuidados do lar como natural. Diversos autores explicam a postura das mulheres (MACHADO, 2000; SCOTT, 2012; SAFFIOTI, 2010; BOURDIEU, 1998) a partir dos papéis de gênero que lhes foram atribuídos ao longo da vida. Ou seja, com o passar do tempo, como o homem não assumia as tarefas domésticas para que a companheira pudesse sair e desenvolver outras atividades, a mulher passou e ainda passa a se sentir responsável pelas atividades domésticas. E isso não acontece em um curto espaço de tempo, na verdade, Beauvoir (1967) explicou que o senso de responsabilidade é passado de mãe para filha por inúmeras gerações, fazendo com que a mulher desde muito jovem internalize isso e deixe de questionar o motivo de apenas ela ter de fazer as tarefas relativas aos cuidados. É o que se pode chamar de naturalização da divisão sexual do trabalho especificamente do trabalho doméstico (BEAUVOIR, 1967).

⁹¹ Egressa 1. Entrevista realizada no dia 11 de setembro de 2015, na residência da entrevistada.

A respeito do exercício do trabalho remunerado, nem todas participantes trabalhavam durante o curso, seis mulheres responderam que sim; e nove que não. Dentre as seis mulheres que estão no mercado de trabalho, três não possuem vínculo empregatício e se autodenominam como autônomas, exercendo funções como de diarista, cabeleireira e costureira. Das outras três mulheres que estão trabalhando, duas são assalariadas com carteira assinada e uma é funcionária pública.

Pode-se perceber, pelas funções que essas mulheres desempenham no mercado de trabalho que nenhuma delas se vincula à esfera dos cuidados, ao menos não profissionalmente, porque, segundo dados já apresentados, todas, de alguma maneira, exercem a função de cuidadoras do lar sem receberem por isso. Nota-se que, apesar do avanço do movimento de mulheres, a percepção da sociedade sobre o trabalho doméstico não se alterou na vida dessas mulheres, continua sendo o tipo mais comum de trabalho não pago e socialmente pouco reconhecido.

Das nove mulheres que não estão no mercado de trabalho, uma alegou estar à procura mas que não tem encontrado emprego. Uma alegou ser aposentada, sem pretensão de retornar ao mercado de trabalho. Duas mulheres, já com mais de 60 anos, disseram não estar com condições físicas de saúde para trabalhar no momento. Duas disseram que não trabalham porque têm de cuidar dos filhos. Duas disseram que não trabalham fora porque o esposo e/ou os filhos mais velhos não deixam, e alegam que se eles provêem o sustento, não precisam trabalhar. E uma disse que quer trabalhar, mas não na área de cuidados porque acredita que ainda se paga muito pouco para a função de cuidadora.

A divisão sexual do trabalho é apenas uma das dimensões da desigualdade entre os gêneros (GUROVITZ, 2003) e influencia diretamente no acesso às oportunidades pelas mulheres na área do mercado de trabalho. Mesmo com o aumento, sem precedentes, da participação das mulheres na força de trabalho, elas ainda ocupam postos de trabalhos precários, jornadas parciais e informais com baixa remuneração ou continuam limitando maior parte de sua força de trabalho ao âmbito doméstico (FILIPPE, 2010; TOLEDO, 2014; RIBEIRO, 2013).

Sobre a responsabilidade da administração da renda familiar, dez mulheres afirmaram ser as únicas responsáveis pela administração da renda (ZELIZER, 2003; CARLOTO, 2004), de maneira que, dentre as outras cinco, duas declararam ser de única exclusividade do marido

e três disseram que a responsabilidade é compartilhada entre elas e outros familiares. Nesse contexto, o curso também não foi capaz de modificar essa ideia de responsabilização pela administração da renda.

Sou eu quem fica aí, acompanhado os comerciais na tevê, faço a pesquisa dos preços pra só depois eu ir comprar(Egressa 1)⁹².

Sou eu, porque se eu for deixar na mão dele minha filha o dinheiro vai todo embora em lanche, pizza, sanduíche, essas coisas (Egressa 2)⁹³.

O número de domicílios nos quais a mulher tem papel fundamental na manutenção econômica cresce com ou sem a presença do marido/companheiro, por outro lado, ela ainda é, a responsável pela esfera doméstica (ZELIZER, 2003; CARLOTO, 2004). Apesar de elas não serem a maioria responsável pelo sustento da família, a quantidade de mulheres que afirmaram serem as únicas administradoras dessa renda corresponde a 67% das entrevistadas.

Quanto à administração da renda no âmbito doméstico, Carloto e Mariano (2009) escrevem:

As mulheres, na sua grande maioria, realmente utilizam o benefício para melhoria das condições de vida da família, em particular das crianças, nos quesitos alimentação, vestuário, compra de material escolar, mobiliário para a casa e material de construção para melhoria das condições físicas da casa.

Assim, as mulheres gerenciam melhor esses recursos porque geralmente escolhem aplicá-los de uma forma que toda a família possa ser beneficiada. Os trechos das falas das egressas 1 e 2 acima mostram que o planejamento do orçamento doméstico feito por mulheres tende a priorizar qualidade na alimentação, educação das crianças e saúde dos familiares.

A respeito da possibilidade de aumento da renda da família após a finalização do curso Cuidador de Idoso (que corresponde a um período de um ano e quatro meses), onze mulheres disseram não ter havido aumento. Dentre as quatro restantes, três egressas disseram que o aumento da renda não tem relação com a capacitação delas enquanto cuidadoras, de forma que apenas uma confirmou que o curso fez com que sua renda aumentasse porque antes estava desempregada, e, após a finalização deste, ter conseguido um emprego como cuidadora de um idoso.

⁹² Egressa 1 (entrevista citada).

⁹³ Egressa 2. Entrevista realizada no dia 11 de setembro de 2015, na residência da entrevistada.

4.2.1 A profissão de cuidadora

São vários os motivos pessoais que justificam o não exercício da profissão por parte das entrevistadas. Das quinze egressas entrevistadas, apenas uma relatou ter trabalhado na área, apesar de estar atualmente afastada do exercício da profissão por motivo de saúde:

“Eu trabalhava como cuidadora de idoso e ganhava R\$ 1.800,00. Cuidava de um idoso acamado, mas depois minha saúde piorou e eu tive que pedir demissão. É uma dor que sinto no joelho, vou ter que operar” (Egressa 1)⁹⁴.

Segundo dados⁹⁵ do Datacasa (Gerência de Levantamentos Estatísticos do Instituto Datafolha), publicados no DataFolha (Instituto de Pesquisa pertencente ao Grupo Folha) em janeiro de 2015, o salário de um profissional cuidador de idoso pode variar em média de R\$ 1.000,00 (mil reais) a R\$ 3.000,00 (três mil reais), ganhando mais que os profissionais da área de reforma e manutenção, que recebem no mínimo R\$ 70,00 (setenta reais) e máximo de R\$ 400,00 (quatrocentos reais).

Outra pesquisa⁹⁶ mais recente realizada pelo Datafolha em julho de 2015, aponta que o serviço de cuidador de idoso teve aumento de 7,6% para empregados que dormem no emprego, e de 9,2% para os que não dormem. O comparativo levou em consideração os valores médios praticados em julho de 2014. Os valores médios para a função de cuidador de idoso, em julho de 2015, foram de R\$ 2.212,00 (dois mil duzentos e doze reais) para os profissionais que dormem no emprego, e de R\$ 1.684,00 (mil seiscentos e oitenta e quatro reais) para os que não dormem. No mesmo período do ano passado, eram R\$ 2.056,00 (dois mil e cinquenta e seis reais) e R\$ 1.542,00 (mil quinhentos e quarenta e dois reais), respectivamente. Ou seja, identificou-se uma variação de 169% entre a maior (R\$ 3.500,00) e a menor remuneração (R\$ 1.300,00) entre os cuidadores que dormem no emprego, e de 150% entre o maior (R\$ 2.500,00) e o menor valor (R\$ 1.000,00) para os que não dormem no emprego.

⁹⁴ Egressa 1 (entrevista citada).

⁹⁵ Pesquisa de Preço sobre serviços. Disponível em: <<http://datafolha.folha.uol.com.br/precos/2015/01/1577597-edicao-de-janeiro-de-2015.shtml>>. Acesso em 27 out. 2015.

⁹⁶ Pesquisa de Preço sobre o serviço de Cuidador. Disponível em: <<http://tools.folha.com.br/print?site=datafolha&url=http://datafolha.folha.uol.com.br/precos/2015/07/1661775-servico-de-cuidador-de-idoso-tem-alta-de-ate-92-em-um-ano.shtml>>. Acesso em 2 nov. 2015.

Interessante mencionar que, nesse aspecto, apenas uma egressa alegou não estar trabalhando na área de cuidados porque considera que os valores pagos não correspondem à responsabilidade de função de cuidadora. Não cabe a essa pesquisa questionar ou avaliar a implementação do programa, mas a respeito do fato das mulheres não terem obtido emprego na área, acredita-se que se tivesse havido um melhor diálogo e parceria da instituição com o mundo do trabalho, como previa a metodologia inicial do Programa (BRASIL, 2011), talvez a inserção dessas mulheres tivesse sido mais significativa. Conforme nota-se também em outros estudos (RIBEIRO, 2013; FRANCO, 2013; ALVES; LITZ.; TRENNEPOHL, 2014; LAGOS, 2014).

Quando questionadas a respeito da influência do curso para sua melhoria enquanto profissionais, muitas egressas reconheceram a mudança de opinião no que tange à necessidade de qualificação de mão de obra para aquelas que desejam trabalhar na área:

Olha, as pessoas pensam que é só ir lá, dar banho e dar comida... Mas não é. É uma pessoa que precisa de companhia e também têm todas as técnicas, os cuidados específicos que a gente tem que saber: como arrumar uma cama pra um idoso, primeiro socorros [e etc.] (Egressa 1)⁹⁷.

Algumas coisas que eu não entendia muito bem. Assim, em termos de alimentação, dos chás, que eu achava que todos podiam, mas tem alguns que não pode. Então eu aprendi bastante (Egressa 10)⁹⁸.

Ah, a gente aprende muito a lidar com idoso, ter um conhecimento sobre a vida dele entendeu? Nossa aprende muito (Egressa 15)⁹⁹.

Mudou né, em termos de idoso mesmo (...) nós fizemos uma visita lá no João XXIII e a situação que a gente viu né que eles vivem lá numa situação bem precária mesmo. A gente passa a enxergar de outra forma né? Tem umas pessoas que acham "ah, é um idoso, porque é idoso anda pelas próprias pernas né?" Mas tem que ter responsabilidade, não é bem assim (Egressa 14)¹⁰⁰.

Quando questionadas se o curso seria uma porta de entrada para o mercado de trabalho, apenas uma disse que o curso não ajuda, contra quatorze que consideram, sim, o curso como instrumento de inserção de mulheres no mercado. Os relatos, de maneira geral, demonstram o reconhecimento da boa qualidade do curso.

Porque na verdade dá conhecimento né? E se você tem conhecimento você se torna capaz de exercer a atividade. Eu acredito muito que tem muita gente que participa

⁹⁷ Egressa 1 (entrevista citada).

⁹⁸ Egressa 10. Entrevista realizada no dia 14 de setembro de 2015, na residência da entrevistada.

⁹⁹ Egressa 15. Entrevista realizada no dia 16 de setembro de 2015, na residência da entrevistada.

¹⁰⁰ Egressa 14. Entrevista realizada no dia 15 de setembro de 2015, na residência da entrevistada.

só por participar, mas quem leva a sério realmente adquire o conhecimento... (Egressa 4)¹⁰¹.

Dependendo do interesse da pessoa, sim. Porque através do curso a pessoa aprende muita coisa e também tem muito esclarecimento. (...)Teve gente que conseguiu serviço depois que a gente fez (Egressa 7)¹⁰².

Ajuda... Qualifica direitinho. Se gostar principalmente porque olhe eu vou lhe contar, é velho cuidando de velho porque o mundo não é de velho? (Egressa 12)¹⁰³.

Esse reconhecimento por parte das alunas foi apontado em vários estudos realizados sobre o Programa Nacional Mulheres mil (BRAGA, 2011; FRANCO, 2013; ALVES; LITZ; TRENNEPOHL, 2014; HENTZ; BIAZOTTO, 2014; LAGOS, 2014). No estudo sobre a experiência do PMM em Luziânia-DF, Ribeiro (2013) afirmou que “foi possível observar que a maioria das entrevistadas demonstrou estar satisfeita de ter participado do Programa Mulheres Mil” (RIBEIRO, 2013; p.76). No *Campus* de Vilhena no estado de Rondônia, Santos e Moraes (2014) ressaltaram “as cursistas declararam que a linguagem e a metodologia da formação foi clara e de fácil compreensão, que a qualidade das aulas foram excelentes, não tiveram dificuldades na formação” (SANTOS; MORAES, 2012; p.6).

O curso ajuda muito. Inclusive eu já tive oferta de emprego, eu não fui porque eu não podia mesmo no momento, [tinha bebê recém-nascido] mas assim, eu nem fui atrás e eles me ligaram (Egressa 10)¹⁰⁴.

Ajuda... É tanto que quando eu fiz o curso eu já recebi várias propostas pra trabalhar, mais como eu estou fazendo o outro [curso] e estagiando, e cuidando de casa, [não aceitei] (Egressa 13)¹⁰⁵.

As mulheres têm consciência da necessidade de mão de obra desses profissionais, ou seja, na maioria dos casos, com exceção da fala da Egressa 10, foram elas que optaram por não trabalhar na área.

No caso da fala da Egressa 10 (da mulher com o bebê), apreende-se que mesmo que ela estivesse disposta a trabalhar fora de casa, não teria apoio estrutural para aceitar as ofertas que se lhe fizeram devido a insuficiência de políticas complementares (SOARES, 2004; SILVEIRA; GODINHO, 2004). Esse relato em especial aponta que a maternidade ainda nos dias atuais, acaba sendo um fator limitador para autonomia das mulheres. Ademais, sob a perspectiva do desenvolvimento, quando escolas e creches não são disponibilizadas, as

¹⁰¹ Egressa 4. Entrevista realizada no dia 11 de setembro de 2015, na residência da entrevistada.

¹⁰² Egressa 7. Entrevista realizada no dia 12 de setembro de 2015, na residência da entrevistada.

¹⁰³ Egressa 12. Entrevista realizada no dia 15 de setembro de 2015, na residência da entrevistada.

¹⁰⁴ Egressa 10 (entrevista citada).

¹⁰⁵ Egressa 13 (entrevista citada).

mulheres se veem obrigadas a abrir mão do seu crescimento profissional para cuidar dos filhos, e, com isso, o País deixa de aproveitar o potencial feminino, desperdiçando mão de obra qualificada (LISBOA; LUSA, 2010; SEN, 2010; DUFLO, 2012).

4.2.2 As circunstâncias que motivaram a participação no curso

Algumas mulheres reconheceram ter feito o curso apenas para **se ocupar**, já que estavam à disposição no momento em que as inscrições foram abertas. Como ter qualificação pode ser considerado como fator determinante para a melhoria da qualidade de vida dos indivíduos uma vez que o aumento da renda está diretamente relacionado ao acesso para o mercado de trabalho, falas expressam a preocupação implícita da necessidade de se conseguir um trabalho ou melhorar sua renda:

Resolvi fazer o curso porque eu não tava tendo nada, e eu queria fazer um curso, aí apareceu esse. Então, foi para não ficar parada (Egressa 8)¹⁰⁶.

Na época porque eu tava sem fazer nada, aí uma colega minha me chamou pra fazer aí eu fui (...)(Egressa 15)¹⁰⁷.

Nesse contexto, seria inadequado afirmar que o curso não alcançou bons resultados porque nenhuma das entrevistadas está trabalhando na área neste momento. Mais uma vez observa-se que o curso não foi capaz de promover a autonomia financeira das mulheres após a conclusão do curso (RIBEIRO, 2013; LAGOS, 2014). A pesquisa realizada por Ribeiro (2015) aponta que 60% (sessenta por cento) das egressas da Turma Trabalhador Doméstico afirmaram continuar com a mesma renda de antes de fazer o curso. E no caso das mulheres que obtiveram aumento de renda, 50% disseram que o aumento não tem relação com a capacitação recebida no projeto. (RIBEIRO, 2015).

Quando questionadas sobre a ausência de relação do trabalho que desenvolvem atualmente com o curso, outras alegaram ter feito o curso por sentirem **necessidade de aprender a lidar com idosos**, na maioria dos casos para cuidar dos familiares idosos, principalmente os pais. As mulheres se sentem responsáveis pelo cuidado com os idosos, de

¹⁰⁶ Egressa 8. Entrevista realizada no dia 12 de setembro de 2015, na residência da entrevistada.

¹⁰⁷ Egressa 15 (entrevista citada).

maneira que não há reflexão alguma sobre a necessidade de divisão das responsabilidades com outros familiares.

A aprendizagem, maior [motivação] para não ficar quieta, [para] mexer com os neurônios (...) [porque] a sabedoria ninguém tira de você. Bens materiais tiram. A sabedoria que você vai adquirir não (Egressa 3)¹⁰⁸.

Porque a gente adquire conhecimento né? Todo curso que a gente faz a gente adquire conhecimento. Foi mais uma experiência nova, por mais que eu não esteja na área como você está vendo aí eu trabalho entendeu, querendo ou não a gente aplica (Egressa 15)¹⁰⁹.

Ah, foi mais curiosidade mesmo, para aprender mais alguma coisa né (...) e tem meu pai, tem minha mãe né? que já estão com uma certa idade aí (Egressa 11)¹¹⁰.

Os relatos descritos apontam o desejo de adquirir conhecimentos como uma expectativa sobre o curso, revelando a falta de oportunidades e de acesso ao conhecimento em que se encontram. Essa situação foi relatada também por outros estudos sobre o Mulheres Mil (BRAGA, 2011; RIBEIRO, 2013; ALVES; LITZ; TRENNEPOHL, 2014; TRINDADE; SCHWENGBER, 2013; RIBEIRO, 2015). A maioria das mulheres beneficiárias do Programa estava afastada da escola há muito tempo; outras, nunca a tinham frequentado.

A forma de poder cuidar melhor dos meus pais pra não ver meus pais no asilo como eu vi outros idosos. Foi isso que me levou a fazer o curso, porque vai chegar um tempo em que meus pais vão precisar de alguém né? Então nesse tempo que seja eu né? (Egressa 6)¹¹¹.

Ah, eu achei importante pra mim porque pra quem tem família igual eu, tem minha mãe, meus parentes, meus irmãos, meus avós. Então foi mais para mim, [para eu] cuidar dos idosos e das crianças também (Egressa 9)¹¹².

Eu cuidei da minha mãe. Eu passei um ano cuidando da minha mãe logo que eu terminei [o curso] eu fui cuidar da minha mãe. Ela adoeceu de Alzheimer, aí eu fiquei lá um ano (Egressa 12)¹¹³.

Mais assim, foi pela minha mãe. Mãe já está com setenta e poucos anos e minha mãe mora longe no Pará. Mas se tiver que ir cuidar né tem que [eu] tomar frente (Egressa 14)¹¹⁴.

¹⁰⁸ Egressa 3. Entrevista realizada no dia 11 de setembro de 2015, na residência da entrevistada.

¹⁰⁹ Egressa 15 (entrevista citada).

¹¹⁰ Egressa 11. Entrevista realizada no dia 15 de setembro de 2015, na residência da entrevistada.

¹¹¹ Egressa 6. Entrevista realizada no dia 12 de setembro de 2015, na residência da entrevistada.

¹¹² Egressa 9 (entrevista citada).

¹¹³ Egressa 12 (entrevista citada).

¹¹⁴ Egressa 14 (entrevista citada).

A preocupação com a **responsabilidade com o cuidado dos próprios pais** foi bastante evidenciada, deixando transparecer como as mulheres assumem a postura de cuidadora, de maneira que, mesmo havendo outros familiares que poderiam dividir estas tarefas, são elas que tomam a iniciativa. Isso acontece porque a naturalização da divisão sexual do trabalho acontece ao longo dos anos desde que ela é criança (MACHADO, 2000; SCOTT, 2012; LOUIS, 2006; SAFFIOTI, 2010; BOURDIEU, 1998; BEAUVOIR, 1967; FARIA; NOBRE, 2007; SOARES, 2004).

Outro aspecto evidenciado, principalmente entre as mais velhas, foi a necessidade de fazer o curso para ter confiança de cuidar de si mesma ou de alguém que precise de ajuda, ficando clara também a necessidade delas em se sentirem úteis:

O curso trouxe muito conhecimento e eu como uma pessoa idosa eu achei de extrema valia para o meu caso apesar de que eu não vou exercer a atividade [de] cuidadora, até porque eu já sou velha né, (risos), já estou quase precisando de quem cuida de mim (risos), mas então eu fiz mais pensando em mim mesmo. [Em] adquirir conhecimento pra mim mesmo... (Egressa 4)¹¹⁵.

Se Deus me livre eu precisar, eu sei como cuidar da pessoa porque vai que não pode mexer, [por] ela ter caído (...) e se ela tiver quebrado um osso? [Perfurado] uma veia? Jesus. Dado uma hemorragia interna? Então tudo isso eu sei. (...)Então, eu estudei mais para isso, para mim, e se por um acaso [alguém] precisar eu posso ajudar né? Sei cuidar de pessoas acamadas. [Eu fiz por uma questão] pessoal para ajudar quem precisa. Ajudar o próximo né? (Egressa 3)¹¹⁶.

Ai eu andava muito desanimada com tudo, por conta da minha idade sabe, aquela coisa assim que a gente tá atrapalhando, de ser inútil pra sociedade mesmo. Daí você percebe que não é bem assim, que ainda pode contribuir (Egressa 1)¹¹⁷.

Outras egressas reconheceram ter procurado o curso pela necessidade humana de **sociabilidade**. Muitas dessas mulheres, sem trabalhar fora ou estudar, se viam muitas vezes sozinhas. Então, elas se propuseram a fazer o curso para saírem de casa e estabelecerem novos relacionamentos e amizades:

“Na época eu estava recebendo seguro e pra eu não ficar em casa eu procurei alguma coisa pra fazer, apareceram propostas não me interessei porque era para sair de casa. Eu queria me ocupar, não queria ficar em casa o tempo todo à toa não” (Egressa 5)¹¹⁸.

Pra poder eu sempre está me relacionando, conhecendo gente. Em casa fico muito sozinha. Tenho uma amiga, você deve ir falar com ela, a gente se conhece desde a

¹¹⁵ Egressa 4 (entrevista citada).

¹¹⁶ Egressa 3 (entrevista citada).

¹¹⁷ Egressa 1 (entrevista citada).

¹¹⁸ Egressa 5 (entrevista citada).

UMA¹¹⁹ e procuramos sempre tá fazendo algum curso. Então é bom, aqui em casa só é eu e meu filho, quando ele viaja pra ir ver as filhas em Minas chega a ficar três dias fora, então eu fico só (Egressa 1)¹²⁰.

A pesquisa realizada por Ribeiro (2015) aponta que 95% (noventa e cinco por cento) das egressas da Turma Trabalhador Doméstico afirmaram terem feito amizades e que estavam felizes por terem a oportunidade de trocar experiências. Nesse contexto, a importância de participar das decisões na família e na sociedade é apontada por Sen (2010) como um dos cinco aspectos que ajudam a mulher a empoderar-se. Assim a autoestima e a sociabilidade são características inerentes ao empoderamento pessoal, o que possibilita a emancipação dos indivíduos, com aumento da autonomia e da liberdade.

As privações de liberdade, como a liberdade de escolha, influenciam negativamente o alcance de autonomia das mulheres impedindo, muitas vezes, que elas mesmas enxerguem a existência de outro mundo que não o doméstico. Então, a participação no curso contribuiu também para a saída dessas mulheres do ambiente exclusivamente doméstico.

4.3 As Mudanças provocadas pelo curso na voz das egressas

No intuito de perceber as mudanças provocadas na vida das egressas, foram realizadas entrevistas. Diante das respostas, notou-se que houve confusão por parte das egressas em identificar as mudanças provocadas pelo curso nos aspectos pessoais e profissionais, mas principalmente por terem apresentado, de forma geral, dificuldade de se expressarem sobre possíveis alterações da sua postura enquanto mulher.

A pesquisa realizada por Ribeiro (2015) aponta que 52% (cinquenta e dois por cento) das egressas passaram a se sentir mais confiante após participarem do projeto. Nesse sentido, percebeu-se também ao observar as narrativas das egressas da Turma Cuidador de Idosos, que no aspecto **pessoal** das mulheres foi o mais afetado embora elas não dessem conta disso imediatamente em seus relatos. Os relatos abaixo apontam como o curso fez com que elas repensassem sobre a própria vida:

¹¹⁹ Universidade da Maturidade.

¹²⁰ Egressa 1 (entrevista citada).

Porque a gente se sente mais humana. A gente passa a se colocar no lugar do outro, ensina muito a gente ter mais paciência também (Egressa 1)¹²¹.

Porque a gente convive com gente convive com outras pessoas. Escuta outras histórias de vida, outras realidades, e percebe que a nossa vida não é tão difícil como a gente pensa que é (Egressa 2)¹²².

Comecei a ver diferente o idoso... Os cuidados que agente tem que ter com eles (Egressa 8)¹²³.

Um dia mesmo que eu fui para Porto Nacional, a agente passou uma manhã, eu me disponibilizei a fazer a unha das senhoras gratuitamente só pra ver a alegria delas e aquilo mexeu muito comigo. Eu cheguei em casa e não consegui almoçar de tanta gente. De [lembrar em] tantos filhos que deixaram seus pais em Porto Nacional. Ele tava bem ali em Porto Nacional e fazia dois anos que não tinha voltado, abandonado. Tinha uma que me abraçava e me beijava que se eu pudesse trazer pra casa eu tinha trazido. (Egressa 6)¹²⁴.

A maneira como elas falaram sobre a visita que a turma fez ao asilo, na cidade de Porto Nacional, transparece como o processo de desnaturalização do papel de cuidadora pode ser lento (GUEDES, 2010). Percebeu-se que as mulheres enxergam a contribuição que prestam, como uma simples ajuda e ao desacreditarem da relevância do papel de cuidadora, entende-se que elas também contribuem para a perpetuação da desvalorização social referente às atividades relativas aos cuidados.

Conforme escreveu Ribeiro (2013), na execução do Programa na região de Luziânia foram apresentadas à comunidade duas propostas de cursos: ‘assentador de azulejos’ e ‘auxiliar de cozinha’. E embora na região precise de uma grande demanda por profissionais capacitados na área construção civil, e as mulheres sejam mais requisitadas para desenvolver os trabalhos de acabamento, ainda assim as candidatas preferiram o curso de auxiliar de cozinha.

A mulher é considerada como alguém que sempre está disposta a ajudar, mas é importante ressaltar que o conceito de “ajuda” é complexo dentro dos estudos de gênero, uma vez que, ao longo da história as mulheres têm contribuído intensamente para o desenvolvimento, mas sem obter esse reconhecimento (GUROVITZ, 2003; SOARES, 2010; COSTA, 2010; INGLEHART; WELZEL, 2004; DUFLO, 2012).

Ressalta-se aqui a ausência de reconhecimento e aproveitamento do potencial das mulheres como agentes de mudança por parte do curso cuidador de idosos. A tendência é que

¹²¹ Egressa 1 (entrevista citada).

¹²² Egressa 2 (entrevista citada).

¹²³ Egressa 8 (entrevista citada).

¹²⁴ Egressa 6 (entrevista citada).

as mulheres contribuam independentemente do meio em que estiverem, porque elas internalizaram que diante de situações de vulnerabilidade elas devem se colocar à disposição para ajudar o outro, mesmo diante de suas limitações. Porque entendem que cuidar é uma característica intrínseca de ser mulher. Assim, por terem sido educadas desta forma as mulheres tendem a expandir sua preocupação com os familiares para fora do âmbito doméstico “*Eu passei a ver os idosos com mais carinho sabe, igual, os meus pais que são idosos, passei a prestar mais atenção neles. Vou mais ao abrigo agora lá em Porto ajudar com doações (Egressa 2)*¹²⁵.”

Algumas mulheres revelaram certas mudanças de comportamento após a conclusão do curso. Nesse sentido, a respeito do aspecto pessoal, ressalta-se **o aumento da capacidade de se relacionar**, que pode ser percebido nas narrativas seguintes:

*Eu sempre tive bom relacionamento. Só que da gente conviver com outros tipos de gente numa sala. Assim, aprendemos a ver o mundo de outro jeito e a ter que respeitar a opinião do outro sabe? (Egressa 1)*¹²⁶.

*(...) é que eu estava sempre em casa sozinha... e lá eu fiz amizade né? (Egressa 2)*¹²⁷.

*[O curso] foi muito bom pra mim, pois me ajudou, me esclareceu melhor (...) Eu fui no banco (...um [idoso] que chegou com duas muletas e não conseguiu uma cadeira [para se sentar]. Aí eu falei pro meu esposo “[me] deixa caçar uma cadeira pra ele” Fui lá procurar a senha para ele de preferencial, então, a forma de você interagir é muito grande. Eu tenho uma avó que tem 90 anos meu tio tava assim pressionando ela para não ficar com os netos. Aí eu falei “tio deixa eu falar uma coisa pro senhor, eu conheço da Lei, eu conheço os direitos do Cuidador, [porque] eu fiz um curso, então eu sei o direito do idoso; então é melhor você deixar ela vir senão eu vou acionar a lei”(Egressa 6)*¹²⁸.

Estas falas demonstram que o envolvimento com outras pessoas durante o curso ajudou algumas das mulheres a se expressarem melhor, de falarem o que pensam e de lutarem por direitos, não só delas como de outras pessoas também (BRAGA, 2011; RIBEIRO, 2013; ALVES; LITZ; TRENNEPOHL, 2014; SANTOS; MORAES, 2014). Nesse cenário, a reivindicação espontânea dessas mulheres em favor dos direitos do idoso pode ser interpretada como uma manifestação apesar de embrionária de seu processo de empoderamento.

A possibilidade de trocar experiências umas com as outras representa outro fator que pode ser considerado como impulsionador para autonomia e recuperação da autoestima

¹²⁵ Egressa 2 (entrevista citada).

¹²⁶ Egressa 1 (entrevista citada).

¹²⁷ Egressa 2 (entrevista citada).

¹²⁸ Egressa 6 (entrevista citada).

(Farah, 2004). Várias pesquisas (BRAGA, 2011; RIBEIRO, 2013; ALVES; LITZ; TRENNEPOHL, 2014; SILVA, 2013; TRINDADE; SCHWENGBER, 2013; VIANA; BASTOS, 2013; RIBEIRO, 2015; SANTOS; MORAES, 2014; SANTOS; SILVA, 2012; LAGOS, 2014) apontam que quando elas se encontram e compartilham suas vidas, ampliam a capacidade de se relacionarem, gerando a construção de novos laços, e essa construção possibilita o fortalecimento de autoestima e confiança de maneira que apesar de insuficiente os cursos oferecidos pelo PMM se tornam momentos de reinserção social das mulheres beneficiárias:

É muito bom conhecer pessoas novas, acho que lá da turma eu acho que era a mais tímida. Ficava mais calada, mais ouvia do que falava. Mas muda muito, é muito bom. Hoje quando eu encontro as meninas na rua a gente se fala, então eu fiz umas três amizades assim que ficou. Que eu levei pra fora mesmo (Egressa 12)¹²⁹.

Quando a mulher passa a vivenciar situações diferentes das quais estava acostumada a viver em casa, ela começa a se perceber que pode desenvolver novos laços e se socializar mais. Assim, apesar do Programa Mulheres Mil se tratar de uma política pública de capacitação profissional de curta duração, ela se propõe também a aliar essa qualificação a uma formação que possibilite às mulheres se tornar “sujeitos de sua própria história.” (Brasil, 2011).

Sim, eu era muito assim, calada. Eu nem falava, e aí com as aulas (...) menina olhe, agora eu não tenho mais medo de nada! De nada! Só dos castigos de Jesus, porque o resto eu tiro de letra (Egressa 12)¹³⁰.

Assim, eu era uma pessoa bastante acanhada. Antes eu via uma pessoa de cinquenta, sessenta anos, eu era acanhada para conversar e hoje não. Hoje eu brinco, converso e tudo né. Antes eu era muito fechada. Na sala de aula a mais danada só era eu né pra puxar papo com aquelas senhoras, porque tinha muitas senhoras também né? Daí elas ficavam tudo assim né, tinha uma que dizia "tu é doida?" (Risos) eu começava a puxar brincadeira, aí elas ficavam tudo animada (Egressa 14)¹³¹.

As narrativas ilustram como a participação social pode ajudar as mulheres a desenvolverem confiança em si mesma. Muitas mulheres sofrem, mas não sabem por que sofrem e, por isso, permanecem como estão. Não conseguem atingir a origem do mal-estar que sentem. Nesse sentido, o fato de algumas mulheres terem despertado para a necessidade de se desenvolverem intelectual e/ou profissionalmente, ou ainda de adotarem uma postura mais segura com elas mesmas, motivadas a vivenciar novas experiências demonstra que a

¹²⁹ Egressa 12 (entrevista citada).

¹³⁰ Egressa 12 (entrevista citada).

¹³¹ Egressa 14 (entrevista citada).

oferta do curso foi compensadora nesse sentido, haja vista ter dado condições para que algumas pudessem identificar a situação de isolamento em que se encontravam.

A convivência com outras pessoas em outro contexto que não o doméstico, aliada à aquisição de novos conhecimentos foram capazes de instigar algumas mulheres a repensar seus potenciais (RIBEIRO, 2013; TRINDADE; SCHWENGBER, 2013; RIBEIRO, 2015; SANTOS; MORAES, 2014; LAGOS, 2014). Assim, quando perguntadas se o curso influenciou de alguma maneira como motivador para continuarem os estudos doze mulheres responderam que sim; apenas três disseram que não. Isso significa que 80% das entrevistadas reconheceram o curso como impulsionador educacional, conforme contam:

Ah, com certeza, a gente fica com aquela [de] não querer parar (risos). Eu estava fazendo faculdade na época, aí eu terminei a faculdade agora no primeiro semestre de 2015 (Egressa 5)¹³².

Depois desse curso de Cuidador de idoso eu fiz o de salgadeira, eu fiz o de organizadora de eventos [e outros] (Egressa 6)¹³³.

Agora eu estou fazendo [curso] técnico de enfermagem (Egressa 8)¹³⁴.

Sim, eu quis até mesmo fazer o curso de enfermagem pra ficar atualizada (Egressa 10)¹³⁵.

Depois eu fiz um curso né, de recepcionista e fiz de salgadeira (Egressa 14)¹³⁶.

Devido a curta duração dos cursos oferecidos pelo programa e as turmas contarem com mulheres com diferente faixa etária e nível de escolaridade, torna-se difícil acontecer a elevação da escolaridade durante a realização do curso (RIBEIRO, 2013; SANTOS; MORAES, 2014). Mas apesar disso, ficou claro que o Programa busca despertar nas alunas o desejo de retomar os estudos.

Ao escrever sobre o PMM Turma Trabalhador Doméstico 2013, Ribeiro (2015) afirmou que 52% (cinquenta e dois por cento) das entrevistadas voltaram a estudar. Diferentemente do que foi dito pelas egressas do curso de cuidador de idoso, a pesquisa realizada por Ribeiro (2015) aponta que 61% (sessenta e um por cento) das egressas disseram que o fato de elas terem voltado a estudar não tem relação com o curso feito.

¹³² Egressa 5 (entrevista citada).

¹³³ Egressa 6 (entrevista citada).

¹³⁴ Egressa 8 (entrevista citada).

¹³⁵ Egressa 10 (entrevista citada).

¹³⁶ Egressa 14 (entrevista citada).

Ao deixarem o mundo privado e adentrarem ao público (HIRATA E KERGOAT, 2007; ZELIZER, 2009; SAFFIOTI, 2010), algumas foram capazes de identificar que o tempo dedicado à rotina doméstica pode ser dividido com outras atividades, como a participação em outros cursos ou continuidade dos estudos para aumento da própria escolaridade. Mas sem a possibilidade de refletirem sobre as condições em que vivem durante o curso, o desafio da vinculação a tarefas ligadas a economia dos cuidados ainda persiste.

Apesar de doze mulheres afirmarem ter sentido vontade de continuar a estudar, quando questionadas se de fato tinha retomado os estudos, identificou-se que dez voltaram de fato a estudar; e duas não. Dentre as dez que voltaram a estudar, quando questionadas se atualmente faziam algum curso profissionalizante ou de outro tipo, uma disse que faz preparatório para concurso; duas participam de cursos de extensão ofertados pela UMA¹³⁷-UFT; duas fazem cursos profissionalizantes fornecidos pelo Sistema S¹³⁸; três fazem cursos técnicos de enfermagem; e duas cursam agora nível superior. Vejamos:

É porque eu sempre gostei da área de idosos né, meus pais que estão idosos [também] então eu me interessei muito para ir ver como é que faz para cuidar deles. Tanto é que eu melhorei muito depois que eu fiz o curso né. E também pra completar meu curso técnico de enfermagem né (Egressa 13)¹³⁹.

Eu estou fazendo Recursos Humanos, nível superior (Egressa 15)¹⁴⁰.

Ao se enxergarem diante de uma nova realidade, descobrem a existência de outras possibilidades, de maneira que o curso provocou a promoção da liberdade nessas mulheres, representando a elas um marco de vida. Mulheres que se privavam de si mesmas e que antes viviam sem perspectiva, hoje têm novos ideais, conforme abaixo relatado:

Sei lá, a gente se anima mais. Fica mais [motivado a] melhorar de vida mesmo, e também as amizades que a gente arruma lá entendeu? Com todo mundo é muito bom, os professores e colegas, muito bom (Egressa 13)¹⁴¹.

É preciso mencionar, no entanto, que, apesar de algumas conseguirem compreender a importância da aquisição de conhecimento e participação no âmbito público, outras permaneceram estáticas diante da possibilidade de quebrar, ou ao menos afrouxar as amarras

¹³⁷ Universidade da Maturidade.

¹³⁸ Sistema S é o nome pelo qual ficou convenionado de se chamar ao conjunto de nove instituições de interesse de categorias profissionais, estabelecidas pela Constituição Brasileira, sendo elas: SENAR, SENAC, SESC, SESCOOP, SENAI, SESI, SEST, SENAT e SEBRAE.

¹³⁹ Egressa 13 (entrevista citada).

¹⁴⁰ Egressa 15 (entrevista citada).

¹⁴¹ Egressa 13 (entrevista citada).

que as prendem à esfera doméstica. Esses comportamentos demonstram que essas mulheres ainda se encontram distantes de alcançar o empoderamento.

Quando questionadas se haviam identificado alguma mudança enquanto **mulher**, apenas uma egressa respondeu coerentemente à pergunta que lhe foi feita, conforme trecho: *Ah sim, fiquei mais vaidosa. Faz bem pra gente, para o ego da gente né. Passei a cuidar mais de mim, da minha imagem (Egressa 1)*¹⁴². Diante de um único relato ressalte-se, portanto, que as demais entrevistadas não foram capazes de captar o objetivo da pergunta, permaneceram em silêncio ou mesmo confusas. Deixando claro que o curso também não conseguiu ser um diferencial no que tange aquisição ou aumento da autoestima.

Em um universo de quinze entrevistadas, apenas uma sentiu firmeza em responder a uma pergunta como essa. E pela ausência de respostas, notou-se que ante as suas relações cotidianas essas mulheres estão expostas violência simbólica (BOURDIEU, 2012; MATOS, 2008) que as prejudica, a ponto de perderem a própria identidade. Houve respostas a perguntas referentes a outro contexto, vejamos:

*Enquanto mulher se você quer me perguntar se eu já sou realizada. Eu digo que sou. Realizei graças a Deus, através de Deus, primeiramente, que é só Deus mesmo na minha vida, que graças a Deus todos os meus filhos são formados, criados sem pai, eu fui 'mulher-homem', 'homem-mulher' né? Mulher-macho. Assim, e Deus me tem sustentado é lógico, que eu sou evangélica, dá para perceber e Graças a Deus todos os meus filhos são formados. Então como mulher eu me sinto realizada (Egressa 3)*¹⁴³.

Os trechos das entrevistas acima demonstram que existe diferença de interpretação e de concepção que cada uma das mulheres tem no que tange à realização enquanto mulher. O relato da Egressa 3 demonstra que essa mulher limita sua realização ao seio materno. A sua realização feminina está fundamentada na realização dos filhos, e não na dela, talvez por isso tenha dificuldade de se colocar como agente. Ela ressalta seu orgulho por ter conseguido educar os filhos, apesar das dificuldades enfrentadas. Outra observação importante é que na verdade, o intuito da pergunta feita busca identificar mudanças após o curso, só que esse sentimento de êxito por ter criado os filhos é tamanho que ela não se dá conta disso ao responder a pergunta. O curso que foi recentemente concluído em nada influenciou essa conquista.

¹⁴² Egressa 1 (entrevista citada).

¹⁴³ Egressa 3 (entrevista citada).

Assim, diferentemente da Egressa 1, que apontou melhoria na sua autoestima, a Egressa 2 revelou que se limitou desempenhar o papel de mãe, sacrificando-se por sonhos que não eram dela. Para ela, a vida valeu a pena. Está aí implícito em seu relato que a postura assumida por ela inconscientemente a fez desperdiçar outras conquistas, enquanto profissional, por exemplo. E pode ser justificado porque é uma conduta a qual muitas mulheres exercem sem se questionar o prejuízo que lhes causa.

Houve, também, ausência de respostas. Muitas das entrevistadas demonstraram expressão de surpresa com a pergunta, por isso, permaneceram em silêncio. Nesse contexto, percebe-se que muitas mulheres precisam abrir mão de ser quem são por não conseguirem romper com as condições limitantes que lhes foram impostas. A discrepância de respostas das entrevistadas ocasionou duas conclusões: a primeira, a de que o curso afetou diferentemente a vida de cada uma delas; a segunda, a de que se perdeu a oportunidade de discutir a desigualdade de gênero durante as aulas do curso de Cuidador de Idoso, o que reforça mais uma vez a necessidade de se transversalizar as questões de gênero nas políticas públicas.

De acordo com a descrição da grade curricular apresentada no Capítulo 1, subitem 1.1.3, não houve nenhuma disciplina de gênero ou outra qualquer que objetivasse exclusivamente apresentar o conceito de gênero. Assim, no relato das egressas, não foi possível identificar um entendimento sobre a importância da igualdade entre os gêneros, o que pode ser interpretado como ausência de perspectiva de gênero no curso.

O curso não abordou a desigualdade de gênero de maneira que essas mulheres pudessem refletir sobre o papel que exercem, qualquer discussão nesse sentido poderia ter proporcionado respostas, mesmo que limitadas. Desta feita, o curso não cumpriu a meta estabelecida pelo PNPM (2013-2015) ao destacar que a educação e a capacitação profissional para as mulheres devem ocorrer mediante a inserção da perspectiva de gênero. Argumenta-se que a responsabilização exclusiva das mulheres pelos cuidados e pelas tarefas domésticas poderia ter sido abordada durante as aulas, portanto, considera-se este o aspecto mais deficiente do curso.

A explanação de cada mulher entrevistada permitiu compreender como as percepções sobre o valor das tarefas por elas realizadas ainda são extremamente subjugadas e menosprezadas, não reconhecidas por elas mesmas, tamanha é a internalização e naturalização

do papel de cuidadora. O relato abaixo aponta como esse pertencimento funciona como importante inibidor no desenvolvimento da autonomia.

Assim, eu era muito dependente do marido sabe. Só fazia o que ele queria, não fazia nada pra mim porque foi assim: eu trabalhei só até eu casar, quando eu me casei ele disse "não precisa trabalhar". Aí logo depois veio os filhos. Ai ele dizia "você vai fazer isso com os meninos?" Foi aí que eu me estrepei porque eu fui na onda dele e virei só dona de casa mesmo. Só cuidando de gente. Então o curso foi bom porque eu terminei cuidando de gente, eu só cuido de gente mesmo (Egressa 12)¹⁴⁴.

Este relato exemplifica como muitas mulheres são capazes de se reconhecerem como submissas, mas não conseguem compreender o quanto isso é prejudicial para elas. É uma vida a qual se vive para atender às expectativas alheias e não as de si mesmo. O homem ainda é considerado o responsável pelas decisões num relacionamento hierarquizado, em que o poder do homem sobre a mulher e os filhos reforça a ideia de que lugar de mulher é em casa, cuidando dele e das crianças. Essa forma de pensar não afeta apenas a vida cotidiana da mulher, mas contribui também para a invisibilidade do trabalho feminino no processo de desenvolvimento de uma nação.

Destaca-se a tomada de consciência de que muitas limitações a que hoje elas estão submetidas, em várias áreas da vida, deveu-se por conta das decisões tomadas por elas mesmas. É perceptível a frustração dessas mulheres, de modo que, se pudessem voltar no tempo, construiriam suas vidas de maneira diferente, principalmente no que tange à liberdade para com elas mesmas, já que muitas se aprisionaram inconscientemente de maneira voluntária e abriram mão de sua realização pessoal em função da família.

Assim, pela narração da Egressa 12, observa-se que a preocupação com a realização das tarefas domésticas inibe a autonomia. Como neste caso, muitas vezes a mulher deixa de trabalhar fora de casa para se dedicar à família e a casa. Soma-se a isso a falta de apoio dos companheiros, outro fator que impede a expansão de suas capacidades. Acontece de elas serem questionadas e pressionadas de tal forma por seus companheiros que chegam a sentir culpa por deixarem os cuidados domésticos para se dedicarem à vida profissional (MATOS, 2008; BOURDIEU, 2012).

Em conformidade com os resultados apresentados por outras pesquisas (RIBEIRO, 2013; FRANCO, 2013; ALVES; LITZ; TRENNEPOHL, 2014; RIBEIRO, 2015; SANTOS; SILVA, 2012; FREIRE, 2014), acredita-se que apesar de limitações, o curso contribuiu para o

¹⁴⁴ Egressa 12 (entrevista citada).

aprimoramento das capacidades individuais dessas mulheres, de forma que, mesmo não estando trabalhando na área, estas mulheres saíram preparadas para desempenhar a função a qual foram capacitadas, conforme demonstram também outros estudos.

4.4 Um passo importante diante de uma longa caminhada

Pelos relatos dessas mulheres, foi possível compreender a importância das políticas sociais como instrumentos capazes de proporcionar o desenvolvimento humano, neste caso, o desenvolvimento de mulheres (SEN, 2010; LISBOA; LUSA, 2010; DUFLO, 2012). Assim, o curso Cuidador de Idoso 2014/1, do ponto de vista profissional, qualificou as mulheres para o exercício da função, no entanto, não adotou uma perspectiva de gênero conforme comprovado pelo relato das egressas.

No entanto do ponto de vista da perspectiva de gênero podemos considerar que o curso foi disponibilizado pelo PRONATEC assim como outros cursos do catálogo FIC, mas como o Programa Mulheres Mil restringe a participação de homens, levanta-se aqui a hipótese de que o CRAS definiu que o curso a ser ofertado seria o de Cuidador de Idoso porque as mulheres seriam o público-alvo. Logo, se fosse uma turma cuja participação de homens fosse incentivada, outro curso poderia ter sido—o escolhido pelo CRAS já que o que foi construído culturalmente ao longo do tempo é que as mulheres seriam as responsáveis pelos cuidados. E neste caso, o IFTO/Palmas não teve responsabilidade de definir o curso essa função ficou a cargo do CRAS.

Ao analisar a relação estabelecida entre o público e o privado (HIRATA E KERGOAT, 2007) o produtivo e o improdutivo, e a centralização da mulher diante do trabalho doméstico, chegou-se à conclusão a partir das reflexões sobre o curso Cuidador de Idoso que o Programa Nacional Mulheres Mil ainda não pode ser considerado uma política pública de gênero, por dois motivos básicos: i) o Programa, apesar de ser voltado para as mulheres, não é transversal, ou seja, não foi pensado a partir da perspectiva de gênero; ii) apesar de o Programa promover melhorias na vida de suas beneficiárias é possível inferir, com base nos dados coletados, que o curso por si só não oferece empoderamento para as mulheres, uma vez que outras variáveis atuam conjuntamente para que este possa ser

materializado. Elas chegam a representar o início do processo de empoderamento delas, mas, mesmo assim, este não é capaz de, sozinho, fornecer todas as condições necessárias para empoderá-las.

Conforme explicado pelos teóricos de gênero e desenvolvimento no capítulo 3, o empoderamento pleno da mulher é um processo que presume vários aspectos, como autonomia pessoal, autonomia do corpo e da sexualidade e participação das decisões na família e na sociedade. Ou seja, está além da inclusão econômica e do aperfeiçoamento educacional.

Destaca-se, todavia, que, apesar de a capacitação de mulheres se mostrar insuficiente, ela está estritamente vinculada à promoção do empoderamento, de maneira que a criação e implementação de políticas públicas complementares às políticas de distribuição de renda é imprescindível para com a redução das desigualdades de gênero, que, por sua vez, é condição obrigatória para o alcance do desenvolvimento. As narrativas de experiências vividas pelas mulheres demonstram como existem diversos fatores a serem considerados para o empoderamento delas, de maneira que a autonomia financeira é apenas um deles.

O curso Cuidador de Idoso funcionou como dispositivo que auxiliou as mulheres participantes a refletirem sobre suas condições de vida e a se questionarem sobre a existência da saída do cativeiro em que se encontravam. O curso influenciou principalmente a autoestima delas, mesmo não tendo a percepção direta disso, pois pela integração social dessas mulheres, mesmo que movidas por interesses diversos, foi possível perceber a socialização como fundamental para o desenvolvimento delas enquanto ser humano.

Ao observar a situação dessas mulheres exercendo papéis de gênero (HIRATA E KERGOAT, 2007), verificou-se também que os cursos ofertados para as mulheres, como acontece com o curso Cuidador de Idoso, não são capazes de reverter a postura de subalternidade delas, de maneira que muitas ainda sofrem com a opressão exercida por seus companheiros. Diante desse cenário, ressalta-se que a ausência da discussão sobre a divisão sexual do trabalho na emenda do curso propicia o não reconhecimento da importância por parte dessas mulheres das tarefas que elas realizam no âmbito doméstico.

Como em outros estudos, o conteúdo das entrevistas revelou serem evidentes os sentimentos de satisfação no que tange ao aspecto pessoal (BRAGA, 2011; RIBEIRO, 2013;

FRANCO, 2013; ALVES; LITZ; TRENNEPOHL, 2014; RIBEIRO, 2015; PAUL; ALMEIDA; NEVES, 2012; SANTOS; MORAES, 2014) apesar de muitas ainda serem incapazes de notar a importância da sua participação e contribuição na construção da família.

Conforme dito anteriormente, dentre todas as entrevistadas, 6 mulheres estão trabalhando, porém em áreas que não se vinculam diretamente aos cuidados; 9 não estão no mercado de trabalho. Logo, respondendo aos questionamentos que guiaram a construção deste capítulo, conclui-se que o fato de atualmente nenhuma mulher estar trabalhando como cuidadora de idosos não pode ser atribuído às limitações do curso em si.

A falta de absorção dessas egressas pelo mercado não pode ser justificada pela má qualificação ou ausência de necessidade de mão de obra qualificada como cuidador. Importante ressaltar que, nas narrativas, elas deixaram claro sentir segurança em desempenhar a função; de maneira geral, elogiaram o curso. Identificou-se também que, mesmo sem elas procurarem vaga de emprego como cuidadoras, os interessados contataram-nas, mas as próprias egressas não aceitaram as ofertas.

Nesse sentido, diante dos relatos, foi possível perceber terem sido várias as razões para a recusa dessas admissões. Cada mulher apresentou motivos específicos para não exercer a profissão. As mulheres aposentadas, por exemplo, deixaram transparecer nas falas que a motivação para fazer o curso não foi profissional, por não pretenderem trabalhar mais, seja pela idade não empregável ou por motivo de saúde. Principalmente nas falas das mais velhas, notou-se que elas estabeleceram para si mesmas a necessidade de se capacitarem na área para se cuidarem.

Outras egressas, apesar de estarem com idade para exercer atividade profissional, reconheceram que não trabalham porque têm de cuidar dos filhos ou porque o esposo e/ou os filhos mais velhos com quem convivem não a deixam trabalhar. Algumas chegaram a alegar que não veem a necessidade de trabalhar porque eles proveem o sustento.

Compreendeu-se diante dessas afirmações que muitas mulheres ainda estão submetidas à relacionamentos que apresentam indícios de uma estrutura de poder extremamente machista (SAFFIOTI, 2010). E por isso o debate das questões de gênero é tão importante. As questões de gênero estão estritamente ligadas ao caráter relacional entre

homem e mulher, no qual as relações hierarquizadas influenciam negativamente na vida das mulheres.

Teve um caso em que a mulher se viu obrigada a recusar a oferta de trabalho por não ter com quem ou onde deixar sua filha recém-nascida. Logo, foi possível perceber como as mulheres ainda sofrem devido à insuficiência de políticas públicas mais abrangentes e eficazes que possibilitem a inserção das mulheres no mercado de trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa refletiu sobre a importância da redução da desigualdade de gênero para o desenvolvimento de um país e o enfoque dado pelo governo federal às questões de gênero no que tange as políticas públicas para as mulheres. A partir da análise da turma do Curso Cuidador de Idoso 2014/1 oferecido pelo Programa Nacional Mulheres Mil-PMM, no Instituto Federal Tecnológico do Tocantins, *Campus* Palmas discutiu-se sobre as assimetrias de gênero existentes na qualificação para o mercado de trabalho.

As desigualdades de gênero são fruto de construções sociais que historicamente restringem a atuação da mulher ao âmbito doméstico, impondo a elas a responsabilidade pelas tarefas de cuidados. Assim, ao longo da realização da pesquisa, foi possível constatar que pouca coisa mudou nas relações conjugais dessas egressas, porque elas vivenciam ainda muito fortemente a hierarquização masculina no âmbito doméstico. Aferiu-se ainda que o curso não ofereceu possibilidades de reflexão sobre o lugar das mulheres na sociedade.

Para entendimento da investigação identificou-se que o objetivo geral do curso era viabilizar o ingresso e a permanência da população feminina de Palmas a qual estivesse em situação de vulnerabilidade social nas instituições de educação profissional, visando à sua inclusão educativa e sua promoção social e econômica.

A escolha do tipo de curso oferecido em cada localidade pelo PMM não tem a participação das mulheres, geralmente são os órgãos parceiros que definem o curso mediante a tabela de curso disponível pelo catálogo FIC, o que em parte poderia explicar a escolha da oferta do curso Cuidador de Idoso em Palmas. O curso pode ser enquadrado como um curso “tipicamente feminino” em razão da atividade de cuidados ter sido historicamente construída como uma atividade exclusiva das mulheres que na maioria da vezes não recebiam remuneração.

A profissão de cuidadora trata-se, portanto de uma atividade desvalorizada a qual sempre esteve associada às mulheres. Os homens tendem a participar de cursos mais tecnológicos por proporcionarem mais prestígio e melhor remuneração, enquanto que as mulheres continuam concentradas em cursos das áreas de humanas e sociais. Esse direcionamento, conforme já foi mencionado, tem origem na infância quando as meninas vão

sendo afastadas das áreas de exatas e tecnológicas e direcionadas para a área de humanas. Desde cedo as mulheres sofrem limitação das futuras escolhas profissionais e têm sua autoconfiança abalada.

Capacitar mulheres para que alcancem o empoderamento e sejam capazes de desenvolver suas capacidades é fundamental e trata-se de um objetivo presente nas diretrizes do Programa Nacional Mulheres Mil-PMM. Assim, o Programa poderia ser considerado uma alternativa eficiente para se combater as desigualdades de gênero no Brasil se o mesmo possibilitasse as mulheres desenvolver não só o empoderamento econômico, mas também político. Como foi visto ao longo dessa pesquisa, na prática o PMM apresenta problemas para avançar no combate as desigualdades entre os gêneros.

A partir da observação da Turma Cuidador de Idoso 2014/1 do IFTO *Campus* Palmas, constatou-se que combater a desigualdade não foi um objetivo plenamente realizável pelo curso porque este não se propôs a reverter a divisão sexual do trabalho. E isso é visível porque apesar de estarem previstos nas diretrizes gerais do PMM, os conteúdos voltados para a discussão dos papéis de gênero na sociedade não foram abordados. Na prática, identificou-se mediante análise do plano pedagógico que os ensinamentos do curso não seguiram às diretrizes básicas do Programa Nacional, porque a preocupação com as questões de gênero não foram traduzidas nas disciplinas que elas cursaram.

Apesar de não se ter alcançado o empoderamento pleno, o curso ocasionou melhoria em alguns aspectos na vida dessas mulheres. Identificou-se significativa elevação de autoestima, estímulo à continuidade dos estudos, a melhoria na capacidade de se relacionar com a construção de novos laços de amizade e a possibilidade de ter novas perspectivas, já que algumas participantes retomaram os estudos após a conclusão do curso.

Assim, à medida que por um lado observam-se ganhos consideráveis no aspecto pessoal, por outro, verificaram-se danos graves referentes à postura dessas egressas enquanto cidadãs e mulheres foram identificados, como a ausência de reflexão relativo a sobrecarga de trabalho e responsabilização exclusiva pelas tarefas domésticas, ou seja, ao invés de minimizar, houve reforço da divisão sexual do trabalho.

Nesse contexto o descumprimento de dois objetivos chamou atenção: i) o objetivo que trata da promoção da igualdade de gênero, da emancipação e do empoderamento da mulher

por meio da educação do trabalho e ii) o objetivo que pretende oportunizar aos alunos o despertar de seu senso crítico em relação ao seu papel frente às atividades administrativas e domésticas.

Depois de ouvir os relatos, percebeu-se que, na prática, os referidos objetivos específicos não foram discutidos no curso tendo em vista que as mulheres não demonstraram nas suas narrativas conhecimento sobre as desigualdades de gênero que assolam milhares de mulheres na sociedade. Os dados revelaram que se faz necessário repensar os cursos e o conteúdo desses cursos ofertados para as mulheres na área de cuidados, inclusive incentivando a entrada dos homens nessas turmas, uma vez que a tendência é o fortalecimento da imagem da mulher como cuidadora.

Políticas adotadas para reverter às disparidades entre homens e mulheres no país precisam adotar a perspectiva de gênero, já que a transversalização de políticas pode ser considerado como um dos caminhos para o avanço na igualdade entre os gêneros. Não é possível empoderar as mulheres enquanto a construção desses cursos ignorar o caráter transversal das questões de gênero e continuar reforçando a desigualdade, tanto na escolha como na formatação do curso, por exemplo.

Nesse sentido, diante das limitações das políticas de transferência de renda na redução das desigualdades de gênero, o País ainda precisa investir em políticas complementares alinhadas ao Plano Nacional de Políticas para as Mulheres que oferece diretrizes importantes para transversalização das questões de gênero nas políticas.

A pesquisa apontou ainda que a transferência do PMM para o Pronatec, em 2014, prejudicou a política e fez com que ela perdesse características próprias. A seleção não é feita com base nas aptidões e experiências prévias dessas mulheres. Os cursos (como foi possível notar na nomenclatura das disciplinas e nos relatos das gestoras) na versão anterior ao Pronatec visavam o aumento da escolaridade das mulheres por meio do reconhecimento dos saberes que elas já tinham e que haviam sido construídos ao longo da vida, e agora, com a adoção do catálogo FIC como norteador, os cursos almejam uma formação continuada para entrada direta no mercado de trabalho. Ou seja, ao integrar o Pronatec o Mulheres Mil teve seu potencial de inclusão das questões de gênero diminuído.

Concluiu-se (com base nos relatos das egressas e gestoras) que as mulheres que se encontram em situação de vulnerabilidade social no Tocantins vivem carências que estão além do âmbito financeiro. São mulheres que reproduzem papéis de cuidados que se lhe foram impostos sem questionar porque até suas liberdades individuais lhe foram privadas.

O Programa Nacional Mulheres Mil, no caso do da turma Cuidador de Idoso 2014/1, mesmo que tenha um viés profissionalizante, motivou mulheres a procurar maneiras de recuperar suas liberdades culturalmente negligenciadas. E também abriu portas de cativeiros individuais que há muito estavam fechadas.

Nesse sentido, esta pesquisa buscou expressar a necessidade de aprimoramento das condições de participação das mulheres nas políticas públicas complementares, como acontece com as políticas de capacitação como o Mulheres Mil diante de políticas de transferência de renda como o Bolsa Família porque o empoderamento das mulheres não se restringe ao aspecto financeiro.

Assim sendo, diante da escassez de estudos sobre políticas de capacitação para mulheres no estado do Tocantins, almeja-se que a presente pesquisa tenha sido capaz de contribuir para as reflexões a respeito dos papéis de gênero nas profissões porque o país precisa melhorar a construção e a execução de políticas complementares que visam capacitar as mulheres para o mercado de trabalho.

É preciso garantir que debates sobre a desigualdade de gênero sejam promovidos concomitantemente à capacitação profissional dessas mulheres, no sentido de combater a divisão sexual do trabalho ou qualquer outra desigualdade de gênero na esfera econômica, política e educacional. Logo, almeja-se que a discussão apresentada possa contribuir na expansão acerca da influência Programa Nacional Mulheres Mil na vida das mulheres.

FONTES

AMB - Articulação de Mulheres Brasileiras. **Nota da Articulação de Mulheres Brasileiras – AMB Sobre os Rumos da Reforma Ministerial e Possível Rebaixamento da Secretaria de Políticas para as Mulheres, SEPPIR e SDH.** Disponível em: <<http://articulacaodemulheres.org.br/2015/09/28/nota-da-articulacao-de-mulheres-brasileiras-amb-sobre-os-rumos-da-reforma-ministerial-e-possivel-rebaixamento-da-secretaria-de-politicas-para-as-mulheres-seppir-e-sdh/>>. Acesso em 12 out. 2015.

DATA FOLHA – **Pesquisa de Preço sobre serviços.** Disponível em: <<http://datafolha.folha.uol.com.br/precos/2015/01/1577597-edicao-de-janeiro-de-2015.shtml>>. Acesso em 27 out. 2015.

DATA FOLHA - **Pesquisa de Preço sobre o serviço de Cuidador.** Disponível em: <<http://tools.folha.com.br/print?site=datafolha&url=http://datafolha.folha.uol.com.br/precos/2015/07/1661775-servico-de-cuidador-de-idoso-tem-alta-de-ate-92-em-um-ano.shtml>>. Acesso em 2 nov. 2015.

EQUALITY NOW – International Human Rights Organization. **Equality Now 2011 Annual Report.** Disponível em: <http://www.equalitynow.org/sites/default/files/annualreport_2011.pdf>. Acesso em 23 ago. 2014.

MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Acesso à Informação: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).** Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/aceso-a-informacao/ministeriododesenvolvimentosocialecombateafomemds/?searchterm=foi%20criado%20em%202004>> Acesso em 16 jan. 2015.

MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Sistema de monitoramento e avaliação de programas sociais: revisitando mitos e recolocando premissas para sua maior efetividade na gestão.** Revista Brasileira de Monitoramento e Avaliação, v. 1, p. 4-27, 2013a. Disponível em: [aplicações. mds.gov.br/sagirmsps/simulacao/estudos_tecnicos/pdf/41.pdf](http://mds.gov.br/sagirmsps/simulacao/estudos_tecnicos/pdf/41.pdf). Acesso em 14 de jun. 2014

MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **O Bolsa Família não estimula os mais pobres a terem mais filhos.** Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/o-que-e/voce-sabia/o-bolsa-familia-nao-estimula-os-mais-pobres-a-terem-mais-filhos>. Acesso em 12 ago. 2015.

MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Cartilha Pronatec Brasil Sem Miséria - Mulheres Mil.** Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/brasil_sem_miseria/cartilha_mulheres_mil.pdf. Acesso em 11 set. 2015.

MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social, 2005.** Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/>>. Acesso em 11 set. 2015.

MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **O que é e para que serve.** Disponível em: < <http://mds.gov.br/assuntos/cadastro-unico/o-que-e-e-para-que-serve>>. Acesso em 13 set. 2015.

MEC – Ministério da Educação. **Diagnóstico sócio econômico do Bairro Santa Bárbara.** Disponível em: < <http://mulheresmil.mec.gov.br/images/stories/pdf/d-santa-barbara.pdf>>. Acesso em 11 jan. 2015.

MEC – Ministério da Educação. **O que é.** Disponível em: <<http://mulheresmil.mec.gov.br/>> Acesso em: 20 mai. 2014.

MEC – Ministério da Educação. **Institucional: história.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2&Itemid=1175> Acesso em 16 jan. 2015.

MEC – Ministério da Educação. Institucional: **O que é o Pronatec?** Disponível em: <http://pronatec.mec.gov.br/institucional-90037/o-que-e-o-pronatec>. Acesso em 20 set. 2015.

OIT - Organização Internacional do Trabalho. **Apresentação.** Disponível em: <<http://www.oitbrasil.org.br/content/apresenta%C3%A7%C3%A3o>>. Acesso em 16 maio 2015.

IFRN – Instituto Federal do Rio Grande do Norte. **Base Legal.** Disponível em: <<http://portal.ifrn.edu.br/extensao/mulheres-mil/base-legal-do-programa/o-programa/view>> Acesso em 20 maio 2014.

IFG – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás. **Guia Metodológico Mulheres Mil.** Disponível em: <http://www.ifgoiano.edu.br/wp-content/uploads/2012/12/08.01.13_Guia-metodologico-mulheres-mil.pdf>. Acesso em 20 maio 2014.

SPM - Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Plano Nacional de Políticas para as Mulheres.** Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2013.114 p. Disponível em: <http://www.compromissoeatitude.org.br/wp-content/uploads/2012/08/SPM_PNPM_2013.pdf> Acesso em 20 de nov. 2014.

SPM -Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Sobre: A Secretaria.** Disponível em: <<http://www.spm.gov.br/sobre/a-secretaria>> Acesso em 17 jan. 2015.

SPM -Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça - 6ª Edição.** Disponível em: [<http://www.spm.gov.br/assuntos/mulher-e-trabalho/programa-pro-equidade-de-genero-e-raca>] Acesso em 15 out. 2015.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Síntese de informações sobre os municípios.** Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br>>. Acesso em 22 jan. 2015.

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Estudos e pesquisas. **Informação Demográfica e Socioeconômica número 33.** Sistema Nacional de Informações de Gênero. Estatísticas de Gênero. Uma análise dos resultados do Censo Demográfico 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em 22 jan. 2015.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Nota técnica: **Histórico da investigação sobre cor ou raça nas pesquisas domiciliares do IBGE**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/caracteristicas_raciais/notas_tecnicas.pdf> Acesso em 20 de set. 2015.

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Sobre o PNUD**. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/sobrepnud.aspx>>. Acesso em 11 dez. 2014.

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Índice de Desenvolvimento Humano 2014**. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/arquivos/RDH2014pt.pdf>> Acesso em 25 jan. 2015.

WEF - World Economic Forum. **The Global Gender Gap Report 2014**, Geneva, Switzerland, 2014. Disponível em: <<http://reports.weforum.org/global-gender-gap-report-2014/>> Acesso em 3 abr. 2015.

ONU – Organização das Nações Unidas. Publicación de las Naciones Unidas. **Informe de la Cuarta Conferencia Mundial sobre la Mujer**. Número de venta: 96. IV.13. ISSN 92-1-330155-3. Disponível em: <<http://beijing20.unwomen.org/~media/field%20office%20beijing%20plus/attachments/beijingdeclarationandplatformforaction-es.ashx#page=24>> Acesso em 4 de abr. 2015.

UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância. **Cerca de uma em cada quatro adolescentes sofre violência física**. Disponível em: <http://www.unicef.org.br/>. Acesso em 15 jul. 2015.

WORLD ECONOMIC FORUM. **The Global Gender Gap Report 2014**. Disponível em: <<http://reports.weforum.org/global-gender-gap-report-2014/>>. Acesso em 3 abr. 2015.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. “**We should all be feminists**”, 2013. TEDx Talks. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=hg3umXU_qWc> Acesso em: 22 Jul. 2015.

ALVES, Caroline M. T.; LITZ, Claudia Borges De O.; TRENNEPOHL, Dilson. **Análise do Programa Mulheres Mil**. Disponível em: <<https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:OXB7DQFwqlsJ:https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/salaocohecimento/article/download/3542/2941+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>> Acesso em 08 Ago. 2014.

ÁVILA, Maria Betânia de Melo. A dinâmica do trabalho produtivo e reprodutivo: uma contradição viva no cotidiano das mulheres. In: VENTURI, Gustavo; GODINHO, Tatau (Orgs.). **Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado: uma década de mudanças na opinião pública**. São Paulo: Sesc, 2013.

BANDEIRA, Lourdes. **Avançar na transversalidade da perspectiva de Gênero nas Políticas Públicas**. Fortalecimento da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. CEPAL, SPM. Brasília, DF Janeiro de 2005.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo. Fatos e Mitos (Vol. 1)**. 4. ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo. A experiência vivida (Vol. 2)**. 2. ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **A Construção Social da Realidade** – 24ª edição. Petrópolis: Vozes, 2004.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. 11ª edição; tradução Maria Helena, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BRAGA, Ana Carolina Falcão. **Projeto Mulheres Mil e Gênero: Comercialização das Pequenas Produções das Mulheres no Setor Santa Bárbara em Palmas - To**. Seropédica, Rio de Janeiro, novembro de 2011.

BRASIL. Presidência da República, Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília: SPM, 2008.

_____. Ministério da Educação. **Guia metodológico do sistema de acesso, permanência e êxito**. Brasília: Setec, 2011.

_____. Ministério da Educação. **Portaria nº 1.015, de 21 de julho de 2011**. Brasília: Setec, 2011a.

_____. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **III Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília: SPM, 2012.

_____. Ministério da Educação. **Cartilha Pronatec Brasil Sem Miséria - Mulheres Mil**. Brasília: MEC, 2012b.

BRAVO, Carmen. Lei de Igualdade na Espanha: uma Exigência Sindical e Social. In: COSTA, Maria Luiza da; MELLEIRO, Waldeli. **Igualdade de remuneração entre homens e mulheres: experiências e desafios**. São Paulo: Friedrich Ebert, 2010.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; THEUER, Daniela. Um Estado novo-desenvolvimentista na América Latina? Campinas: **Revista Economia e Sociedade**, v. 21, nº 3 (46), 2012.

BROWN, Judith K. **A Note on the Division of Labor by Sex**. In *American Anthropologist*, 72 (1970). University of California Press. Reproduced with permission of University of California Press via Copyright Clearance Center.

CARLOTO, Cássia Maria. **O Conceito de gênero e sua importância para a análise das relações sociais**. São Paulo, 2012. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c_v3n2_genero.htm> Acesso em: 10 Out. 2014.

CARLOTO, Cássia Maria. Ruptura ou Esforço da dominação: gênero em perspectiva. In: **Políticas públicas e igualdade de gênero**. Cadernos da Coordenadoria Especial da Mulher, 8. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2004.

CARLOTO, Cássia Maria; MARIANO, Silvana Aparecida. **Gênero e combate à pobreza: programa bolsa família**. Revista Estudos Feministas, 2009. Vol.17, no.3, p.901-908.

CARROLL, Judith. No Canadá, uma Lei pela equidade de gênero. In: COSTA, Maria Luiza da; MELLEIRO, Waldeli. **Igualdade de remuneração entre homens e mulheres: experiências e desafios**. São Paulo: Friedrich Ebert, 2010.

CISNE, Mirla; GURGEL, Telma. **Feminismo, Estado e políticas públicas: desafios em tempos neoliberais para a autonomia das mulheres/Feminism, state and public policies: challenges in neoliberal times for women's autonomy**. SER Social, Brasília, v.10, n. 22, p.69-96, jan/jun 2008.

CITELI, MARIA TERESA. Fazendo diferenças: teorias sobre gênero, corpo e comportamento. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 9, n. 1, p. 131-145, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2001000100007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 15 Oct. 2015.

COSTA, Maria das Graças. Equidade de gênero e remuneração em Quixadá: perspectivando um Serviço Público com igualdade de oportunidades. In: COSTA, Maria Luiza da; MELLEIRO, Waldeli. **Igualdade de remuneração entre homens e mulheres: experiências e desafios**. São Paulo: Friedrich Ebert, 2010.

COUTO, Maria Elizabete Souza. **A Elaboração da Entrevista na Pesquisa em Educação**. Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC. Bahia, 2011. Disponível em: <<http://nead.uesc.br/arquivos/pedagogia/seminario-integrador3/ENTREVISTA-NA-PESQUISA-EM-EDUCACAO.pdf>>. Acesso em: 29 ago. 2015.

DEERE, Carmem; LEÓN, Magdalena. **O empoderamento da mulher: direito à terra e direitos de propriedade na América Latina**. Porto Alegre: Ed. da UFRG, 2002.

DUFLO, Esther. **Women Empowerment and Economic Development**. Journal of Economic Literature 2012, 50(4), 1051–1079 <http://dx.doi.org/10.1257/jel.50.4.1051>.

EAGLETON, Terry. **A ideia de cultura**. Tradução Sandra Castello Branco; revisão técnica Cezar Mortari. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

ESPING-ANDERSEN, Gosta. **As três economias políticas do Welfare State**. Lua Nova, São Paulo, n. 24, Set. 1991. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S01024451991000200006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 mai. 2014.

FARAH, Marta Ferreira Santos. **Gênero e políticas públicas na esfera local de governo**. Organ. Soc., Salvador, v. 6, n. 14, p. 65-104, Apr. 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S198492301999000100003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 31 Ago. 2016.

FARAH, Marta Ferreira Santos. **Gênero e políticas públicas**. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 12, n.1, p. 47-72, 2004.

FARAH, Marta Ferreira Santos. Políticas Públicas e Gênero. In: GODINHO, Tatau.; SILVEIRA, Maria Lúcia da. **Políticas públicas e igualdade de gênero**. Cadernos da Coordenadoria Especial da Mulher, 8 edição. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2004. 188 p.

FARIA, Nalú; NOBRE, Miriam. **O QUE É SER MULHER? O QUE É SER HOMEM? Subsídios para uma discussão das relações de gênero**. Brasília (DF), 06 a 12 de agosto de 2007.

FARIA, Nalu. A divisão sexual do trabalho como base material das relações sociais de gênero. In: COSTA, Maria Luiza da; MELLEIRO, Waldeli. **Igualdade de remuneração entre homens e mulheres: experiências e desafios**. São Paulo: Friedrich Ebert, 2010.

FERREIRA, Maria José de R.; TEIXEIRA, Ana Ligia O.; SCOPEL; Edna Graça. **É Mais Interessante falar o Desconto em Porcentagem: Fazeres e Saberes Matemáticos no Programa Nacional Mulheres Mil – Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Estado do Espírito Santo**. Espírito Santo, 2013. Disponível em: http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:kJHL61CBK54J:sbem.web1471.kinghost.net/anais/XIENEM/trabalhos_29.html+&cd=2&hl=ptR&ct=clnk&gl=br. Acesso em 17 Ago. 2014.

FILIPPE, Odete. Desvelando a Discriminação Indireta em Portugal. In: COSTA, Maria Luiza da; MELLEIRO, Waldeli. **Igualdade de remuneração entre homens e mulheres: experiências e desafios**. São Paulo: Friedrich Ebert, 2010.

FRANCO. Michele Cunha. Teorias feministas: Contribuições para uma análise crítica do Direito como instrumento de exercício de direitos. **Revista Crítica do Direito**, n. 1, vol.34, 2012. p.1-5. Disponível em: <<http://www.criticadodireito.com.br/todas-as-edicoes/numero-1--volume-34/teorias-feministas-contribuicoes-para-uma-analise-critica-do-direito-como-instrumento-de-exercicio-de-direitos>> Acesso em: 15 fev. 2015.

FRANCO, Maria Asenate Conceição. **Políticas Públicas de Gênero e empoderamento das mulheres de classe popular: A experiência do Programa Mulheres Mil no IF Baiano Campus Valença-BA.** Bahia, 2013. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/10/resources/anais/20/1386131283_ARQUIVO_MariaAsenateConceicaoFranco.pdf>. Acesso em 17 Ago. 2014.

FREIRE, Rogério Rodrigues de S. **O Programa Mulheres Mil: avanço ou retrocesso no enfrentamento da questão social?** Disponível em: <<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:ijyJuwVXCDgJ:dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/handle/123456789/3603+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>>. Acesso em 13 Ago. 2014.

GAMBA, Susana. **¿Qué es la perspectiva de género y los estudios de género?**, 2008. Disponível em: <<http://www.mujiresenred.net/spip.php?article1395>>. Acesso em: 11 abr. 2014.

GARCIA, Loreley. **Meio Ambiente & Gênero.** São Paulo: Editora Senac, São Paulo, 2012.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** 6 edição. São Paulo: Atlas, 2008.

GODINHO, Tatau. Construir a Igualdade combatendo a discriminação. In: GODINHO, Tatau.; SILVEIRA, Maria Lúcia da. **Políticas públicas e igualdade de gênero.** Cadernos da Coordenadoria Especial da Mulher, 8 edição. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2004. 188 p.

GRAZZIOTIN, Vanessa. **A bancada do batom e a Constituição cidadã.** Coluna Congresso em foco. Disponível em: <<http://congressoemfoco.uol.com.br/opiniaocolumnistas/a-bancada-do-batom-e-a-constituicao-cidada/>>. Acesso em: 26 jan. 2015.

GUEDES, Moema de Castro. **Trabalho Produtivo e Reprodutivo no Segmento de Mulheres de Nível Universitário.** Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1278032211_ARQUIVO_MoemaGuedes-fazendogenero.pdf> Acesso em: 15 Out. 2015.

GUROVITZ, Elaine. **Gênero e pauperização das mulheres.** São Paulo: FGV/EAESP, 2003. 135 p. (Dissertação de Mestrado apresentada ao Curso de Pós-Graduação da FGV/EAESP, Área de Concentração: Reforma do Estado e Políticas de Governo).

HENTZ, Isabel Cristina; BIAZOTTO, Soyara Carolina. **Programa Mulheres Mil: A experiência do IF Catarinense – Campus Luzerna – Instituto Federal Catarinense – Campus Luzerna.** Santa Catarina, 2014. Disponível em: <http://antigo.luzerna.ifc.edu.br/index.php?option=com_content&view=frontpage&limitstart=95>. Acesso em 17 Ago. 2014.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. **Novas configurações da divisão sexual do trabalho.** Cadernos de Pesquisa, v. 37, n. 132, p. 595-609, set/dez. 2007.

HOROCHOVSKI R. R.; MEIRELLES G. **Problematizando o Conceito de Empoderamento**. Anais do II Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia. UFSC: Florianópolis, Brasil, 2007.

HOFLING, Eloisa de Mattos. **Estado e políticas (públicas) sociais**. Cad. CEDES, Campinas, v. 21, n. 55, Nov. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010132622001000300003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 16 jun.2014.

INGLEHART, R.; WELZEL, C. **Modernização, mudança cultural e democracia: a seqüência do desenvolvimento humano**. São Paulo: Francis, 2009.

LAGOS, Marcia Beraldo. **“Palmas para Mulheres Mil” em comunidades quilombolas: a participação do IFPR – Campus Palmas no Programa Nacional de Inclusão Social**. Paraná, 2014. Disponível em: <<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:TnrKM44i-nYJ:repositorio.utfpr.edu.br/jspui/handle/1/854+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>>. Acesso em 13 Ago. 2014.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 6. Edição – São Paulo: Atlas, 2007.

LISBOA, Tereza Kleba; LUSA, Mailiz Garibotti. **Desenvolvimento Sustentável com Perspectiva de Gênero - Brasil, México e Cuba: mulheres protagonistas no meio rural**. Estudos feministas, Florianópolis, 16(3): 336, set.-dez. 2010.

LOUIS, Marie-Victoire. Diga-me: o que significa Gênero? In: **Revista Sociedade e Estado**, v. 21, n. 3, set.-dez. 2006, p.713 a 726.

MACHADO, Lia Zanotta. Perspectivas em confronto: relações de gênero ou patriarcado contemporâneo? In: **Serie Antropologia**, Universidade de Brasília, n.284, 2000. p. 1-120.

MACHADO, Lia Zanotta. “Gênero, um novo paradigma?” In: **Cadernos Pagu**. n. 11, 1998. P.107-125.

MANZINI, E. J. Considerações sobre a elaboração de roteiro para entrevista semi-estruturada. In: MARQUEZINE, M. C.; ALMEIDA, M. A.; OMOTE; S. (Org.). **Colóquios sobre pesquisa em Educação Especial**. Londrina: Eduel, 2003b. p.11-25.

MARTINS, José de Souza. A Vida Privada nas Áreas de Expansão da Sociedade Brasileira. In: Fernando A. Novaes (Coord.); Lilia Moritz Schwarcz (Org.). **História da Vida Privada no Brasil – Contrastes da Intimidade Contemporânea**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. Vol. 4., p. 660-726.

MATOS, Marlise. **Teorias de gênero ou teorias e gênero? Se e como os estudos de gênero e feministas se transformaram em um campo novo para as ciências**. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2008000200003>> Acesso em: 20 Ago. 2015.

MIRANDA, Cynthia Mara. **Gênero, Democracia e Políticas Públicas. Os movimentos feministas e a construção de espaços institucionais para a garantia dos direitos das**

mulheres no Brasil e no Canadá. IX Encontro da ABCP, Brasília, DF 04 a 07 de agosto de 2014.

MIRANDA, Cynthia Mara. **Brasil, Canadá e a integração de políticas de gênero a partir da Plataforma de Ação de Pequim.** Interfaces Brasil/Canadá. Canoas, v. 12, n. 15, 2012, p. 83-100. Disponível em: <<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/interfaces/article/view/7221>>. Acesso em 04 Ago. 2015.

MOMO et al. (2013). HOLOS, Ano 29, Vol 1. 188. **Institucionalização de políticas públicas de promoção da igualdade de gênero: Sistematizando trajetórias de iniciativas nacionais e internacionais.** Disponível em: <<http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/1296>> Acesso em: 25 Mar. 2014.

MOREIRA, Maria Regina de Ávila. Políticas Sociais e Gênero: Um balanço de experiências na área da Assistência Social. In: PIMENTA, CAM., and ALVES, CP., orgs. **Políticas públicas & desenvolvimento regional** [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2010. 211 p. ISBN 978-85-7879-016-5. Disponível em: <<http://books.scielo.org>>. Acesso em: 02 Set. 2014.

NICHOLSON, Linda. NICHOLSON, Linda. **Interpretando o gênero.** Estudos Feministas, Florianópolis, v. 8, n. 2, p. 9, jan. 2000. ISSN 0104-026X. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/11917/11167>> Acesso em 10 out. 2014.

OLIVEIRA, Gilson Batista de. **Uma discussão sobre o Conceito de Desenvolvimento.** Rev. FAE, Curitiba, v.5, n.2, p.37-48, maio/ago. 2002.

OLIVEIRA, Munique Daniela Maia de; PARENTE, Temis Gomes. O processo de (des)empoderamento das mulheres nos empreendimentos de economia solidária. In: MIRANDA, Cynthia Mara; PARENTE, Temis Gomes (Orgs.). **Arquiteturas de Gênero: Questões e Debates.** Tocantins: EDUFT, 2015.

PARENTE, Temis Gomes. **Desenvolvimento Regional na perspectiva de gênero.** Projeto História, São Paulo, n. 45, pp.269-284, Dez. 2012.

PARENTE, Temis Gomes; GUERRERO; Olaya Fernández. **O (des)empoderamento das mulheres dos reassentamentos rurais em Porto Nacional (TO, Brasil).** Dossiê: “História, Natureza, Cultura e Oralidade”, 2014. Disponível em: <<http://revista.historiaoral.org.br/index.php?journal=rho&page=article&op=view&path%5B%5D=237>>. Acesso em: 12 Ago. 2015.

PAUL, Elaine Cristina; ALMEIDA, Giovani Sabel de.; NEVES, Rosane Maria. **Programa Mulheres Mil: um convite à inclusão social, econômica e ambiental, no IFSC Campus Gaspar/SC.** Santa Catarina, 2012. Disponível em: <<http://periodicos.ifsc.edu.br/index.php/rtc/article/view/847/338>>.

PEDRO, Joana Maria. **Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica.** HISTÓRIA, SÃO PAULO, v.24, N.1, P.77-98, 2005.

PEREIRA, Nilda da Silva; SILVA, Renata Menegale. Educação Profissional e oficinas de gênero. In: CURADO, Jaci; AUAD, Daniela. **Gênero e Políticas Públicas: a construção de uma experiência de formação.** Campo Grande, UCDB, 2008.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. D. **Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico] - métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico.** 2ª edição. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

PULEO, Alicia H. **Filosofia e gênero: da memória do passado ao projeto de futuro.** In: Políticas públicas e igualdade de gênero. Cadernos da Coordenadoria Especial da Mulher, 8. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2004.

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van. **Manual de Investigação em Ciências Sociais.** 4ª edição. Lisboa: Gradiva, 2005.

REGO, W.; PINZANI, A. **Vozes do Bolsa Família: Autonomia, dinheiro e cidadania.** São Paulo: Editora Unesp, 2013.

REYGADAS, Luis. **Las redes de la desigualdad: un enfoque multidimensional.** Polít. cult., México, n. 22, p. 7-25, 2004. Disponível em <http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S018877422004000200002&lng=es&nrm=iso>. Acesso em: 25 Mar. 2015.

RIBEIRO, Leticia Érica Gonçalves. **A Qualificação Profissional e Cidadã: Um Estudo do Programa Mulheres Mil, a Partir da Experiência do Instituto Federal de Goiás, Campus Luziânia.** Brasília, 2013. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/15230/1/2013_Let%C3%ADciaEricaGon%C3%A7alvesRibeiro.pdf> Acesso em 17 Ago. 2014.

RIBEIRO, Maria de Sousa. **Avaliação do Programa Nacional Mulheres Mil No IFTO 2013/2: Projeto Trabalhador Doméstico.** Tocantins, 2015. Disponível em: <<http://rbma.net.br/userfiles/file/Anais%20RBMA.pdf>>. Acesso em 20 Jan. 2016.

RICHARDSON, Roberto Jerry; Colaboradores: PERES, José Augusto de Souza (et al.). São Paulo: Atlas, 1999.

ROCHA, Carla Charbel Stephanini; BERRO, Eloísa Castro. Políticas Públicas de geração de emprego e renda para as mulheres: um estudo de caso do Projeto "Mulheres em Ação". In: CURADO, Jaci; AUAD, Daniela. **Gênero e Políticas Públicas: a construção de uma experiência de formação.** Campo Grande, UCDB, 2008.

RUBIN, Gayle. **The Traffic in Women. Notes on the "Political Economy" of Sex.** In: REITER, Rayna (edição.) *Toward an Anthropology of Women.* New York, Monthly Review Press, 1975.

SACCHET, Teresa. **Programas de Transferência de Renda e Mulheres: Autonomia ou Perpetuação de Desigualdades?** IX Encontro da ABCP, Brasília, DF 04 a 07 de agosto de 2014.

SAFFIOTI, Heleieth. Por trás do conceito de gênero. In: COSTA, Maria Luiza da; MELLEIRO, Waldeli. **Igualdade de remuneração entre homens e mulheres: experiências e desafios**. São Paulo: Friedrich Ebert, 2010.

SARAVIA, Enrique. **O conceito de política pública**. In: SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete (Org.) **Políticas públicas: coletânea**. v. 2. Brasília: ENAP, 2006.

SANTOS, Laerte Moreira dos. **O que é o Neoliberalismo**. CEFET, São Paulo, 1993. Disponível em: <<http://www.cefetsp.br/edu/eso/neoliberalismolaerte.html>> Acesso em 04 Abr. 2015.

SANTOS, Lirian Keli dos; MORAES, Aline Alves. **Política pública de gênero e equidade: programa nacional mulheres mil. Rondônia, 2014**. Disponível em: <<https://andretorres027.wordpress.com/2014/02/10/politica-publica-de-genero-e-equidade-programa-nacional-mulheres-mil/>>. Acesso em 20 Ago. 2014.

SANTOS, Sabrina Pereira; SILVA, Edna Maria. **Moda e Artesanato: Inclusão no Programa Social Mulheres Mil – Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Estado do Piauí**. Piauí, 2012. Disponível em: <http://www.coloquiomoda.com.br/anais/anais/8-Coloquio-de-Moda_2012/GT11/COMUNICACAO-ORAL/103229_Moda_e_Artesanato.pdf>. Acesso em 17 Ago. 2014.

SILVA, Tassia Mendes. **O Mulheres Mil como política pública e sua implementação pelo IFMA**. Maranhão, 2013. Disponível em: <<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2013/JornadaEixo2013/anais-eixo5-pobrezaepoliticaspUBLICAS/omulheresmilcomopoliticapUBLICAESUAIMPLEMENTACAOPeloIFMA.pdf>>. Acesso em 17 Ago. 2014.

SILVEIRA, Maria Lúcia da. Políticas públicas de gênero: impasses e desafios para fortalecer a agenda política na perspectiva da igualdade. In: GODINHO, Tatau.; SILVEIRA, Maria Lúcia da. **Políticas públicas e igualdade de gênero**. Cadernos da Coordenadoria Especial da Mulher, 8 edição. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2004. 188 p.

SCOTT, Joan Wallach. **Os usos e abusos do gênero**. Projeto História, São Paulo. Vol. 45, n. 332, p. 327-351, Dez. 2012. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/15018>>. Acesso em: 15 jan. 2015.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. Trad. Laura Teixeira. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SOARES, Vera. Práticas discriminatórias e segregação no mercado de trabalho. In: COSTA, Maria Luiza da; MELLEIRO, Waldeli. **Igualdade de remuneração entre homens e mulheres: experiências e desafios**. São Paulo: Friedrich Ebert, 2010.

SOARES, Vera. **Políticas públicas para igualdade: papel do Estado e diretrizes**. In: Políticas públicas e igualdade de gênero. Cadernos da Coordenadoria Especial da Mulher, 8. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2004.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas: uma revisão da literatura**. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16.pdf>. Acesso em: 20 out. 2013.

TAVARES, Ariane Serpeloni. **Do Plural ao Singular: Um Estudo sobre as Condições de Gênero, Carreira Científica e Desenvolvimento na Região Norte**. Palmas, 2014.

TOLEDO, Leslie C. et.al. Manual para o uso não sexista da linguagem. GOVERNO DO RIO GRANDE DO SUL, 2014. Disponível em: <http://www.spm.rs.gov.br/upload/1407514791_Manual%20para%20uso%20n%C3%A3o%20sexista%20da%20linguagem.pdf> Acesso em: 15 de maio de 2015.

TRINDADE, Fernanda de M.; SCHWENGBER, Maria Simone V. **Programa Mulheres Mil: Histórias De Vida. Rio Grande do Sul, 2013**. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/10/resources/anais/20/1381423645_ARQUIVO_FernandaTrindade_1_.pdf>. Acesso em 17 Ago. 2014.

TUROLLA, Frederico Araujo. ECONOMIA: Globalização e Desigualdade. São Paulo: GV-executivo, vol. 2, n. 4, nov-jan 2003.

VASCONCELOS, Márcia. Normas Internacionais do Trabalho e Promoção da Igualdade de Remuneração entre Homens e Mulheres trabalhadores/as. In: COSTA, Maria Luiza da; MELLEIRO, Waldeli. **Igualdade de remuneração entre homens e mulheres: experiências e desafios**. São Paulo: Friedrich Ebert, 2010.

VIANA, Márcia de N.; BASTOS, Francisco G. Gomes. **Projeto Mulheres Mil: Desafios em Busca de Dias Melhores. Uma Experiência no Campus de Morada Nova – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado do Ceará**. Ceará, 2013. Disponível em: <<http://ptdocz.com/doc/175946>>. Acesso em 17 Ago. 2014.

WOODWARD, K.; HALL. S. **Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual**, p. 7-72. In: SILVA, Tomaz Tadeuda. Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000, (org. e trad.).

ZELIZER, Viviana A. 2009. Dualidades perigosas. **Mana**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/mana/v15n1/09.pdf>> Acesso em 10 dez. 2014.

ZELIZER, Viviana. 2003. "O significado social do dinheiro: "dinheiros especiais"". In: Rafael Marques; João Peixoto (orgs.), **A nova sociologia econômica: uma antologia**. Portugal: Celta Editora. pp.125-165.

5. APÊNDICES

5.1 APÊNDICE I – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Convidamos você a participar de uma pesquisa que está sendo desenvolvida no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Tocantins (PPGDR/UFT) pela mestranda Évelin Lorena Paixão de Gois.

A pesquisa tem como título: "PROGRAMA NACIONAL MULHERES MIL NO INSTITUTO FEDERAL DO TOCANTINS: CAMINHOS PARA A REDUÇÃO DA DESIGUALDADE ENTRE OS GÊNEROS?" Está sob orientação da Profa. Dra. Cynthia Mara Miranda e objetiva investigar o papel do Programa Nacional Mulheres Mil para a redução da desigualdade entre os gêneros no Tocantins.

O estudo será desenvolvido por meio de entrevista semiestruturada com as gestoras do Programa, no intuito de verificar suas percepções relativas ao papel do Programa Mulheres Mil no combate à desigualdade entre os gêneros. Ainda serão aplicados formulários a estudantes egressas do curso Cuidador de Idoso 2014 – *Campus* Palmas.

Ressalta-se o interesse em disponibilizar para as estudantes egressas e para os órgãos públicos envolvidos na pesquisa os resultados finais deste estudo. A participação de vocês na pesquisa é muito importante e colaborará na produção do conhecimento sobre o tema, e ajudar também na formação da aluna-pesquisadora envolvida na realização da pesquisa.

A realização das entrevistas, como a aplicação dos questionários, se dará de acordo com a disponibilidade de datas e horários dos sujeitos nela envolvidos. A participação na pesquisa não é obrigatória, e cada colaborador estará livre para interrompê-la a qualquer momento, sem justificar sua decisão, tampouco haverá atitude recriminatória. Nenhum participante da pesquisa terá despesas ou recebimento de dinheiro por participar do estudo.

Apesar de se garantir o sigilo absoluto da identidade de todos os colaboradores que participarem da pesquisa, solicita-se o consentimento de cada um para que as informações obtidas nesta pesquisa sejam divulgadas e apresentadas em eventos científicos ou possam ser posteriormente publicadas. Enfatiza-se que não há riscos ou prejuízos que possam ser provocados pela pesquisa. Caso tenham eventuais dúvidas, entrem em contato pelo e-mail: evelinpaixao18@gmail.com.

Após estes esclarecimentos _____, concorda plenamente em participar da pesquisa "PROGRAMA NACIONAL MULHERES MIL NO INSTITUTO FEDERAL DO TOCANTINS: CAMINHOS PARA A REDUÇÃO DA DESIGUALDADE ENTRE OS GÊNEROS" e alega ter sido devidamente informado(a) sobre a pesquisa e seus instrumentos (formulário e entrevista), bem como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de participação. Declara, ainda, permitir a divulgação, apresentação e publicação de informações resultantes deste estudo, sem identificação do nome.

Palmas-TO, ____/____/____.

À disposição.

Évelin Lorena Paixão de Gois
Mestranda em Desenvolvimento Regional
Universidade Federal do Tocantins (UFT)
E-mail: evelinpaixao18@gmail.com

5.2 APÊNDICE II- ROTEIRO DA ENTREVISTA

Entrevista direcionada às gestoras do Programa Nacional Mulheres Mil IFTO – *Campus* Palmas. Os dados aqui obtidos serão sigilosos e seu uso será estritamente acadêmico.

INFORMAÇÕES PESSOAIS

Nome: _____

Cargo/Função que ocupa no IFTO – *Campus* Palmas:

() Professor () Técnico Administrativo

Cargo/Função que ocupa/ocupou no/relacionado ao Programa:

PERGUNTAS SOBRE O PROGRAMA

1. Como se deu sua inserção no PMM?

Exemplo: convite, interesse pessoal, edital?

2. Houve alguma capacitação para participar do Programa? Se sim, qual?

3. Você pode descrever se realiza a seleção das mulheres para participar do Programa?

a) Divulgação.

b) Abordagem.

c) Forma de inscrições (houve algum envolvimento do CRAS ou da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social?)

4. Há integração com outros Programas do Governo? Exemplo: Bolsa Família?

5. O Mulheres Mil antes e depois do Pronatec, o que mudou?

Exemplo: Você acha que o Programa se descaracterizou, perdeu visibilidade?

6. Em sua opinião, depois de participarem do Programa, as mulheres têm interesse em retomar os estudos e dar seguimento em alguma carreira?

7. Existe algum tipo de acompanhamento das egressas?

Encaminhamento delas para o mercado de trabalho?

Você acha este acompanhamento importante?

8. Como se dá a escolha dos cursos que serão ofertados? O que você acha deles?

9. Em sua opinião, o Programa desenvolve mais o lado pessoal ou o profissional das participantes?

10. O programa contribui efetivamente para inserção das participantes no mercado de trabalho? Existem dados que comprovem?

11. A egressa está apta para empreender?
12. Em sua opinião, cursos como o de trabalhador doméstico, cuidador de idosos e camareira reforçam o papel dito como feminino?
13. Em sua opinião, de maneira geral, o Programa contribui para redução da desigualdade entre os gêneros?

Obrigada por sua colaboração!

5.3 APÊNDICE III – ROTEIRO DAS ENTREVISTAS COM AS EGRESSAS

Entrevista direcionada às alunas egressas do Programa Nacional Mulheres Mil IFTO – *Campus Palmas. Os dados aqui obtidos serão sigilosos e seu uso será estritamente acadêmico.*

INFORMAÇÕES PESSOAIS:

Nome: _____

1. Escolaridade:

- a) Fundamental incompleto
- b) Fundamental completo
- c) Médio incompleto
- d) Médio completo
- e) Superior incompleto
- f) Superior completo

2. Estado Civil:

- a) Casada
- b) Solteira
- c) União Estável
- d) Viúva
- e) Divorciada

3. Idade:

- a) De 18 a 28 anos
- b) De 29 a 39 anos
- c) De 40 a 50 anos
- d) De 50 a 60 anos
- e) Mais de 60 anos

4. Quantidade de filhos:

- a) Nenhum
- b) Um
- c) Dois
- d) Três
- e) Mais de três

Quantos dependentes? _____

5. Renda Familiar:

- a) Até 1 salário mínimo
- b) De 1 a 2 salários mínimos
- c) De 2 a 3 salários mínimos
- d) De 3 a 4 salários mínimos
- e) Mais de 4 salários mínimos

6. Quem é o(a) principal responsável pelo sustento da família?

- a) Você mesma.
- b) Marido ou parceiro.
- c) Sogro ou sogra.
- d) Avô ou avó.

e) Outros(as) parentes.

7. Quem é responsável pela administração da renda (quem decide o quê e quando comprar)?

- a) Você mesma.
- b) Marido ou parceiro.
- c) Sogro ou sogra.
- d) Avô ou avó.
- e) Outros(as) parentes.

8. Atualmente você recebe algum benefício do governo? (Exemplo: Bolsa Família)

- Não.
 - Sim. Qual?
-

9. Quem é o responsável pelo cuidado das pessoas (crianças/idosos) em casa?

- a) Você mesma.
- b) Marido ou parceiro.
- c) Sogro ou sogra.
- d) Avô ou avó.
- e) Não há crianças nem idosos na casa que precisem de cuidados.

10. Quem é o principal responsável pelos afazeres domésticos?

- a) Você mesma.
- b) Marido ou parceiro.
- c) Sogro ou sogra.
- d) Filhos.
- e) Outros(as) parentes.

11. Atualmente exerce alguma atividade remunerada (você trabalha)?

Não. Por quê?

- a) Porque engravidou e teve de cuidar do(s) filho(s) pois não havia escola.
- b) Porque casou e precisava cuidar da casa e do marido ou parceiro.
- c) Porque precisava cuidar de parentes doentes.
- d) Foi demitida de onde trabalhava.
- e) Marido não deixava pois a ele cabe o sustento da casa.
- f) Outra situação: _____

Sim. Tipo de vínculo:

- a) É assalariada com carteira assinada.
- b) É assalariada sem carteira assinada.
- c) É funcionária pública.
- d) É autônoma ou faz bico.
- e) Outra situação: _____

Cargo que exerce: _____

INFORMAÇÕES RELACIONADAS AO PROGRAMA:

12. **Essa atividade tem alguma relação com o curso profissionalizante Cuidador de Idoso que você fez pelo Programa Mulheres Mil?**
() Não. () Sim.
13. **Antes de participar do Programa Mulheres Mil, exercia alguma atividade remunerada?**
() Não. () Sim. Qual?
14. **A renda familiar aumentou após participar do Programa Mulheres Mil?**
() Não. () Sim. Mas não tem relação com o curso. () Sim. Há relação com o curso.
15. **O que a fez querer participar do Programa?**
16. **O fato de ter participado do Programa Mulheres Mil motivou você a querer estudar mais?**
() Não. () Sim. Porquê?
17. **Em caso afirmativo, você deu continuidade aos estudos depois que deixou o Programa Mulheres Mil?**
() Não se aplica. () Não. () Sim. Porquê?
18. **Você atualmente faz algum curso profissionalizante ou de outro tipo?**
() Não se aplica. () Não. Porquê? () Sim. Qual?
-
19. **Na sua opinião, os cursos ofertados pelo Programa Mulheres Mil ajudam as mulheres a entrarem no mercado de trabalho? Por quê?**
20. **Depois que o Programa Mulheres Mil acabou, você acha que o seu valor *enquanto pessoa* aumentou? Por quê?**
21. **Depois que o Programa Mulheres Mil acabou, você acha que o seu valor *enquanto mulher* aumentou? Por quê?**
22. **Depois que o Programa Mulheres Mil acabou, você acha que o seu valor *enquanto profissional* aumentou? Por quê?**
23. **Depois que o Programa Mulheres Mil acabou, você acha que o seu valor *enquanto cidadã* aumentou? Por quê?**

24. Depois que o Programa Mulheres Mil acabou, você acha que a sua capacidade de se relacionar melhorou? Por quê?

Obrigada por sua colaboração!